UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

LUIZ CARLOS SEIXAS

Brasil e a globalização: produção intelectual brasileira nos anos 1990, entre o real e o imaginário.

São Paulo

2018

LUIZ CARLOS SEIXAS

Brasil e a globalização: produção intelectual brasileira nos anos 1990, entre o real e o imaginário. VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr^a. Zilda Márcia Gricolli Ioki

São Paulo

2018

SEIXAS, Luiz Carlos. **Brasil e a globalização:** produção intelectual brasileira nos anos 1990, entre o real e o imaginário. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Se podes olhar, vê. Se pode ver, repara.

(SARAMAGO, José, 1995)

RESUMO

SEIXAS, Luiz Carlos. **Brasil e a globalização:** produção intelectual brasileira nos anos 1990, entre o real e o imaginário. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Resumo: Na transição do século XX para o XXI, o Brasil é fortemente impactado pela globalização capitalista e neoliberal. Os governos eleitos na década de 1990 se aliam ao projeto neoliberal, representado pelo Consenso de Washington. Nesse processo, as orientações gerais dos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, obedeceram ao receituário, ou conjunto de regras e normas, indicadas pelos organismos internacionais - GATT/OMC, FMI e Banco Mundial. Reforma do Estado, controle das contas públicas, estabilidade monetária, contenção dos gastos sociais, privatização, desregulação do trabalho e da economia, flexibilização e fim das barreiras alfandegárias foram suas palavras de ordem. *Pari passu*, se desenvolvem as ideias de globalização e mundialização, de modernidade e pós-modernidade. No Brasil desse período, o tema alça relevância e um conjunto de intelectuais do país se propõe a refletir sobre os impactos de tal processo. O tema da globalização será objeto de alguns dossiês publicados por revistas acadêmicas: Revista do Instituto Avançados-IEA/USP, Cadernos CEBRAP e Universidade e Sociedade-ANDES. Vários autores também publicaram no período livros nos quais a temática central era a globalização, seus impactos e desdobramentos. Temas como o papel do Estado, técnicas e tecnologias, identidade, diversidade, cultura nacional e de massa, globalização e dependência orientam esses livros. Ao mesmo tempo que se pensa sobre a globalização, ela vai nos subsumindo com suas novas técnicas e tecnologias. O estudo em tela tem justamente o objetivo de compreender como esse debate se estabeleceu no país nos anos 1990, fazendo um esforço para trazê-lo para o presente. A pesquisa teve como fonte os artigos, revistas e livros publicados sobre o tema.

Palavras-chave: Globalização. Estado. Identidade. Tecnologias da Informação e Comunicação. Impacto sócio-técnico.

ABSTRACT

SEIXAS, Luiz Carlos. **Brazil and the globalization**: brazilian intelectual production in 1990's, between the real and the imaginary. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

In the passage from the 20th century to the 21st, Brazil was heavily impacted by a globalization both capitalist and neoliberal. The elected governments along the decade of 1990 aligned themselves with the neoliberal project, represented by the Washington Consensus. Amidst this process, the overall guidelines of the mandates of Fernando Collor, Itamar Franco, and Fernando Henrique Cardoso obeyed the neoliberal prescriptions, that is, its set of rules and fundamental norms appointed by international organizations such as the GATT/WTO, the IMF, and the World Bank. Measures pointed toward the reform of the state, monetary stability, retrenchment of social expenditures, privatization of public services, deregulation of the workplace and of the economy, and the removal of customs barriers were its motto. Simultaneously, the ideas of globalization and mundialization, of modernity and post-modernity developed. In Brazil at that time, those themes gain relevance, and a group of intellectuals sets out to reflect on and analyze its impacts. The subject of globalization, along with its developments and consequences, becomes central to a few academic dossiers and books published during that period, guided by analysis regarding the role of the State, techniques and technologies, identity, diversity, national culture and mass culture, and globalization and dependency. At the same time that globalization is reflected upon, it subsumes the thinker with its new techniques and technologies. This study aims to understand how this debate was established in the country during the decade of 1990 and attempts to bring it to the present. The research had, as sources, articles, academic magazines, and books published on the subject.

Key-words: Globalization, State, Identity, Information Technologies and Communication, Social impact.

Sumário

Introdução	9
1 - Os segredos guardados da globalização capitalista e neoliberal	25
2 - Os intérpretes da globalização no Brasil nos anos 1990	39
2.1 - Interpretações sobre a globalização capitalista	41
2.2 - Problemas do Estado frente à globalização	50
2.3 - Técnicas e tecnologias na globalização	65
3- Modernidade <i>versus</i> pós-modernidade, identidade e cultura e sociedade civil mundial: debates paralelos à globalização.	
3.1 - Modernidade versus pós-modernidade nas ciências sociais: debate paralelo ao desenvolvimento da globalização	76
3.2 – Identidade, sujeito e cultura no mundo global	84
3.3 – Sociedade civil mundial: um conceito em construção	92
4 - A convergência tecnológica das telecomunicações no Brasil: um caso paradigmático	
4.1 – Breve histórico das telecomunicações no Brasil: do telégrafo elétrico ao início da TV à cabo.	98
4.2 – As telecomunicações no Brasil pós anos 1980: privatização do setor e a construção de um oligopólio por empresas privadas transnacionais.	106
Considerações Finais	122
Referências Bibliográficas	127

Introdução

O tema da globalização, questão central da dissertação que ora apresento, apareceu pela primeira vez em meu cotidiano no início dos anos 1990, quando, como professor das redes pública e privada - ensino fundamental II e médio -, ministrava aulas da disciplina de Geografia. Durante alguns anos fui professor dessa disciplina, apesar da minha formação no campo das Ciências Sociais. Naquele momento, nenhuma das disciplinas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) integrava a grade curricular das escolas de ensino médio e fundamental II, públicas ou privadas. Para os que fizeram o bacharelado e a licenciatura nessa área, as disciplinas disponíveis eram OSPB – Organização Social e Política do Brasil –, resquício da educação do período da ditadura civil militar, Geografia e História.

No preparo das minhas aulas, inicialmente quase sempre orientadas pelas estruturas apresentadas nos livros didáticos e programas, o tema da globalização aparecia nas aulas de geografia econômica e era tratado com destaque nos materiais didáticos disponíveis em função da ideia do surgimento de uma “nova ordem” econômica – e política - internacional, que resultava da derrubada do Muro de Berlim (1989) e da dissolução da ex-URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991). Os desdobramentos dessa “nova ordem” apontavam para a intensificação do comércio internacional a partir de uma liberalização das fronteiras comerciais, que seria um dos caminhos para a globalização. O exemplo indicado mais significativo era o da então atual União Europeia - UE¹, a ser seguido para a “integração do mundo”. Para tal, era necessário conhecer seus significados, possibilidades e impasses para a intervenção. Um outro conteúdo destacado nesses materiais era o início da articulação do MERCOSUL, por meio do protocolo de criação de um Mercado Comum do Sul - Tratado de Assunção², assinado em 26 de março de 1991.

O caráter inicial desse contato com o tema foi bastante instrumental, pois necessitava conhecê-lo para poder tratar do mesmo nas aulas que ministrava. A bibliografia que se apresentava para tal era bastante exígua. Inicialmente, artigos publicados nos jornais da grande imprensa brasileira – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* - e alguns livros paradidáticos auxiliavam-me em sua tradução e aprendizado.

¹ A UE tem as suas origens na [Comunidade Europeia do Carvão e do Aço](#) (CECA) e na [Comunidade Económica Europeia](#) (CEE), formadas por seis países - [Alemanha Ocidental](#), [França](#), [Itália](#), [Bélgica](#), [Países Baixos](#) e [Luxemburgo](#) -; com o Tratado de Roma, de 1957, a CEE, entidade supranacional e dotada de capacidade autônoma de financiamento, instituída por este tratado, apresentava dois princípios gerais: união aduaneira e uma política agrária comum; aderiram posteriormente: [Reino Unido](#), [Irlanda](#) e [Dinamarca](#) (1973), [Grécia](#) (1981) e, em 1986, [Portugal](#) e [Espanha](#).

² Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

Na transição da primeira para a segunda metade da década de 1990, estabeleci o primeiro contato com material de um autor brasileiro da área das ciências sociais que ampliava o debate e tratava do tema da globalização de forma mais organizada e aprofundada: **A Sociedade Global**, do professor Octavio Ianni, publicado em 1992. Na obra, Ianni apresentava um caminho para o entendimento e compreensão inicial do tema: escrevia sobre uma grande transformação em processo no curso da história contemporânea, sobre a possibilidade da existência futura de uma sociedade civil mundial, retratava uma História da *mundialização*, indicava a expansão mais acelerada do processo de *ocidentalização do mundo*, expunha um novo conceito: *desterritorialização* de gentes e coisas, fabulava sobre uma possível *cidadania mundial*, sobre as novas estruturas e formas do poder global e quais seriam os horizontes do pensamento nessa nova conjuntura. Apresentava esse quadro como marcado por impasses e problemas, mas também como possibilidade de se pensar o futuro:

Em escala crescente, as ciências sociais estão sendo desafiadas por essa problemática. Sob vários aspectos, a globalização confere novos significados a indivíduo e sociedade, modos de vida e formas de cultura, etnia e minoria, reforma e revolução, tirania e democracia. Permite pensar o presente, rebuscar o passado e imaginar o futuro. Tudo pode ganhar outra luz, quando visto sob a perspectiva aberta pela globalização. (IANNI, 1992, p. 9).

Na trilha do meu processo formativo, acumulava as tarefas de professor em escolas de ensino médio e fundamental II e de ensino superior privado. No ensino superior privado, ministrava aulas das disciplinas das ciências sociais - principalmente Sociologia -, pois era parte integrante dos componentes curriculares estruturantes de quase todos os cursos ofertados: Pedagogia, Estudos Sociais, História, Administração, Economia, Serviço Social, Economia, Hotelaria, Turismo e Relações Internacionais, entre outros. Com a dupla tarefa de preparar aulas para disciplinas diversas, pouco a pouco fui-me distanciando do estudo mais pragmático e organizado do tema, o que não significou seu abandono.

Porém, no cotidiano como professor, nos processos de trabalho, ampliavam-se a presença e o contato com os *novos meios de comunicação e informação*, que derivavam do processo de globalização. Nas reuniões pedagógicas éramos todos “incentivados” para o uso em nossas aulas das “novas tecnologias” disponíveis nas escolas. Computadores, projetores de vídeo (data show), vídeos cassete e os softwares do pacote Office passavam a ocupar espaços nas salas de aula, alterando práticas e processos educativos. O “incentivo” para a utilização desses meios centrava-se no *aprendizado de sua utilização*, com o objetivo de tornar as aulas

mais atraentes, mais interessantes e “conectadas” com o novo tempo que se vislumbrava. As tecnologias exerciam à época, e ainda exercem, um forte encantamento sobre o homem. Mas os momentos para a reflexão sobre o que eram esses novos meios e tecnologias, como eles poderiam ser utilizados e para o que serviam eram quase inexistentes. Predominava a ideia de aprender usando. Se, por um lado, o aprender usando significava uma alienação em relação ao objeto, por outro, o mesmo processo abria novas possibilidades educativas e educacionais, tanto para professores como para alunos.

Na segunda metade dos anos 1990, em função de uma primeira incursão no curso de mestrado da Unicamp-IFCH (1997), sob orientação do professor Ianni, ampliei o contato com as bibliografias de autores brasileiros que produziam novas intelecções sobre o tema: **Mundialização e cultura**, livro do professor Renato Ortiz (1994a), e **Teorias da Globalização** (1995), do professor Ianni, apresentavam alguns desdobramentos ou consequências da elaboração inicial. Resulta daí meu interesse primeiro em compreender como autores brasileiros interpretavam esse processo de transformação.

O livro de Ortiz apresentava um debate orientado entre a sociologia e a antropologia, sobre *cultura e sociedade global*, sobre o surgimento de uma *cultura internacional popular* e sobre quem eram os artífices mundiais de cultura e de como estaria ocorrendo uma reorientação da *legitimidade dos estilos de vida* sob a *mundialização*. Diferentemente de Ianni, Ortiz propunha a utilização do conceito de *mundialização* e não *globalização* ao tratar a cultura sob o impacto desse movimento global. O livro de Ianni apresentava inicialmente um conjunto de metáforas atreladas à ideia de *globalização* como resultado da dificuldade inicial em conceituá-la, o diálogo com Braudel – economia-mundo – e Wallerstein – sistema-mundo – e a importância desses autores para o conhecimento das configurações e movimentos da sociedade global em formação no final do século XX; a retomada do caráter histórico da internacionalização do capital em contraposição à ideia de que ela representaria um fato novo, da ideia de interdependência das nações e da ocidentalização do mundo; a reflexão sobre a articulação mais extensa de uma mídia global a partir do desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e informação, bem como de seu caráter atrelado ao monopólio do mercado; o retorno à ideia de modernidade, mas agora como modernidade-mundo; e, por último, a indicação de alguns caminhos para se pensar uma sociologia da globalização, com apresentação de autores, temas e horizontes.

Pouco a pouco fui percebendo a complexidade do tema, seus desdobramentos e implicações. Um aspecto importante desse processo de aprendizado foi o seu caráter interdisciplinar, pois fui percebendo que não era possível segregá-lo à leitura de apenas um

campo de conhecimento, o que significaria reduzi-lo. O presente trabalho tem essa característica, ou seja, é um trabalho interdisciplinar.

Nas escolas em que trabalhava, o tema da interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas também estava posto e era intensamente discutido entre professores, equipes pedagógicas e diretivas. Projetos que buscavam a integração de conhecimentos eram desenvolvidos, e o diálogo entre professores de campos distintos se estabelecia como uma necessidade para a formação de alunos e professores, estabelecendo a centralidade dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs).

Nesse período também tive contato com o material produzido pela Fundação Calouste Gulbenkian, **Para abrir as ciências sociais**³, ensaio metodológico que apresentava uma pergunta principal feita por seus autores, sob a direção de Immanuel Wallerstein: que tipo de Ciências Sociais construir em um mundo marcado pela complexidade inerente à heterogeneidade das mais variadas ordens (étnicas, sociais, nacionais, religiosas, regionais, culturais, dentre outras)? Desta questão desdobravam-se outras indagações teóricas e metodológicas relativas, por exemplo, às relações tempo/ espaço, objetividade/ subjetividade, singularidade/ pluralidade, ser humano/ natureza.

Os estudos apontavam, também, que era preciso romper com o véu protetor das estruturas disciplinares, ignorando as rígidas fronteiras que impediam a produção compartilhada do conhecimento, inclusive entre as ciências exatas, ciências naturais e ciências humanas e sociais. Além disso, propunham uma perspectiva pluralista e, portanto, universalista de difusão do conhecimento, para além das fronteiras acadêmicas e universitárias.

Para tanto, sugeriam: relação mais sólida entre ensino, investigação e sociedade; liberdade dos pesquisadores em relação a cânones pré-estabelecidos; vinculação mais sólida entre os investigadores e a realidade a que estão integrados; rompimento com ideias que afirmavam a possibilidade da neutralidade no terreno da epistemologia, e ultrapassagem das divisões estanques de domínios supostamente autônomos do político, do social, do econômico e do cultural.

Esse debate, assim como as questões postas entre modernidade/ pós-modernidade no interior das ciências sociais (GIDDENS, 1991; IANNI, 1998; HALL, 2001), fez parte da construção da minha formação e da pesquisa, povoando a constituição do objeto. Sob a globalização, tudo parecia descentrar-se ou ser objeto de deslocamento conceitual. Em alguns

³ Fundação Calouste Gulbenkian. Para abrir as ciências sociais – Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1996.

momentos, parecia-me que a globalização era um objeto indeterminado. Essa indeterminação, como propunham esses autores, abria a possibilidade para a construção de um novo conjunto de conceitos, ou de categorias de análise, como é usual nas ciências sociais, para interpretar e compreender o novo objeto.

Foi, pois, no interior dessas leituras iniciais que passei a compreender que não era possível discutir ou pensar o processo de globalização no Brasil no singular, pois o que ocorria eram *processos de globalização*, no plural. O mesmo não se apresentava no Brasil dos anos 1990 de maneira integral e em um só momento, mas, gradualmente e de forma quase sub-reptícia, impactando relações, processos e estruturas da sociedade, do Estado e do mercado. É nesse percurso que procuro apresentar de que maneira o tema e seus desdobramentos foram sendo introduzidos nos diálogos e debates entre parte dos intelectuais brasileiros que produziram suas intelecções.

A globalização se configurou na transição do século XX para o XXI como questão central no *vivido* dos sujeitos e das sociedades, pois as relações as quais estamos todos enredados no presente se apresentam como consequência desse processo, que acabou por redefinir muitas de nossas relações concretas por imersão (conexão) com as novas redes que se estabeleceram. Tais redes, hoje, são visíveis na vida social, nas relações de trabalho, no mundo da produção, no desenvolvimento científico-tecnológico, na comunicação e nas esferas da cultura.

Nessa transição, as relações sociais que eram estruturadas, pelo menos analiticamente, na sociedade nacional foram pouco a pouco sendo desestruturadas e transformadas. A identidade do sujeito foi um dos temas que passou a ocupar, no mundo contemporâneo, uma nova centralidade no debate. No campo das ciências sociais ele está presente desde os anos 1970 e se constituiu, durante longo período, como espaço de produção de estabilização da vida social. Contudo, nos últimos 30 anos, passamos a conviver com novas identidades que, ao contrário de produzirem estabilidade a partir de uma centralidade que a organizaria, provocaram a fragmentação do sujeito moderno, acarretando rupturas, continuidades e possibilidades.

O mundo, interconectado por redes e pelo capital transnacional, não está nem é integrado. A existência de uma rede mundial de comunicação propicia a conexão entre lugares e gentes, mas essa conexão é de natureza técnica, cibernética. O filósofo Henri Lefebvre, no final dos anos 1960, em sua obra *Vers le cybernanthrope*, já destacava que as imensas possibilidades tecnológicas e científicas do nosso tempo chegavam à vida cotidiana das pessoas como chuvas residuais daquilo que foi prioritariamente destinado à constituição e alimentação

dos sistemas de poder, e não ao próprio homem⁴. (LEFEBVRE, 1971, p. 13-15). A materialidade física dessa rede não significa integração entre pessoas, não gera uma “consciência coletiva global”, não pode ser comparada com uma rede de relações sociais, e, muito menos, com uma “comunidade global”. Pelo contrário, ela pode distanciar pessoas e grupos, enfraquecer laços identitários. Mas também pode produzir aproximação e laços de outra ordem, com outros significados. Uma outra questão é que, na esfera transnacional, ou global, ocorre o esvaziamento do espaço público, pois ela é dominada pelo mundo privado.

O fato é que uma grande transformação no mundo começou a ocorrer nos anos 1990 (HOBSBAWM, 1995; IANNI, 1992; ORTIZ, 1994a), abrindo espaço para novas dualidades: no lugar das sociedades nacionais, estabeleceu-se a *sociedade global* e um novo conjunto de referências; no lugar da bipolarização, um aparente mundo capitalista e multipolarizado; conceitos e referências para interpretação do mundo e das sociedades locais ganharam novos significados a partir do global; desenvolveu-se um amplo processo de mundialização de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração. Aos poucos, todas as esferas da vida social, coletiva e individual foram alcançadas pelos problemas e dilemas da globalização.

No Brasil, a temática alçou relevo e passou a ocupar os espaços de debates da academia, que produziu uma literatura reflexiva e de caráter interdisciplinar a partir das ciências sociais, geografia, economia, antropologia e história, entre outras disciplinas.

Desde o início do seu espraiamento, as definições para o *fenômeno*⁵ que se apresentava eram vastas, amplas, e marcadas pela utilização de *metáforas*⁶, que buscavam definir o que não se sabia objetivamente. Inicialmente, algumas dessas metáforas eram: globalização, mundialização, internacionalização, aldeia global, fábrica global, shopping global, sociedade informática, sistema mundo, bi e multilateralismo. O que se pretendia definir e difundir a partir dessas imagens ou representações era a perspectiva de que estava em construção um mundo integrado, sem “barreiras”, com mobilidade física e de ideias, no qual a metáfora da *viagem* passava a alimentar desejos e possibilidades para o humano.

⁴ José de Souza Martins, em seu texto "As temporalidades da História na dialética de Lefebvre" (1996), ao tratar da alienação do homem em relação à sua obra, destaca a importância da reflexão do autor em relação ao homem cibernantropo.

⁵ A palavra fenômeno aqui é utilizada para qualificar um objeto de conhecimento que guarda relação com si mesmo e com o ser humano, tanto individual quanto coletivamente.

⁶ Segundo o dicionário Houaiss, metáfora é a designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança.

No Brasil dos anos 1990 a *globalização* se impôs pelo meio político-empresarial e pelos governos como uma promessa e como alternativa para a saída da *longa crise econômica* pela qual o país havia passado ao longo da década de anterior, nos anos 1980⁷. Além disso, a ideia de globalização representava, para alguns setores da sociedade brasileira, a possibilidade da entrada do país em um “novo ciclo de modernização”, tema já bastante debatido pelo pensamento social brasileiro desde os anos 1930.

É importante lembrar que no Brasil – nos planos político-institucional e social –, a década de 1980 indicava um quadro em transformação: *retorno dos movimentos sociais e dos partidos políticos à cena política*⁸ – iniciado no final dos anos 1970, com a nova lei orgânica dos partidos, nº 6.767, de dezembro de 1979, que colocou fim ao bipartidarismo iniciado com o Ato Institucional nº 2 e regulamentado pelo Ato Complementar nº 4, ambos de 1965; *aprovação da Lei da Anistia, nº 6.683, em agosto de 1979*, que, finalmente, criava condições para o retorno ao país de todos que haviam sido perseguidos e que tiveram de se exilar durante a ditadura civil militar; *campanha das Diretas Já*, responsável por, entre o final de 1983 e início de 1984, levar milhões de brasileiros às ruas pedindo por eleições presidenciais pelo voto popular; *retomada dos processos eleitorais em 1982* – eleições diretas para os governos dos estados –, em 1985, para prefeitos das capitais com mais de 100 mil habitantes e, em 1989, para presidência da República.

É possível definir pelo menos dois tempos na história do país nos anos 1980: de um lado, uma crise profunda da economia com altas taxas de desemprego, inflação e ampla miséria social; de outro, um movimento que ampliava a abertura e a participação política e institucional de grupos e classes.

Já nos anos 1990, os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) colocaram em prática suas opções políticas e econômicas ao apostarem na internacionalização do país, ou naquilo que Boaventura de Sousa Santos conceitua como *globalização econômica* (SANTOS, 2002, p. 29). As características principais dessa *globalização econômica* apresentavam os seguintes traços: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento em escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução das tecnologias da informação e da comunicação; desregulação das economias locais em proveito das economias hegemônicas; domínio das agências financeiras multilaterais – FMI, GATT-OMC e Banco

⁷ Os anos 1980 são qualificados por muitos economistas como a década perdida em função da ideia de crise.

⁸ Ver SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Mundial – na formulação e imposição de rumos para a economia mundial e para as economias locais, sobretudo para os países com alto endividamento com essas mesmas agências; emergência de, pelo menos, quatro grandes países como atores ativos do capitalismo transnacional: EUA, Canadá, Alemanha e Japão.

A adesão do Brasil à internacionalização como *agenda política*⁹, com implicações para as agendas e políticas econômica e social, pode ser apresentada a partir das seguintes orientações, premissas ou exigências: *abertura da economia para o mercado mundial e adequação dos preços das mercadorias e serviços domésticos aos preços internacionais*, em outras palavras, acirramento da concorrência com empresas transnacionais; *prioridade às exportações*, pois, no seu contraponto, está a importação; *políticas monetárias e fiscais orientadas para a redução da inflação e da dívida pública*¹⁰, com forte controle da balança de pagamentos; os direitos de propriedade deveriam se tornar claros e invioláveis¹¹; intenso projeto de privatização das empresas estatais¹²; os preços deveriam ser regulados pelo mercado, que ditaria os padrões nacionais de especialização da economia; intensa mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; regulação mínima da economia pelo Estado; e redução das despesas sociais no orçamento público visando à redução das políticas sociais, bem como sua universalidade.

Essa agenda política foi conduzida pelos governos do período a partir da aprovação no Legislativo de Leis para a Reforma do Estado¹³, que alteravam suas estruturas, garantindo a existência dessa nova institucionalidade como caminho para a entrada no novo jogo da

⁹ Essa agenda política ficou conhecida no plano internacional como *Consenso de Washington* (1989), uma “recomendação” internacional para os países que pretendiam combater a crise e a miséria social, e foi elaborada pelo economista norte-americano John Williamson; tais “recomendações”, com forte alicerce da ideologia neoliberal, foram patrocinadas pelo *Institute for International Economics*, que reuniu, na ocasião, diversos economistas latino-americanos liberais, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano; nos anos 1990, os organismos internacionais, citados anteriormente, transformaram essas orientações em regras para os países que solicitassem qualquer ajuda econômica.

¹⁰ Um dos fundamentos do Plano Real, editado por Medida Provisória em fevereiro de 1994, ou seja, sob o governo Itamar Franco, quando FHC era ministro da Fazenda.

¹¹ Sobre esse tema, é importante lembrar como ele aparece na Carta ao povo brasileiro, de 22 de junho de 2002, do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva; “Premissa dessa transição será naturalmente o *respeito aos contratos e obrigações* do país”; naquele momento a proposta era de uma virada no projeto de desenvolvimento que dominou a conjuntura dos anos 1990, mas que respeitaria toda propriedade do capital internacional, fosse ela física ou intelectual; os certificados da dívida externa são, em última instância, contratos com direitos de propriedade para quem os compra.

¹² Collor e FHC aprovaram leis para o projeto de desestatização; Collor aprovou o Programa Nacional de Desestatização-PND, lei nº 8.031, no dia 12 abril de 1990, menos de 30 dias após sua posse; FHC propôs e aprovou uma alteração da lei do PND, nº 9.491, em setembro de 1997.

¹³ Também trataremos desse tema no Capítulo II, a partir de um texto do então presidente/candidato/sociólogo FHC, publicado em março de 1998 na *Revista Novos Estudos-CEBRAP*, cujo título é “Notas sobre a reforma do Estado”.

economia global e da política internacional, marcadas pela derrubada do muro de Berlim e pela dissolução da URSS. Com isso, abre-se um novo ciclo de expansão para o capitalismo no país.

As grandes mudanças do final do século XX transformaram o mundo em um território para o desenvolvimento do capitalismo, mas não unificado, porque na maior parte do planeta a globalização se impôs como *perversidade* (SANTOS, 2000). Território único, pois lugar para a realização da mais-valia global. Não unificado, pois a globalização impacta os atores e os lugares de maneira assimétrica.

As tiranias do dinheiro e da informação forneceram as bases ideológicas do novo sistema do capitalismo global, legitimando suas ações e conformando um novo *ethos*¹⁴ para as relações sociais e interpessoais. A *competitividade*, sugerida pela produção e pelo consumo, passou a ser fonte de novos totalitarismos e tiranias como violência estrutural nas formas de agir do Estado, das empresas e indivíduos.

No Brasil, apesar da sua face democrática, os governos do período adotaram uma agenda alinhada ao Consenso de Washington e às determinações das agências multilaterais, privatizando inúmeras empresas dos setores de mineração, telefonia e telecomunicações, transportes (portos, aeroportos, terminais de carga e rodovias) e energia¹⁵, setores fundamentais para o funcionamento do novo modelo.

Os setores de telefonia e telecomunicações, energia e transportes constituíram os fundamentos desse processo de internacionalização da economia no Brasil, pois são eles os articuladores da extensa rede do comércio mundial, de exportações e importações, realizada por empresas transnacionais por meio de uma rede de comunicação informacional. O setor de telecomunicações no Brasil foi privatizado no decorrer dos anos 1990 e rapidamente dominado por empresas transnacionais produtoras das bases materiais e intelectuais desse sistema. Uma decorrência da privatização é que a comunicação deixou de ser considerada um direito

¹⁴ Segundo os professores Pierre Dardot e Crithian Laval, esse novo *ethos* é uma nova razão do mundo, qual seja, a neoliberal.

¹⁵ Parte desse processo de privatização, caminhos e descaminhos, é apresentado nos livros O Brasil privatizado I e II do jornalista Aloysio Biondi; no momento em que escrevo esse trabalho, após o golpe jurídico-parlamentar-empresarial que se concretizou em 2016, o governo interventor, a partir da mesma base ideológica, propõe um novo processo de privatização de empresas públicas (57), entre elas a Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S/A, composta por centenas de usinas de geração distribuídas pelo país, seis distribuidoras e milhares de quilômetros de distribuição, responsável por metade de toda rede de distribuição e maior empresa de geração de energia.

humano¹⁶ – e com capítulo especial na Constituição intitulado Comunicação Social¹⁷ –, e passou a ser tratada pelo Código de Defesa do Consumidor¹⁸ e por uma agência reguladora, a ANATEL¹⁹ – Agência Nacional de Telecomunicações, ou seja, configurando-se como uma mercadoria sob o formato de prestação de serviços. O Estado passa a atuar como um agente antropofágico na privatização do público, estimulando a divulgação da ideia da desnecessidade e desqualificação do espaço público. (OLIVEIRA, 1999).

Um dos elementos principais da construção da complexidade estrutural e horizontal das sociedades “globais” encontra-se nos *meios tecnológicos comunicacionais*, pois passamos a conviver com um dos mais significativos meios construtores dessa nova lógica, responsável pela alteração da nossa relação com o processo de conhecimento. Nesse período, iniciamos, mais acentuadamente, a *transição* de uma sociedade analógica para outra digital marcada pela *ambivalência*²⁰. Passamos a nos relacionar, em nossas vidas materiais e culturais, com produtos e ideias decorrentes da *inter-relação* entre *globalização* e *tecnologias da comunicação*.

Uma das questões que nos interessa no debate é: *Como fomos impactados com as novas tecnologias da informação* no que se refere a uma possível *metamorfose da percepção* nas relações homem-máquina ou homem-natureza? Reafirmo que esse seja um tema importante e significativo, pois a nova dinâmica das relações propõe alterações no que se refere às formas de conhecimento dos homens a partir das máquinas e suas “inteligências”, que são matemáticas e binárias, e que trataremos com mais acuidade no capítulo II da presente dissertação.

Para Henri Lefebvre (apud MARTINS, 1996), retomando MARX, o núcleo explicativo do processo histórico está na relação entre homem e natureza; o homem que atua sobre a

¹⁶ A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), em seu art. 19, destaca que “[...] todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948, Art. 19). No âmbito das Américas, a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, declara que “toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha” (Organização dos Estados Americanos, 1969, Art. 13).

¹⁷ Capítulo V – Da Comunicação Social, art. 220 a 224, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 4 set. 2017.

¹⁸ Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; a ANATEL foi criada por emenda constitucional, em agosto de 1995 e depois aprovada como lei, nº 9.472/97, ambas durante o primeiro mandato de FHC.

¹⁹ A proposição de reformar introduzia um novo agente no modelo de Estado, o das agências reguladoras; nos dois governos de FHC foram estabelecidas 9 das 10 agências reguladoras de prestação de serviços públicos, atualmente em funcionamento: ANEEL – Lei 9724/96, ANATEL – Lei 9472/97, ANP – Lei 9478/97, ANVISA – Lei 9782/99, ANS – Lei 9961/00, ANA – Lei 9984/00, ANTT – Lei 10233/01, ANTAQ – Lei 10233/01, ANCINE – Lei 10454/02; a ANAC – Lei 11182/05 foi criada no primeiro governo Lula (2003-2006).

²⁰ A palavra ambivalência é empregada aqui com dois sentidos: 1) como um estado ou condição do que apresenta dois valores de sentidos opostos ou não; e 2) como existência simultânea de dois sentimentos ou duas ideias com relação a uma mesma coisa e que se opõem mutuamente.

natureza para saciar-se, modifica a natureza e suas condições de vida, modificando sua relação com a própria natureza; ao modificar suas condições de vida o homem constitui-se como humano, humanizando-se. Essa tese, para Lefebvre, ganha consistência na noção de formação econômico-social que carrega consigo a datação das relações sociais, pois elas não são uniformes e não têm a mesma idade. As relações sociais são de tempos distintos e se apresentam numa relação de descompasso e desencontro. Não têm a mesma origem e sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas.

Para Martins (1996), Marx utilizou-se de muitas metáforas em suas obras e parte significativa delas foi fetichizada por seus vulgarizadores e transformada em conceitos. O conceito de modo de produção, por exemplo, foi utilizado de modo elástico e muitas vezes de maneira imprecisa. Para o autor, ora Marx se refere ao processo de trabalho, ora ao processo de valorização, ora tem conotação antropológica ou a um modo de fazer. Para Lefebvre (1957, p. 208), a noção de formação econômico-social “tem uma significação profunda e dupla: metodológica e teórica”. Essa noção foi retomada e aprofundada por Lênin que, ao analisar o desenvolvimento histórico da Rússia, percebeu que as relações sociais capitalistas e suas instituições apresentavam desenvolvimentos desiguais. Ainda para Lefebvre (1957, p. 247), “a lei do desenvolvimento desigual tem uma multiplicidade de sentidos e aplicações [...] ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultâneas, no mesmo ritmo histórico”. Essa desigualdade de ritmos do desenvolvimento resulta em desencontros, pois faz do homem produtor de sua história e, ao mesmo tempo, não o torna senhor do que faz. A obra ganha autonomia e, como objeto coisificado, subjuga novamente o sujeito, alienando-o. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil sempre apresentou desigualdade em relação ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, bem como desigualdades em seu desenvolvimento regional, interno.

A formação é econômica e social porque alcança e envolve a práxis em dois campos: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). O homem que age sobre a natureza para atender suas necessidades produz novas relações sociais e concepções, ideias e interpretações que orientam aquilo que faz, mas, também, reproduz as relações, concepções, ideias e interpretações que dão sentido à sociedade. Nesse processo o homem se transforma e se modifica, edificando sua humanidade.

O desencontro entre o social e o econômico se manifesta quando o econômico avança em relação ao social, anunciando o que a sociedade não realiza ou o faz com atraso. O econômico “avançado” se sobrepõe ao social “atrasado”. As reformas levadas a cabo no Brasil dos anos 1990 se realizaram sob esse “novo” signo, qual seja, pelo econômico, a economia

global, para reformar o social. Para Marx e Engels (2010), a contradição que alicerça a sociedade capitalista se estabelece na forma como a produção social se organiza e na maneira como o resultado dessa mesma produção é apropriado. O capitalismo organiza o modo de viver e de ser e a sociabilidade, que implica o reconhecimento dos homens uns pelos outros como agentes de mediação de todos. A pobreza, para Lefebvre, alça novo significado pois não é apenas material, mas pobreza de realização de possibilidades para libertação das carências, pobreza de tempo.

Por que nos interessa a noção de formação econômico-social para pensar o Brasil nas últimas três décadas? Por considerar que com a globalização passamos a conviver, mais intensamente, com tempos históricos distintos sob o novo capitalismo ou que a globalização capitalista e neoliberal é uma formação econômico-social. Sob esse novo formato do capitalismo emergiu um novo formato da alienação. Nas palavras de Martins (1996, p. 20), “a coisificação das relações sociais promove a alienação do homem em relação a sua própria obra, que aparece como objeto e não como objetivo do que faz”.

Os anos 1990, no Brasil sob a globalização capitalista e neoliberal, são anos de transição, com momentos de *ruptura* e *permanência*. *Ruptura* que indica uma descontinuidade, uma mudança súbita de orientação no curso dos acontecimentos, um corte com relação a um conjunto de valores e expectativas estabelecidos numa determinada época, acompanhado de um salto em direção a uma nova conjuntura, a ser instituída a partir da superação da conjuntura precedente. Em todos os casos, é sempre sobre o pano de fundo das *permanências*, isto é, sobre o eixo temporal da continuidade dos processos estudados que se pode pretender identificar e assinalar as rupturas. Uma não existe sem a outra: dialeticamente unidas, ruptura e permanência constituem um mesmo movimento, através do qual se opera a transformação dos processos em curso e que equivale, em última análise, ao próprio movimento da História.

Os períodos de transição nos ajudam a clarificar a interdependência estabelecida entre ruptura e permanência. Em tais períodos, experimentamos a sensação de viver em dois mundos simultâneos. Trata-se da transição entre o que já foi e o que ainda não é. Aquilo que se encontra em processo de superação se opõe e resiste ao novo que se anuncia. Ao mesmo tempo, é a partir do velho mundo que são engendradas as condições necessárias para a sua superação. Na superação, por sua vez, o que é superado não é eliminado de uma vez por todas, mas conservado no processo de transformação. Por isso é tão difícil assinalar sobre um eixo cronológico a data precisa em que se processou uma determinada ruptura. Pois, como nos diz Lefebvre (1983, p. 231), superação implica, também, numa espécie de “retorno ao passado” que é, em cada etapa

do desenvolvimento, reencontrado, mas superado e por isso mesmo aprofundado, liberado de suas limitações.

A presente reflexão acerca da relação dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação da sociedade brasileira sob o impacto da globalização capitalista e neoliberal será desenvolvida a partir das contribuições teóricas de Henri Lefebvre (1901-1991), resgatando, particularmente, o método de análise **regressivo-progressivo** proposto pelo autor como chave de decifração daqueles processos.

O método **regressivo-progressivo**, cuja concepção (como o próprio Lefebvre assinala) deve ser atribuída a Marx, visa a compreender a gênese do presente, partindo sempre do atual em direção ao passado, não apenas para explicar o passado, mas, sobretudo, para esclarecer os processos em curso no presente que apontam para o futuro. A dialetização do método, perseguida por Lefebvre, impõe a consideração de duas dimensões temporais entrelaçadas: a dimensão **horizontal ou sincrônica**, que permite estudar a inserção do objeto de estudo no contexto de sua época, e a dimensão **vertical ou diacrônica**, que estuda a coexistência de processos históricos diferentemente datados. O conhecimento, para o autor, deve ser submetido a um

movimento de duplo sentido: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do terminado, ao movimento que determina aquela conclusão e que anuncia e faz surgir algo novo). (LEFEBVRE, 1972, p. 30).

Esta operação metodológica, à qual Lefebvre dá o nome de **transdução**, visa a construir o objeto teórico como um objeto virtual, aberto ao devir e ligado, portanto, a um processo e a uma prática concreta (LEFEBVRE, 1972, p. 9 e 171). Nesse sentido, a **transdução** não se confunde com os procedimentos clássicos da indução e da dedução, nem com a construção de modelos ou simulação de cenários futurísticos (LEFEBVRE, 1991, p 108).

Para Martins (1996), a dialética de Lefebvre se compõe de três partes, ou seja, ela é triádica. No primeiro momento do método, o tempo de cada relação social não está identificado e o pesquisador deve proceder como um etnógrafo, descrevendo o visível. No segundo momento, analítico-regressivo, o pesquisador deve mergulhar na complexidade vertical da vida social na qual a coexistência de relações sociais tem datas desiguais. O que antes parecia simultâneo e contemporâneo aparece como remanescente de época específica. Por isso, é que no vivido se faz a combinação prática das coisas, relações e concepções não são contemporâneas. No terceiro momento, o histórico-genético, o pesquisador volta à superfície fenomênica da realidade social, elucida o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Nesse momento é possível reconhecer as contradições

que não são só desencontros de tempos, mas de possibilidades também. Ao descobrir que existem relações e concepções que persistem, ou de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, encontra as virtualidades e possibilidades que não se cumpriram. É o desencontro das temporalidades das relações que opõe uma relação social a outra (MARTINS, 1996, p. 20-22).

A práxis é repetitiva, mimética e inovadora ao mesmo tempo, no mesmo movimento. Por isso, fazer História não está apenas no ato intencional de criar o novo e destruir o velho. No vivido a práxis é contraditória. Lefebvre afirma também que não há reprodução sem uma certa produção de relações ou que não há repetição sem uma certa inovação.

A aplicação do método regressivo-progressivo pressupõe a construção simultânea de uma periodização do tempo histórico, capaz de identificar descontinuidades temporais e espaciais no *continuum* da história. Cada acontecimento deve ser estudado não como uma sucessão linear de fatos ocorridos, mas como processos articulados no quadro de forças em conjunção seletiva existente no presente (SANTOS, 1999, p. 265). De acordo com Lefebvre (1991, p. 52): “*evitar a confusão numa continuidade ilusória, bem como as separações ou descontinuidades absolutas, esta é a regra metodológica*”. Estabelece-se assim uma via de mão dupla, permitindo que se vá dos processos mais gerais, que incluem continuidades e descontinuidades, aos processos mais específicos em curso na realidade, e reciprocamente, das particularidades ao seu contexto global:

A cidade, mediadora ela própria das articulações entre o geral e o particular, coloca em evidência, através da sua forma, o movimento contraditório e conflitual das transições sem, contudo, dissolvê-las. (DUARTE, 2006, p. 44).

A escrita da dissertação, como um exercício acadêmico, tomará como chave interpretativa o método regressivo-progressivo elaborado por Lefebvre.

As fontes ou documentos são requisitos fundamentais para a produção e sistematização do conhecimento. O trabalho de levantamento, catalogação, identificação e interpretação das fontes é elemento constituinte da pesquisa e representa o alicerce para a preservação da memória histórica. Dessa forma, a compreensão do conhecimento acumulado historicamente e da própria História são condições indispensáveis tanto para a produção de novos conhecimentos, quanto para evitar a sua mera reprodução, ou até mesmo sua manipulação em favor de determinados segmentos da sociedade. Portanto, conhecimento é poder.

Essa investigação está pautada no uso de fontes bibliográficas – escritas - elaboradas por autores brasileiros que se debruçaram sobre as temáticas que envolvem a globalização, seus caminhos e descaminhos no decorrer dos anos 1990. São autores cujas produções, em sua maioria, foram publicadas em livros e revistas acadêmicas com caráter multidisciplinar. Os livros foram selecionados com base em dois pressupostos: 1) seu conteúdo apresentar objetivamente relação com o tema central da pesquisa, a globalização; e 2) terem sido publicados entre os anos de 1990 e 2000. No caso das revistas, a escolha se deteve em três elementos: 1) apresentar discussões sistemáticas, no caso, dossiês sobre a globalização; 2) regularidade e seriedade acadêmica da publicação; e 3) apresentar análises aprofundadas de temas das ciências humanas que acompanham o debate de ideias no país como, por exemplo, centros de produção do pensamento.

As revistas escolhidas foram: Revista Estudos Avançados-IEA/USP²¹, Cadernos Novos Estudos-CEBRAP²² e Universidade e Sociedade/ANDES-SN²³. A primeira, Revista Estudos Avançados, é publicada pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo desde 1987 e conta com 91 edições. A segunda, Cadernos Novos Estudos do CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, teve seu início em 1981 e já publicou 109 edições até o presente. A última, Revista Universidade e Sociedade, publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior/ANDES-SN desde 1991, encontra-se atualmente na 60ª edição. Todas elas publicaram, em momentos distintos dos anos 1990, dossiês sobre a globalização que

²¹ A Revista Estudos Avançados, segundo o site do Instituto, “procura produzir e transmitir conhecimentos que revelem e façam entender melhor o que chamamos, em sentido lato, a realidade brasileira: as suas conquistas, os seus impasses, as suas contradições”; ela é também caracterizada como “um órgão de cultura científica e humanística. Como tal, não lhe assenta bem nenhum preconceito estritamente localista. Para exercer com liberdade o direito à ampla informação e ao convívio com as riquezas do pensamento universal, ela deve abeberar-se das mais diversas fontes de cultura filosófica, científica e literária”. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/revista/missao>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

²² O Caderno Novos Estudos do CEBRAP é um periódico multidisciplinar de ciências humanas, direito, literatura e artes e tem como objetivo apresentar análises aprofundadas de temas das ciências humanas e acompanhar o debate de ideias no país, contribuindo para o adensamento das discussões num amplo leque de temas, das artes plásticas às políticas públicas. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/sobre/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

²³ A revista Universidade e Sociedade do ANDES-SN surge como um instrumento de ação política contra o neoliberalismo dos anos 1990 e tem como objetivos: constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.; oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática; divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de ensino, cultura, artes, ciência e tecnologia, entre outros. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-284015907.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2017; consultar também artigo do professor Afrânio Mendes Catani, *A trajetória de uma revista: Universidade e Sociedade (1991-1995)*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33603/36341>. Acesso em: 29 dez 2017.

contaram com a participação de intelectuais de vários campos do conhecimento: sociologia, antropologia, economia, geografia, geociências e história, entre outros.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, *Os segredos guardados da globalização capitalista e neoliberal*, apresento uma fotografia sobre o impacto do processo de globalização no *vivido*, partindo de três artigos publicados em jornais e sites eletrônicos que guardam relação com a temática central. O foco da discussão é demonstrar de que forma o processo se coloca em diferentes dimensões das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. No segundo capítulo, *Os intérpretes da globalização no Brasil nos anos 1990*, são apresentadas as interpretações e formulações dos autores e textos escolhidos, a partir das seguintes temáticas: 1) interpretações sobre a globalização capitalista; 2) os problemas do Estado frente à globalização; 3) técnicas e tecnologias na globalização. No terceiro capítulo, *Modernidade versus pós-modernidade, identidade e cultura e sociedade civil mundial: debates paralelos à globalização*, apresento três temas que foram debatidos paralelamente a globalização a partir da seguinte estrutura: 1) modernidade *versus* pós-modernidade como um debate paralelo ao desenvolvimento da globalização; 2) identidade, sujeito e cultura no mundo global, e 3) sociedade civil mundial, um conceito. No quarto capítulo, *A convergência tecnológica das telecomunicações no Brasil: um caso paradigmático*, apresento um breve histórico do desenvolvimento das telecomunicações no país e como esse setor, pós-privatização, possibilitou a constituição de um oligopólio controlado por um pequeno conjunto de empresas transnacionais.

Capítulo 1

Os segredos guardados da globalização capitalista e neoliberal

A vida na sociedade capitalista global e neoliberal vem impondo ao sujeito, no correr dos últimos 20 anos, um conjunto de transformações, com rupturas e permanências, estruturadas na necessidade do mesmo “adequar-se”, de tornar-se flexível aos novos estilos e modos de vida das relações sociais, no que vem sendo denominado, em sentido bastante amplo, de processo de globalização. Existem muitas outras denominações, ou categorias explicativas, como é usual nas ciências sociais, para o mesmo processo: globalização econômica, internacionalização, mundialização e globalização neoliberal são apenas algumas. Nesse momento, utilizo o termo em sentido bastante amplo, pois no segundo capítulo do presente trabalho farei as devidas distinções. Tais mudanças, como ondas, foram pouco a pouco se impondo por meio de várias estratégias que se estabeleceram no conjunto das relações, tanto interpessoais, como no mundo do trabalho. No período em tela, transitamos de um tipo de sociedade analógica – na qual as funções e atribuições dos sujeitos estariam, pelo menos na aparência, claramente estabelecidas e estruturadas – para outra digital – na qual funções e atribuições deveriam obedecer a um novo critério, a *flexibilidade*, no que se refere aos seus instrumentos ou meios. De uma sociedade de produtores, para uma outra de consumidores

No início da década de 1990, um trabalhador brasileiro medianamente qualificado, para aspirar trabalho em um escritório de uma empresa na área administrativa, precisava dominar, no máximo, três habilidades: a linguagem falada e escrita em seu país, a datilografia, para realizar as tarefas que lhe fossem atribuídas, e a disciplina em relação ao tempo do trabalho, que era fixo e organizado pelo que se denominava horário comercial. No decorrer dos anos 2010, um trabalhador também medianamente qualificado, para atuar em um mesmo setor ou área, deve dominar algumas outras habilidades para conseguir emprego: ter conhecimento e domínio do pacote OFFICE da Microsoft (Word, Excel, Power Point, Outlook e Acess, entre outros), dominar, mesmo que precariamente, uma língua estrangeira – de preferência o inglês – e ter *tempo flexível* para a realização de suas tarefas. Essas habilidades distintas, antigas ou novas, não se encerram nelas mesmas e de modo excludente, convivendo em diferentes temporalidades, como nos indicava Henri Lefebvre (apud MARTINS, 1996) ao tratar das formações econômico-sociais do capitalismo.

O exemplo anterior não é único nem excludente, mas apresenta, mesmo que de forma preliminar, algumas características do conjunto de mudanças, ou transformações, pelas quais a

sociedade brasileira, e outras tantas, tem passado no correr desse período. No caso, trata-se da introdução de novas tecnologias, de novas relações e habilidades e de novas metodologias do mundo do trabalho e do trabalhador. Contudo, há sempre uma dificuldade para captar e situar processos de mudança, sejam eles de curta ou longa duração. O cinema, um dos campos daquilo que identificamos como Arte, entendida como atividade humana ligada às manifestações de ordem estética ou comunicativa, tem povoado minhas reflexões acerca da temática central deste trabalho de pesquisa.

São vários os filmes, sobretudo a partir dos anos 1980, que abordam a temática da globalização e do papel das novas tecnologias na vida de homens e mulheres, de forma mais explícita ou não. 2001: uma odisseia no espaço – Stanley Kubrick (1968), Blade Runner: o caçador de andróides – Ridley Scott (1982), Denise está chamando – Hal Salwen (1996), Inimigo do Estado – Tony Scott (1998), Ou tudo ou nada – Peter Cattaneo (1998), Matrix – irmãs Wachowski (1999), Minority Report: a nova lei – Steven Spielberg (2002), Babel – Alejandro Gonzáles Iñárritu (2006), Déjà Vu – Tony Scott (2006), Trabalho interno – Charles H. Ferguson (2010), O preço do amanhã – Andrew Niccol (2011), Ella – Spike Jonze (2014) e Eu, Daniel Blake – Ken Loach (2016) são apenas alguns dos filmes que apresentam narrativas com o objetivo de desvelar, ou pelo menos instigar, a reflexão sobre como as novas tecnologias, e a globalização, influenciam e estruturam o conjunto das relações de homens e mulheres no tempo contemporâneo. Além do cinema, letras de algumas músicas também parecem propor um *deslocamento conceitual* para pensarmos a partir do “nosso mundo” o mundo “ciberespacial”. Destaco: Cérebro eletrônico – Gilberto Gil (1968), Fora da ordem – Caetano Veloso (1991), Computadores fazem arte – Chico Science & Nação Zumbi (1995), Admirável chip novo – Pitty (2003), Technologic – Daft punk (2005), Digital – Stone Sour (2010), Mamãe no face – Zeca Baleiro (2012), Tribunal de feicibuqui – Tom Zé (2013).

Todos os filmes e músicas indicados tratam em alguma medida da globalização e das novas tecnologias, com fabulações e narrativas sobre aspectos do vivido ou de suas implicações futuras para nós humanos. Na música Samba do *Approach*, Zeca Baleiro e Zeca Pagodinho brincam com seus versos: “Fica ligado no *link*, Que eu vou confessar *my love*, Depois do décimo *drink*, Só um bom e velho *engov*, Eu tirei o meu *green card*, E fui prá *Miami Beach*, Posso não ser *pop-star*, Mas já sou um *nouveau-riche*...”²⁴, apontando a presença cada vez mais frequente de palavras de origem inglesa no vocabulário dos brasileiros. No filme *Babel*, a narrativa reúne

²⁴ Samba do Approach, Zeca Baleiro e Zeca Pagodinho. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/zeca-baleiro/43674/>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

quatro grupos de pessoas de três continentes distintos (América, África e Ásia) envolvidos em um incidente com a venda de um rifle: dois jovens marroquinos, um casal americano em férias, uma adolescente japonesa surda e seu pai e uma mulher mexicana que leva as crianças para o lugar mais alto da fronteira sem permissão de seus pais. Todos tem suas vidas enredadas por processos de mobilidade espacial, de gentes ou objetos.

Porém, apesar da Arte proporcionar o necessário deslocamento para a compreensão dos processos de transformação em curso, ou cenários futuros, inicialmente utilizarei como fonte para reflexão sobre as temáticas da globalização e das novas tecnologias três artigos publicados recentemente nos meios de comunicação no Brasil, e que, justamente, me chamaram a atenção por seus conteúdos. Tais artigos, sob meu juízo, possibilitam a reflexão sobre temáticas que parecem consolidadas, rígidas e estruturadas, mas que, na verdade, ao mesmo tempo desvelam e ocultam signos e significados das relações de poder e suas estruturas no tempo presente. Os três artigos escolhidos não são os únicos que poderia utilizar, pois a cada dia que realizava a leitura dos jornais e revistas no cotidiano encontrava pistas sobre como a globalização se apresentava sutilmente em nossas relações e processos sociais. Vamos a eles!

Artigo 1

No dia 30 de dezembro de 2017, em link do caderno Mercado, o jornal *Folha de S. Paulo* informa: “Bolsas globais têm o melhor desempenho da história”²⁵. A matéria – que apresenta uma foto de corretores filipinos comemorando o último dia de negociações da Bolsa –, assinada pelo editor-adjunto de *Mercado*, Álvaro Fagundes, e por Danielle Brant, ressalta o fato de que as bolsas globais aproveitaram o “bom momento da economia global” e multiplicaram seus lucros. Informam, também, que em 2017 o Índice de ações da Bloomberg²⁶ teve valorização em dólar de 64,3%, seu segundo melhor desempenho desde 2003. Esse índice reúne dados organizados de 96 bolsas de valores pelo mundo. O bom desempenho dessas bolsas, ainda segundo os autores, se deveu, em parte, ao desempenho do PIB mundial ancorado no

²⁵ FAGUNDES, Álvaro; BRANT, Danielle. Bolsas globais têm melhor desempenho da história. **Folha de S. Paulo**, Mercado, São Paulo, 30 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1947032-bolsas-globais-tem-o-melhor-desempenho-da-historia.shtml>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

²⁶ Bloomberg é uma empresa norte-americana fundada em 1981, com canal de TV e acesso eletrônico 24 horas por dia, que produz e organiza dados econômicos e políticos, com algoritmos, para investidores em renda fixa espalhados pelo mundo. Disponibiliza, para seus 350.000 clientes, acesso a um *Terminal* com dados, análises e notícias em onze idiomas para orientar o trabalho dos profissionais da área de investimentos financeiros. Informações disponíveis em: <https://www.bloomberg.com.br/sobre-a-bloomberg/>.

crescimento das economias dos EUA e da China. Esse cenário favoreceria as multinacionais, com melhores resultados e com valorização de suas ações na Bolsa.

A matéria apresenta também um quadro com o desempenho de onze Bolsas espalhadas pelo mundo: 1) Argentina – 51,94%, 2) Chile – 45,98%, 3) Coreia do Sul – 37,17%, 4) China – 32,18%, 5) Itália – 29,58, 6) Alemanha – 28,25%, 7) Brasil (Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo) – 24,7%, 8) França – 19,42, 9) EUA (SP&500) – 19,42%, 10) Reino Unido – 17,91% e 11) México – 13,37%. Esses percentuais demonstram a variação dessas bolsas em dólares. A Bovespa, nesse período, atingiu seu maior patamar nominal: 76.989 pontos. Ainda justificando as taxas de crescimento desses “mercados”, os jornalistas afirmam que: “A forte alta dos mercados está ancorada em um ambiente de excesso de dinheiro em circulação nos mercados após anos de política monetária expansionista promovida pelos principais bancos centrais no mundo em uma tentativa de conter os efeitos da crise financeira de 2008”. Por fim, apontam para o risco desse crescimento acelerado justamente pelo excesso de dinheiro em circulação.

Por um lado, a matéria *desvela* duas questões essenciais sobre a nova etapa do capitalismo global: 1) a existência, fortalecimento e crescimento do mercado global de capitais; e 2) insere o Brasil dentro do contexto da economia global, a sétima posição no Índice de desempenho das bolsas de valores em 2017, com 24,7% de lucros em dólares. Por outro, ela também *oculta* fatos substantivos: 1) não revela as diferenças de inserção e as assimetrias entre esses onze países no jogo da economia global, bem como suas concepções acerca da temática da globalização; 2) toma a internacionalização ou globalização das economias como fato dado, e, portanto, que não deve ser discutido, debatido; 3) oculta, na colocação de países como Argentina e Brasil, que aparecem em posição de destaque no Índice das bolsas, que ambos vivem crises econômicas, políticas e institucionais com a retomada das políticas neoliberais pelos governos locais, eleitos ou não; 4) ignora que a reorientação desse processo concentra-se em um amplo ataque aos direitos dos trabalhadores, aos direitos sociais, políticos e econômicos; o ataque se concretiza com a aprovação de um conjunto de medidas institucionais que “reformam” constitucionalmente as áreas desses direitos, enfraquecendo-os em seus conteúdos; 5) omite que os mercados de capitais utilizam com mais intensidade o conjunto das novas tecnologias da informação e comunicação para realizarem com mais acuidade a extração de mais valia; o domínio organizado de informações possibilita a construção de cenários²⁷ para

²⁷ O *Terminal* da Bloomberg, que disponibiliza um conjunto de dados em tempo real de 86 bolsas de valores pelo mundo, é uma representação da conjuntura econômica no momento em que os investimentos são realizados; no segundo capítulo, apresentaremos a visão do megainvestidor Georges Soros sobre a utilização dessas ferramentas para a construção de cenários futuros para orientar seus investimentos.

realização das operações dos investidores espalhados pelo mundo, ampliando seus lucros; e 6) a matéria é para iniciados no tema, os “especialistas” – intelectuais orgânicos do capital que administram os negócios e ocupam os espaços na mídia de mercado, pois tais interpretações demandam um conjunto de conhecimentos “específicos” e “altamente especializados”.

Artigo 2

No dia 18 de junho de 2017, o site *UOL*, portal do grupo *Folha*, divulgou notícia²⁸ sobre o início da utilização do recurso de *árbitro assistente de vídeo*²⁹ de forma experimental em competições internacionais de futebol. O recurso foi utilizado pela primeira vez em duas partidas da Copa das Confederações - Rússia 2017, torneio organizado pela FIFA – Federação Internacional de Futebol: Chile e Camarões e Portugal e México. O árbitro do primeiro jogo, após rever as imagens no *replay* de lances polêmicos, reverteu duas de suas decisões em campo. Anulou dois gols do jogador Eduardo Vargas, do Chile, por impedimento. No segundo jogo, também foram objetos de análise do árbitro dois lances: um para invalidar gol com impedimento e outro para validar o segundo gol de Portugal.

A medida gerou polêmica entre os treinadores e foi relatada na matéria. Para o técnico do Chile, Juan Antonio Pizzi: "Há reações imediatas que têm a ver com a *parte emotiva* [grifo nosso], às quais estamos acostumados no futebol, e para mudar isso precisamos de tempo". Já para o de Portugal, Fernando Santos: "Se o futebol ganhar com essa nova regra, que ela seja bem-vinda. Mas precisamos ser sérios no uso desta novidade. Não entendo por que pararam o jogo em alguns momentos e em outros não. Depois que marcamos, houve revisão, mas quando eles marcaram, não".

Ainda segundo a matéria, o recurso pode ser solicitado pelo árbitro de campo ao árbitro de vídeo em quatro situações: 1) para verificar se houve irregularidade em algum gol; 2) se um pênalti foi bem ou mal marcado; 3) se uma falta merece ou não cartão vermelho; e 4) para

²⁸ ÁRBITRO DE VÍDEO decide jogos e já gera polêmica na Copa das Confederações. *UOL – Esporte*, São Paulo, 18 de junho de 2017. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/06/18/arbitro-de-video-decide-jogos-e-ja-gera-polemica-na-copa-das-confederacoes.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

²⁹ O “*árbitro eletrônico*” é o responsável pela verificação das imagens em lances polêmicos identificados pelo árbitro que estiver dentro do campo de jogo; o sistema é chamado de VAR – Árbitro Assistente de Vídeo e é composto por dois árbitros e um auxiliar, em uma sala com monitores para rever jogadas polêmicas. A equipe tem acesso a todos os ângulos da emissora oficial de transmissão, com até 30 câmeras disponíveis. Se for preciso, o juiz pode pedir para ver o replay em um monitor na beira do gramado também. Sempre que o uso do VAR modificar uma decisão, essa informação será passada nos telões para os torcedores tomarem conhecimento. A medida tem impacto na forma de organização dos jogos, pois depende da disponibilidade de equipamentos com tecnologia para gravação e revisão dos lances indicados como polêmicos.

ajudar o juiz de campo a identificar um jogador para adverti-lo. Mas, no que o artigo toca para se configurar como tema de nosso interesse? De que maneira ele encontra-se articulado com a temática da globalização, tema central da pesquisa?

Desde os anos 1990, a utilização das tecnologias da comunicação e informação vem se expandindo nas relações e processos do cotidiano, como *domínio técnico* para *justificação do real*, ou, em outras palavras, objetivando e valorizando a técnica, subjetivando e desvalorizando o sujeito como agente dos processos sociais, submetendo-o à técnica. Não que isso já não tenha ocorrido em outros momentos da história, pois, como diz Milton Santos (2000), em todas as etapas do capitalismo o domínio de um conjunto de técnicas se faz presente no sistema. É possível verificar, através de rápida pesquisa nos meios eletrônicos, que elas já são utilizadas para dirimir dúvidas em outros esportes há algum tempo. O olho eletrônico está presente nos grandes eventos esportivos mundiais como técnica de controle do tempo e da imagem. Ele é amplamente utilizado na natação, nas provas de atletismo, em partidas de futebol americano, na Fórmula 1 ou na Nascar, no basquete, voleibol e em partidas de tênis, entre outros esportes. Por que só agora ele chegaria ao futebol? Por que o futebol, vinculado às paixões, passa a ser tratado como *negócio nacional e transnacional*, esvaziando-se de seu conteúdo amador e construindo uma nova imagem, a de um esporte profissionalizado, com todas as novas técnicas de gestão de uma empresa privada, empresarial e com os novos métodos neoliberais.

Se o futebol é um negócio, como continuar relacionando-o a uma paixão que “move” milhões de pessoas mundo afora? Como enfrentar o paradoxo entre as emoções, ou paixões, e a razão instrumental? As palavras do treinador do Chile nos ofertam uma chave para a compreensão desse enigma: temos que abandonar as paixões, as emoções, deixar as decisões humanas de lado e nos “acostumarmos” com o novo formato do domínio técnico e instrumental.

O futebol, na transição do século XX para o XXI, configurou-se como um grande negócio transnacional apoiado na expansão das redes de comunicação. Os times, antes nacionais, hoje são marcas mundiais exploradas pelo mercado. Um dado: no início do ano de 2017, 22 times de diversos países europeus já se estruturavam como empresas de capital aberto, ou melhor, *clubes com ações negociadas nas bolsas de valores* espalhadas pelo mundo. Outro aspecto desse negócio é que as transações entre jogadores e clubes atingem cifras nababescas e são fartamente anunciadas pelos meios de comunicação. Em quase todos os anúncios dessas transações, transmitidas ao vivo, há a presença de marcas patrocinadoras nos fundos de tela dos eventos e nas camisas dos times, transmissões essas que são pautadas visando à audiência e divulgação dos canais esportivos. Os patrocinadores, geralmente, são empresas transnacionais: Nike, Adidas, Gillette, Audi, Hyundai, Kia Motors, Allianz, Emirates, Hugo Boss, Nívea,

Microsoft, Nissan, Heineken, Chevrolet, TAGHeuer, Toshiba, UBER, DHL, Goodyear, Pirelli, Continental, Siemens, Coca Cola, Pioneer, McDonalds, VISA, Mastercard e Red Bull, entre tantas outras. De empresas de equipamentos esportivos a empresas de tecnologia, de empresas de seguro a empresas de alimentação e fast-food ou de empresas de cartões de crédito até produtoras de automóveis, há marcas para todos os "gostos". Nos mercados locais, é exibida uma mescla de patrocinadores locais e transnacionais, dependendo do tipo de competição esportiva.

Na mídia eletrônica nacional, o futebol é tema central em uma variedade de canais e programas; os campeonatos inglês, alemão, francês, italiano, espanhol, chinês e brasileiro constituem a base da programação dos canais da TV a cabo no Brasil. SPORTV, da rede Globo – família Marinho, com *três* canais; ESPN, rede transnacional com sede nos Estados Unidos também com *três* canais; FOX SPORTS, também estadunidense e transnacional com *dois* canais; BAND SPORTS, rede brasileira ligada à família Saad; e Esporte Interativo, da também estadunidense e transnacional Turner Broadcasting System, Inc, são os canais de esporte que dominam o diálogo e o debate nesse circuito. O tema central: o esporte como negócio. O enredo: as quantias envolvidas nas negociações entre clubes e jogadores, seus desempenhos econômicos e em relação à gestão dos clubes. Os principais personagens: os jogadores – que recebem “direitos de imagem” e são sujeitos em transações que envolvem milhões de dólares e euros. Todas essas redes ofertam também programação exclusiva, paga adicionalmente, dos campeonatos que transmitem ao vivo. Os canais abertos, Globo e Bandeirantes, principalmente, têm programas esportivos especiais em suas grades de programação.

Para o mercado publicitário, as empresas que patrocinam o mercado do futebol pelo mundo são divididas em grupos: patrocinadores principais – que aparecem com maior destaque –, patrocinadores globais e patrocinadores locais. O dinheiro disponibilizado por tais patrocinadores, que em alguns casos chega à marca de bilhões de dólares, compõe o quadro de arrecadação dos clubes, das entidades que organizam o futebol – local e mundialmente – e das redes de televisão. As marcas estão presentes em todas as transmissões desse esporte. Até mesmo os jogadores têm seus patrocinadores individuais.

O futebol, no mundo contemporâneo, apesar de resistências localizadas, foi subsumido pelo capital. FIFA – Federação Internacional de Futebol, UEFA – União das Federações Europeias, confederações e federações regionais e locais, clubes, jogadores, mídias eletrônicas especializadas e empresas transnacionais e nacionais que utilizam o futebol como espaço para propaganda de suas marcas são parte desse subsistema do capital, organizado a partir de três palavras centrais do mundo da administração do capital neoliberal: desempenho, organização e

gestão. Esse é um dos segredos da globalização no futebol: ser uma paixão administrada pelo capital.

Artigo 3

Em 17 de agosto de 2017, o site *UOL* apresentou matéria, assinada pelo jornalista Aiuri Rebello, sobre a utilização de uma “maleta espiã” que auxilia a Polícia Federal em investigações que vão da Lava Jato a acusações de pedofilia. O título: “PF – Polícia Federal usa “maleta espiã”³⁰ para invadir celulares em casos que vão de Lava Jato a pedofilia”. O caso inicial trata da apreensão do celular do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha-PMDB/RJ, no dia 15 de dezembro de 2015. Naquele momento, iniciavam-se as operações contra o ex-deputado, articulador do *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff entre abril e agosto de 2016, que foi preso e teve seu mandato cassado pelo plenário quase um ano depois, no final de 2016.

O temor dos aliados do ex-deputado e presidente da Câmara, um dos cargos mais importantes do Legislativo da República, era de que as informações do aparelho – trocas de mensagens e ligações – pudessem comprometê-los. De fato, a PF encontrou indícios comprometedores em suas conversas extraídas dos aparelhos. O conteúdo desses diálogos não aparece na matéria, mas veio a público por meio de diversas matérias publicadas em jornais e revistas, eletrônicos ou não, no início de 2017.

Além desse caso, o jornalista também cita que as informações dos celulares de diversos suspeitos foram determinantes para a abertura de processos contra o BankBoston na Operação Zelotes³¹. Nesses aparelhos foram encontradas informações que comprometiam funcionários do banco, da Receita Federal, advogados e ex-conselheiros do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) num esquema de corrupção para livrar o banco de cerca de R\$ 500 milhões em multas.

³⁰ REBELLO, Aiuri. PF usa “maleta espiã” para invadir celulares em casos que vão de Lava Jato a pedofilia. **UOL-Universo Online**, São Paulo, 17 de agosto 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/17/pf-usa-maleta-espia-para-invadir-celulares-em-casos-que-vaio-de-lava-jato-a-pedofilia.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

³¹ A operação *Zelotes* foi deflagrada pela Polícia Federal em março de 2015 a partir de denúncia anônima, visando a investigar esquema de corrupção no CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, órgão colegiado do Ministério da Fazenda, responsável por julgar recursos administrativos de autuações de empresas e pessoas físicas po sonegação fiscal e previdenciária; nessa operação estão sendo investigadas empresas como o BankBoston, Ford, Mitsubishi, Banco Santander, Bradesco, Banco Safra e o Grupo RBS, afiliado da Rede Globo no Rio Grande do Sul, entre outras. Informações sobre o CARF disponíveis em: <<http://idg.carf.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/memoria-institucional>>. Acesso em: 3 jan. 2018; informações sobre a operação Zelotes aparecem de forma bastante exígua no site da Polícia Federal.

Os dois casos contaram com um recurso eletrônico de investigação: o UFED (Dispositivo de Extração Forense Universal – tradução livre do inglês Universal Forensic Extration Device). Trata-se de uma “maleta espiã” que reúne um conjunto de hardwares e de softwares para desbloqueio e extração de informações de celulares e tablets (lista de contatos, fotos, áudios, vídeos, histórico de e-mails, páginas e navegadores pesquisados ou visitados e conversas em aplicativos como o WhatsApp e o Facebook), independentemente de senhas ou criptografia. Com o UFED é possível extrair também dados apagados, mesmo que estejam nas “nuvens”³².

Em 2016, o Instituto Nacional de Criminalística, órgão da Polícia Federal, renovou 25 licenças de uso dessa tecnologia por R\$ 440 mil³³. O custo de cada equipamento gira entre R\$ 100 e R\$ 500 mil. Ela está em uso desde 2012, e é produzida pela empresa israelense *Cellebrite*³⁴. Por meio de sua utilização, os técnicos do Instituto podem invadir qualquer sistema operacional de celular ou tablet: iPhone, Android, Windows Phone e outras marcas chinesas que são menos conhecidas. Para a extração dos dados, agentes do Instituto foram treinados e qualificados para o uso dessa tecnologia. Também utilizam o equipamento as 27 secretarias de Segurança Pública nos Estados, o MPF – Ministério Público Federal, a PRF – Polícia Rodoviária Federal, as corregedorias da Polícia Militar, Exército e Marinha. Os agentes do Estado só podem utilizar a “maleta” mediante autorização judicial.

Segundo o gerente de vendas da empresa no Brasil, Felipe Oliveira (apud REBELLO, 2017), “as possibilidades de investigação a partir do celular de um suspeito são muito amplas”, pois “praticamente todas as informações relevantes sobre alguém estão no telefone celular dessa pessoa”. O equipamento cruza dados de vários aparelhos, informando quem conversou com quem, quando e onde, pois é possível recuperar os registros do GPS dos locais pelos quais o aparelho e a pessoa passaram. Ainda segundo o gerente de vendas, o equipamento é certificado dentro dos parâmetros da legislação brasileira para que as informações conseguidas sejam

³² “Nuvem”, do inglês, *cloud*, são espaços de armazenamento de dados e informações; o armazenamento em nuvem é uma maneira escalável de armazenar, acessar e compartilhar dados na Internet; os provedores de armazenamento em nuvem detêm e mantêm o hardware e o software conectados à rede enquanto você provisiona e utiliza o que precisa por meio de uma aplicação web; o serviço é ofertado por empresas de tecnologia como Amazon, Oracle, Google, IBM e Microsoft, entre outras; existem três tipos de nuvens: privadas, públicas e híbridas.

³³ Número do processo de dispensa de licitação da renovação da licença de uso: 08059003799201355. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/118023055/dou-secao-3-14-06-2016-pg-97>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

³⁴ A Cellebrite, Digital Intelligence, é, segundo informações disponíveis em seu site, líder mundial no mercado de inteligência digital para a manutenção da segurança; fornece aos clientes das mais variadas esferas como a judicial, militar e de serviços de informação e empresariais uma série de soluções que envolvem perícia, triagem e análises digitais. Disponível em: <<https://www.cellebrite.com/en/about/>>. Acesso em: 30 dez. 2017; no Brasil, os produtos da Cellebrite são negociados por seu representante, TECHBIZ FORENSE DIGITAL S.A.

aceitas como provas em tribunais. O uso dessa tecnologia também está disponível para o mundo privado, principalmente para empresas de grande porte que estejam dispostas a desembolsar o alto valor do produto.

Já o Marco Civil da Internet³⁵ (Lei 12.965) do Brasil – aprovado em 2014 e que estabelece princípios e garantias, direitos e deveres para o uso da internet – assegura a inviolabilidade e privacidade de informações, conteúdos e comunicações particulares armazenadas em aparelhos ou na internet, exceto por ordem judicial. Um último dado, não menos importante, informado na reportagem é que as grandes empresas mundiais de tecnologia como Apple, Microsoft, Google e Facebook, não “comentam” o fato do aparelho quebrar a segurança de seus sistemas.

O que a matéria em tela desvela e esconde ao mesmo tempo? Qual sua relação com a globalização capitalista e neoliberal? Inicialmente ela desvela: 1) a possibilidade do monitoramento e da quebra de sigilo de dados dos telefones celulares e tablets de todos os brasileiros, sejam eles agentes públicos ou não; 2) que o recurso é utilizado por vários órgãos e agências do Estado desde 2012 e é operado por agentes públicos; 3) que o uso dessa tecnologia tem auxiliado na investigação de crimes pelo Judiciário do país; 4) que a utilização desse recurso também pode ocorrer dentro das esferas das empresas privadas; 5) que quem produz e vende a tecnologia é uma empresa transnacional israelense, que, após a compra dos equipamentos, vende licenças de uso que devem ser renovadas anualmente; e 6) que os mecanismos que possibilitam o monitoramento e o controle da vida dos sujeitos se realiza por um conjunto de tecnologias elaboradas e sob o domínio de empresas transnacionais.

Quanto ao que ela oculta, penso que podemos levantar alguns problemas e reflexões de ordem mais geral, que apontam para o que alguns autores denominam de sociedade global, sociedade em rede³⁶: 1) quem são os agentes do Estado que operam os sistemas de monitoramento da vida dos sujeitos?; 2) como eles são alçados a tal lugar e quem controla suas ações?; 3) qual o grau de autonomia que tem cada agente que controla esse meio, tendo em vista que não se separam de suas convicções pessoais e podem utilizar esses mecanismos para fins pessoais ou de grupos de interesse dos quais façam parte?; no processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, uma de suas conversas com o também ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi gravada por meio de grampos eletrônicos e vazada ilegalmente pelo juiz de primeira instância Sergio Moro, que ainda conduz as investigações do processo ligado à

³⁵ Marco Civil da Internet. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 30 dez. 2017.

³⁶ IANNI (1992; 1995) e CASTELLS (1999), entre outros.

corrupção na Petrobras, conhecida como Operação Lava Jato; na ocasião, os dois conversavam sobre a nomeação de Lula para a chefia da Casa Civil como estratégia para ampliar o campo de negociações, e de diálogo, entre o executivo federal e as duas casas do legislativo federal, Câmara e Senado, sobre o processo de impeachment; a liberação da conversa para os meios de comunicação no Brasil, com clara intenção de interferir no processo político³⁷, por um juiz de primeira instância, aprofundou a grave crise política e institucional; os meios de comunicação reverberaram os diálogos durante vários dias, visando a desgastar ainda mais a combalida imagem popular da ex-presidenta; 4) desde o final dos anos 1990, as redes de comunicação, estruturadas e assentadas nas tecnologias da informação que se desenvolveram inicialmente no pós 2ª Guerra, ganham novo e significativo impulso, articulando cada vez mais intensamente as ações dos indivíduos na sociedade; o desenvolvimento dos computadores pessoais, dos aparelhos celulares – que já foram apenas máquinas para realizar ligações remotamente entre duas pessoas e hoje são o centro da comunicação do sujeito em seu cotidiano, máquinas com interfaces com quase todos os aplicativos e ligadas à rede da internet – e dos tablets *altera a centralidade das relações humanas dos sujeitos*, mediadas cada vez mais pelas máquinas; 5) as várias operações realizadas pelos sujeitos em seus computadores, celulares/ smartphones e tablets – ligações, mensagens em aplicativos, fotos, vídeos, e-mails, contas bancárias, acesso a aplicativos ou simples busca de informação, entre outras – podem ser monitoradas por sujeitos e instituições que conhecem a dinâmica interna desses equipamentos; Julian Assange³⁸, um dos criadores do WikiLeaks, Edward Snowden³⁹, ex-administrador de sistemas da CIA, e o jornal inglês *The Guardian* já denunciavam desde os anos 2000 a utilização de meios escusos para o monitoramento de milhões de pessoas; Assange está refugiado desde 2012 na embaixada do Equador em Londres, e Snowden, desde 2013, quando recebeu asilo político da Rússia; e 6) no Brasil, apesar da existência do Marco Civil da Internet, como nossos dados são tratados? Qual o domínio, conhecimento, que nós brasileiros temos sobre a forma que as redes de comunicação eletrônica operam, visto que somos, muitas vezes, apenas usuários do sistema? Quais as implicações das redes de comunicação, e de seu monitoramento, no vivido dos sujeitos?

³⁷ No dia 31 de março de 2016, o juiz Sérgio Moro pede desculpas pelo “erro”, respondendo a um pedido de informação sobre o caso feito pelo ministro do STF – Supremo Tribunal Federal, relator da Lava Jato na casa, Teori Zavaski – que faleceu em polêmico acidente, no dia 19 de janeiro de 2017, com aeronave de pequeno porte no trajeto entre São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459296826_155962.html>. Acesso em: 1º jan. 2018.

³⁸ ASSANGE, Julian et al. **Cyberpunks: liberdade e futuro da internet**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

³⁹ HARDING, Luke. **Os arquivos Snowden: a história secreta do homem mais procurado do mundo**. São Paulo: Leya, 2014; ver também o filme **Snowden: herói ou traidor**, do cineasta Oliver Stone, lançado em 2016.

Os temas da tecnologia e da comunicação aparecem como centrais no debate sobre as novas formas de sociabilidade e de organização das sociedades no mundo contemporâneo, pois, considero, há uma concentração das relações que os sujeitos estabelecem, por vontade própria ou não, com os instrumentos técnicos desenvolvidos a partir dos anos 1990 e disponibilizados para o largo consumo: computadores, celulares, smartphones e seus aplicativos. Para pensarmos sobre o volume e intensidade desse processo, vamos aos dados produzidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil.

A pesquisa TIC 2015 – sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros⁴⁰ – informa que: 58% da população brasileira – 102 milhões – utiliza a internet; o dispositivo mais utilizado para acesso é o celular (89%), seguido pelo computador de mesa (40%), notebook (39%), tablet (19%), televisão (13%) e videogame (8%); o tipo de conexão mais utilizada pelos usuários são as redes de Wi-Fi (87%), seguido por acesso 3G ou 4G (72%); um dado interessante, ligado ao comportamento de acesso às redes, quando comparado ao ano anterior (2014), o acesso 3G ou 4G era de 82% e o Wi-Fi, de 74%, ou seja, ocorre uma inversão no primeiro tipo de acesso.

Sobre a proporção de atividades realizadas por usuários das redes Wi-Fi, seja por celular ou computador de mesa, os resultados foram os seguintes (as respostas dos usuários podem ser múltiplas): 89% para enviar mensagens “instantâneas” por WhatsApp, Skype ou Facebook; 85% para acessar, e utilizar, as redes sociais como Facebook, Instagram ou Snapchat; 76% para compartilhar conteúdo na internet, textos, imagens ou vídeos; 76% para assistir a programas, filmes ou séries no Youtube ou Netflix; 77% para enviar e receber e-mails; 71% para ouvir música on-line, Spotify e Youtube; 73% para procurar informações sobre produtos e serviços; 64% para conversar por chamada de voz ou vídeo pelo Skype ou WhatsApp; 64% para ler jornais, revistas ou notícias on-line; e 59% para baixar ou fazer download de músicas. Os que utilizaram a internet pelo celular, por faixa etária, distribuíram-se da seguinte maneira: 87% entre 16 e 24 anos; 74% entre 25 e 34 anos; 70% (!!!) entre 10 e 15 anos; 61% entre 35 e 44 anos; 37% entre 45 e 59 anos, e; 13% entre os que tem mais de 60 anos.

Em relação aos domicílios, os dados apresentados são os seguintes: do total de domicílios brasileiros, 51% – 34,2 milhões – possuíam conexão com a internet, distribuídas regionalmente da seguinte forma: 17,4 milhões na região Sudeste, 7 milhões no Nordeste, 5,4

⁴⁰ A pesquisa TIC mede a posse, o uso, o acesso e os hábitos em relação às tecnologias de informação e de comunicação nos domicílios brasileiros. Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 3 jan. 2018.

milhões no Sul do país, 2,5 milhões na região Centro-Oeste e 1,9 milhões na região Norte. Os resultados da pesquisa mostram também que havia aproximadamente 62,3 milhões de residências brasileiras com pelo menos um telefone celular disponível, o que corresponde a 93% do total de domicílios brasileiros, e que o celular, portanto, é o equipamento TIC mais comum nos domicílios depois do aparelho de televisão (presente em 97% dos domicílios brasileiros). Entre a população com 10 anos ou mais, 84% possuía um telefone celular, proporção que apresentou aumento significativo nos últimos anos – em 2008 era 52%.

Mas o que os dados da pesquisa TIC demonstram, resumidamente? Que hoje há uma *economia de comportamentos* dos sujeitos que acessam e utilizam as redes eletrônicas. Nessa economia, os adolescentes, os jovens e os adultos da 1ª fase, entre 10 e 34 anos, são os que mais acessam a internet. Que o maior número de acessos, 93%, é para troca de mensagens, seguido pelo acesso às redes sociais, 85%. Que a concentração do acesso à internet na região Sudeste é flagrante e reforça a ideia das desigualdades econômicas regionais, que são históricas e fruto dos modelos de desenvolvimento econômico adotados pelos governos de cada período. Que o telefone celular é o equipamento de tecnologia da informação e comunicação mais presente nos domicílios brasileiros, 93%.

Com as novas tecnologias da comunicação, os sujeitos são introduzidos no “mundo” da comunicação instantânea e acelerada, o que, por um lado, abre possibilidades diversas para novas formas de percepção do sujeito, tanto em relação ao mundo em que ele vive como em relação a ele mesmo, em relação ao outro e ao próprio mundo. Por outro, organiza vertical e horizontalmente as formas pelas quais esse sujeito se comunica no mundo e com o mundo que o cerca, criando hábitos e comportamentos que podem ser mensurados, enquadrados, enumerados, e, por que não, reforçados e incentivados. Esse, aliás, é o papel que muitos estudiosos da comunicação têm atribuído aos algoritmos, que são criações humanas e operações matemáticas, que permitem ordenar o funcionamento das próprias máquinas e dos sujeitos que as utilizam. O domínio dos dados ordenados em algoritmos por aqueles que conhecem o funcionamento das máquinas, e que transformaram esses dados em negócio, constituiu um novo campo de poder concentrado em uma centena de empresas transnacionais. O *Terminal Bloomberg*, citado na primeira notícia, é uma das representações desse domínio nas mãos daqueles que operam e dirigem o capital financeiro, tanto nacional como mundial.

O título do presente capítulo alude inicialmente ao fato de que o capitalismo global e neoliberal esconde um segredo muito bem guardado. Mas, por que um segredo? Porque ao abordar a globalização e seus novos meios de produção e reprodução, como ideologia e técnica, as matérias escolhidas tratam de um tema específico, que é singular, mas que guarda relação

com o plural, com aquilo que configura a globalização e seus desenvolvimentos, que também tem história, com sentido. Um segredo é aquilo que a ninguém deve ser revelado, que se oculta à vista do conhecimento, que se diz ao ouvido de outrem, em voz baixa, em tom de confiança ou confissão, mas, também, aquilo que não se diz e que pode constituir-se como um meio de ocultar aquilo que se representa, um processo particular e eficaz para se alcançar um objetivo ou uma maneira especial para conseguir um dado efeito.

Quando o tema do futebol é colocado em “debate”, o mesmo é orientado por uma naturalização, descolado de sentido com as estruturas do capitalismo internacional sob o formato do negócio, que hoje organiza e dirige as ligas de futebol locais e mundiais. A cada camisa vendida de um clube, uma propaganda, uma mercadoria. A cada jogo, um conjunto de patrocinadores, um conjunto de mercadorias. A cada transação de um jogador no mercado internacional, algumas centenas de milhares, ou milhões, de dólares constituem os ganhos de alguns poucos. Ao público que assiste aos espetáculos, a resposta do patrocinador: futebol é paixão.

Capítulo 2

Os intérpretes da globalização no Brasil nos anos 1990

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. *Anibal Quijano*, "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina", 2005.

Intérprete, em um sentido bastante amplo, é aquele que explica o sentido de algo para alguém, que atua como intermediário entre indivíduos que não falam a mesma língua, que explica o sentido de um texto ou que atua no sentido de revelar algo que está oculto. Todo intérprete é também um ator social, pois sujeito da história. Os intérpretes sempre falam de um determinado lugar, utilizando-se de uma determinada língua ou conjunto de códigos, ferramentas ou mecanismos, e criando, se necessário, noções para operar no processo de tradução. Penso, por isso, que podemos qualificar os autores brasileiros que escreveram sobre a globalização no Brasil nos anos 1990, objeto do trabalho, como intérpretes daquilo que ocorria na conjuntura mundial e suas relações com o país.

Os autores a seguir, fruto das escolhas de pesquisa, são professores e intelectuais ligados a universidades e centros de pesquisas, ou seja, são sujeitos que interpretaram o fenômeno da globalização de um lugar demarcado, produzindo intelectões a partir de uma miríade de formulações já existentes e advindas de variados centros de produção do pensamento. São sociólogos, antropólogos, geógrafos, geocientistas e economistas que produziram representações que geraram um conhecimento sobre o tema.

As obras e textos escolhidos nos permitem dividi-los em dois grupos: 1) aqueles que produziram reflexões mais extensas e totalizantes sobre o tema da globalização, no formato de livro – Octavio Ianni (1992; 1995), Renato Ortiz (1994a), Celso Furtado (1999), Milton Santos (2000) e Laymert Garcia dos Santos (2003); e 2) os que produziram artigos com reflexões mais pontuais, mas não menos importantes, sobre questões que envolviam a conjuntura brasileira e a globalização no correr dos anos 1990 em três revistas especializadas no campo das ciências sociais – Celso Furtado (1992), Jacob Gorender (1995), Umberto G. Cordani (1995), Henrique Rattner (1995), José Monserrat Filho (1995), Sebastião C. Velasco e Cruz (1999) e Octavio Ianni (2000)⁴¹ – *Revista Estudos Avançados/IEA-USP*; Luiz Carlos Bresser Pereira (1993), José Luís Fiori (1995), Paula Montero (1997), Paulo Nogueira Batista Júnior (1997), Paul Singer (1997), Fernando Henrique Cardoso (1998) e Bernardo Sorj (1998) – *Revista Novos Estudos/CEBRAP*; e Osvaldo Coggiola (1997) – *Revista Universidade e Sociedade/ANDES*.

No *primeiro grupo*, algumas distinções iniciais se fazem necessárias com relação a forma e conteúdo: os livros de Octavio Ianni e Renato Ortiz tomam como ponto de partida as teorias que pensam o capitalismo como sistema mundial, a partir das reflexões produzidas por Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein, *com a proposição de compreender o fenômeno como totalidade estruturante das novas relações sob a globalização*. Ambos apontam para a necessidade de mudança, ou ampliação, do objeto das ciências sociais, que estabeleceram inicialmente categorias de análise a partir do Estado-nação, do nacional e, por isso, na nova conjuntura global, as categorias precisavam ser repensadas. Milton Santos parte também da noção de totalidade da globalização, mas propõe uma tríade para pensá-la: a fábula, a perversidade e a possibilidade de transformação. Um outro aspecto que considero relevante nesta obra do autor é o de não utilizar em seu texto qualquer referência a teorias ou autores

⁴¹ Octavio Ianni publicou dois outros artigos na *Revista do IEA*; os dois artigos, "Globalização: novo paradigma das ciências sociais" (1994) e "As ciências sociais na época da globalização" (1998), apresentam um debate sobre a necessidade de uma virada epistemológica para as ciências sociais, tema tratado em seus dois livros iniciais cuja temática central é a globalização; por esse motivo, não tratarei desses textos; a título de esclarecimento: o primeiro artigo citado encontra-se publicado também no livro **Teorias da globalização** (1995), com o título "Sociologia da globalização".

ligados ao pensamento que estruturou as ciências sociais; por isso, sua proposição apresenta um caráter mais autônomo e com uma perspectiva crítica desse processo. Por último, Laymert Garcia dos Santos, que em seu livro nos propõe uma coletânea de sua produção ensaística da década de 1990 e que privilegiou temáticas de uma *sociologia das tecnologias*, ou seja, uma tematização da tecnologia e suas relações com o ambiente, com a sociedade, com a arte e com o futuro humano.

Do *segundo grupo*, dos artigos publicados nas Revistas *Estudos Avançados*-Instituto de Estudos Avançados/USP, *Novos Estudos*-CEBRAP e *Universidade e Sociedade*/ANDES, derivam duas dinâmicas: uma que foi a produção de dossiês⁴² com a temática central da globalização e outra que foi a produção de artigos ou debates⁴³ que versaram sobre o tema, mas publicados em números outros, todos no decorrer dos anos 1990. Nesses, há um claro predomínio do diálogo entre economistas que apresentam as seguintes temáticas, sempre relacionadas à globalização: “crise” do Estado, a questão da governabilidade democrática, participação ou não do Estado no processo, globalização e dependência e globalização e identidade, entre outras.

Como as interpretações e formulações dos textos escolhidos apresentam uma miríade de temas, optei por uma organização do debate a partir das seguintes temáticas: 1) interpretações sobre a globalização capitalista no Brasil; 2) os problemas do Estado frente à globalização; e 3) técnicas e tecnologias na globalização. Uma observação: por mais que formalmente estabelecesse uma divisão de temáticas para consecução da proposição anterior, muitas vezes os temas se interconectam, pois a globalização deve ser compreendida como um fenômeno social total ou como uma formação histórico social.

2.1 Interpretações sobre a globalização capitalista

A *globalização*, inicialmente, pode ser caracterizada como um processo social marcado por um conjunto de condições e contradições, não homogêneo, com conflitos e marcado por interesses e instituições, produzido e reproduzido por linhas de força. Para desvelá-la, precisamos *entender quais são seus traços hegemônicos*. Os traços do *nacional*, por exemplo,

⁴² *Estudos Avançados*, n. 25, set/dez. 1995; *Novos Estudos*, n. 49, nov. 1997.

⁴³ Em julho de 1996, a *Revista Novos Estudos* publicou o texto de um debate com o tema “Globalização e emprego” com a participação de Paul Singer, Cláudio Salm, José Márcio Camargo, Márcio Pochmann e Paulo Nogueira Batista Jr, que não trataremos no texto; o debate discutiu as consequências da globalização para o emprego e como as mudanças incidiam sobre o desemprego no país.

quando em contato com o *global*, se redefinem, pois são tensionados pelo fluxo que os atravessa. Do ponto de vista da nação ou da região, no que se refere ao espaço, a globalização é algo exterior.

Outro traço marcante é a existência de uma *cultura mundializada*⁴⁴, na qual a *tensão entre o nacional e o global* deveria se exprimir no cotidiano de hotéis, ferrovias, aeroportos, supermercados, *shopping centers*, nos filmes e painéis de publicidade, entre outros. Isso significa que o *espaço*, no qual circulam as gentes e os processos, é atravessado por forças diversas. No *lugar* coabitam temporalidades e espacialidades diferentes, nações, regiões, civilizações, grupos indígenas e as tradições mais diversas. A diversidade, nesse sentido, nada tem de pluralismo, pois existem sempre hierarquias, desigualdades e relações de poder que a articulam e a confrontam.

Um outro problema que se destaca nesse diálogo é o da *nação* como sociedade material integrada a um território e a um poder central, no interior da qual existiriam algumas lealdades: moral, mental e cultural. Para a existência e realização da *nação*, haveria a necessidade de um mercado nacional, de um sistema técnico de comunicações, de uma consciência coletiva para seus membros, do monolinguismo, de um sistema escolar abrangente, de uma memória coletiva de celebração do passado e de símbolos de identidade nacional que incidiriam na constituição de um “nós”, mas que não desfrutavam da mesma coerência quando tratamos do mundial.

Apesar de o mundo hoje estar interconectado por uma rede de trocas, não está integrado. A existência de uma rede mundial de comunicação propicia a conexão entre lugares e gentes, mas essa conexão é de natureza técnica. A materialidade física dessa rede não significa integração entre pessoas, não gera uma “consciência coletiva global” e não pode ser comparada com uma rede de relações sociais e muito menos com uma “comunidade global”. Pelo contrário, ela distancia pessoas e grupos reforçando laços identitários. Além disso, na esfera transnacional inexistente um espaço público.

O tema da globalização no Brasil até o final da década de 1980 encontra-se ausente nas ciências sociais, mas os primeiros textos sobre a temática aparecem nos anos 1960 em outros centros de produção do conhecimento. Wilbert MOORE (1966), em *Global Sociology: the world as a singular system*⁴⁵, sociólogo estadunidense, indicava inicialmente que o tema deveria ser compreendido mais como um *insight*⁴⁶ e menos como reflexão sistemática ou

⁴⁴ Renato Ortiz irá trabalhar com a perspectiva da criação de uma *cultura internacional popular* por meio de trocas culturais, mas, como na indústria cultural, há centros hegemônicos de sua formulação, produção e distribuição.

⁴⁵ Numa tradução livre: Sociologia global: o mundo com sistema singular.

⁴⁶ *Insight* como iluminação ou luz para o esclarecimento.

programa de pesquisa, pois já se percebia o objeto da globalização apesar da sua aparente imaterialidade. Nos anos 1970, Immanuel WALLERSTEIN (1991), com seus estudos sobre o *sistema-mundo*, e Fernand BRAUDEL (1995), com os estudos históricos sobre as origens da *economia-mundo capitalista*, jogam nova luz para a compreensão da realidade contemporânea. Uma observação importante: a indicação desses autores a seguir tem um objetivo bastante demarcado, pois tanto Ianni como Ortiz amparam inicialmente seus trabalhos sobre a temática a partir de seus textos e não é objetivo do trabalho em tela discuti-los de maneira aprofundada.

Wallerstein (1991) lança as bases para a compreensão sistêmica do capitalismo moderno, estabelecendo uma crítica ao Estado-nação como unidade de análise para se pensar o movimento concreto do mundo. Para tal, toma como base a primazia do econômico na constituição dos *sistemas mundiais* que *transcendem* a localidade, a província, o feudo e a cidade, a nação e o nacionalismo, fragmentando, recriando ou dissolvendo fronteiras. Os intercâmbios desse *sistema-mundo* se fazem a partir da produção e das trocas comerciais, inovações, tecnificações, diversidades e desigualdades que representam tensões e conflitos.

Já Braudel (1995), a partir da noção de *longa duração*, pela qual se apreendem as temporalidades articuladas nas tendências seculares, pensa a formação da *economia-mundo* capitalista como o resultado da interação de três ordens: a civilização material, a das trocas e a do capitalismo propriamente, conferindo à civilização material, ou às estruturas do cotidiano, ritmo e condições diferenciadas nas trocas dos mercados regionais e naquelas de maior envergadura no comércio internacional. Hábitos alimentares, maneiras de se vestir, crenças, valores e costumes, por exemplo, aparecem como contrapeso ao domínio das trocas comerciais. Daí o autor afirmar que a história cultural das sociedades capitalistas não se confunde de maneira imediata com as estruturas permanentes do capitalismo.

O que se percebe, inicialmente, é a preocupação em pensar o tema da globalização, ou mundialização, a partir na noção de *sistema*, como indicado por Ortiz: “Fala-se cada vez mais em ‘sistema-mundo’, isto é, no conjunto articulado no interior do qual todos os elementos se encontrariam funcionalmente determinados pelo todo” (ORTIZ, 1994a, p. 24). Além dessa preocupação inicial sobre como pensar o processo em curso, alguns autores propunham, inclusive, que a *globalização* viesse a se constituir como uma *especialidade disciplinar*, pois a nova realidade deveria ser inteiramente reformulada.

Octavio Ianni (1998) parte da noção de capitalismo como um *sistema-mundo* para definir a *globalização*⁴⁷ como o resultado de uma *ruptura histórica* a partir dos acontecimentos

⁴⁷ O autor utiliza muitas vezes as palavras globalização, globalismo e globalidade como sinônimos do objeto.

do final do século XX: queda do Muro de Berlim (1989), dissolução da ex-URSS (1991) e fim da Guerra Fria (1945-1991), entre outros. Nas palavras do autor, “o que está em causa quando se trata de globalização é uma ruptura histórica de amplas proporções, com implicações epistemológicas que exigem reflexão” (IANNI, 1998, p. 2).

Para o autor, com a *perestroika* e a *glasnost*⁴⁸ no governo Gorbachev, cai não só o Muro de Berlim, mas também todas as sociedades do antigo bloco soviético e do Leste Europeu, que mudaram governos e regimes. O mundo estava sendo revolucionado no início dos anos 1990, pois transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que germinavam desde o início do século XX aceleraram-se depois da Segunda Guerra Mundial e intensificaram-se mais a partir da dissolução do mundo bipolarizado. Um aspecto importante, resultado de tal processo, foi a abertura de novas fronteiras para a expansão do capitalismo nos países do Leste Europeu. A América Latina também foi impactada por tais transformações, mas nos trópicos ela adquire novos contornos a partir da eleição de governos neoliberais⁴⁹.

A crise do socialismo no Leste Europeu abriu questões teóricas da maior importância, pois terminava uma época, mas não seus desafios. Reabriam-se as disputas entre as nações centrais do capitalismo, Japão e Alemanha retornavam ao cenário mundial como potências e começam a incomodar os Estados Unidos e a Europa. Duas décadas depois, como resultado desse processo que se abre, a Alemanha é a principal economia da UE – União Europeia, e tem força para definir quais passos devem ser seguidos pelos demais países que compõem a organização. Já os Estados Unidos, nos anos 1980, davam sinais de declínio como a única nação hegemônica, aquém da missão civilizatória global que procuravam assumir. Os problemas do Terceiro Mundo⁵⁰ reaparecem, ou melhor, voltam à cena política internacional em função da crise de suas dívidas, pois, em um mundo global, com tecnologias da informação que atravessam continentes e sujeitos, eles ganham nova visibilidade. Ou seja, esse novo período da história colocava um novo mundo em movimento.

Tal crise derivou também do agravamento das contradições entre as formas jurídico-políticas e ideológicas de organização da sociedade, por um lado, e as manifestações reais e potenciais das forças sociais, por outro. Ela também derivaria do regime codificado na fórmula Estado-partido-sindicato, baseado no partido único, no centralismo democrático e no planejamento econômico centralizado, que se revelou incapaz de responder aos movimentos e

⁴⁸ Perestroika e glasnost em russo significam, respectivamente, reestruturação e transparência; foram as palavras de ordem do governo reformista de Mikhail Gorbachev à frente na União Soviética entre 1985 e 1991.

⁴⁹ Fernando Henrique Cardoso no Brasil entre 1995 e 2002, Carlos Saul Menem na Argentina entre 1989 e 1999 e Alberto Kenya Fujimori no Peru entre 1990 e 2000, entre outros.

⁵⁰ Denominação que era utilizada para indicar os hoje qualificados países em desenvolvimento.

inquietações dos mais diferentes setores sociais, políticos, culturais, étnicos e religiosos, entre outros, pois a ideologização bloqueava o diálogo entre diferentes grupos sociais. Além disso, a crise econômica acabou por relegar a esfera social ao que sobrava do orçamento, afetando programas sociais e culturais (IANNI, 1992).

Em pouco tempo, a máquina do mundo, ou a história bipolarizada, parece ter recommçado a movimentar-se, abrindo uma nova etapa do capitalismo, global e neoliberal. Neste movimento ruíram esquemas, estratégias, interpretações, arranjos políticos, alianças econômicas e geopolíticas, conveniências e cumplicidades. O que era inimaginável agora se torna realidade presente. Hoje somos todos atravessados pela máquina da comunicação e das novas tecnologias, bem como por suas contradições, tema que nos interessa compreender como se estruturou no Brasil no decorrer dos anos 1990.

Segundo Walter Russel Mead, “a história, depois de quarenta anos de moderação, caiu do trem. Vaga pelas ruas e ninguém sabe para onde foi” (apud IANNI, 1992, p. 22). Essa imagem reflete a sensação de espanto e incerteza de pensadores, historiadores e cientistas políticos dos dois lados do Atlântico. Reforça-se, nesse momento, a ideia de que a história vai para lugares indeterminados e que o pensamento só pode captá-la após sua transformação no mundo real.

Por isso, os eventos desencadeados nos pós 1989 revelaram características essenciais da *sociedade global*, da máquina do mundo. Instala-se um não saber, e o mundo inteiro parece estar a tornar-se capitalista. Nessa nova “etapa” da história do capitalismo, ele é global, mundializado e revela um novo processo de ocidentalização e colonização em escala ampliada. Com a ruptura do mundo bipolarizado (1945-1989), das economias centralmente planejadas, o capitalismo encontrou novos territórios para sua expansão. O término da Segunda Guerra, com o surgimento de estruturas mundiais de poder, decisão e influência, anunciava a redefinição e o declínio do Estado-Nação, e a ruptura se consolidava.

Algumas das características desse grande processo de transformação são: internacionalização da produção, globalização das finanças e seguros comerciais, alteração da divisão internacional do trabalho, vasto movimento migratório do Sul geográfico para o Norte “desenvolvido” e competição ambiental, mudanças na natureza dos Estados e nos sistemas de Estados, internacionalização dos Estados em suas estruturas internas e funções e, nas últimas décadas, os Estados modificaram-se no sentido de adaptar as economias nacionais às exigências da economia mundial. O Estado-nação tem se transformado em correia de transmissão da economia mundial.

Como outros autores, Ianni considera que a *globalização* não é um fato acabado, mas um processo em marcha que, mesmo com obstáculos e interrupções, ainda se generaliza, se aprofunda como tendência, e que nações e continentes configuraram-se como os espaços da nova conquista, como a África pós colonialismo e a América Latina pós regimes ditatoriais.

Indicava, ainda, que a globalização, por seu *caráter de ruptura*, *deslocava* o *objeto* das ciências sociais, abrindo, assim, novas possibilidades para o *sujeito da reflexão* e colocando novos desafios, não apenas metodológicos, mas também epistemológicos. Tais possibilidades e desafios deveriam encaminhar o campo das ciências sociais para a formulação de *novas categorias* para (re) pensar esse objeto em construção. As categorias utilizadas pelas ciências sociais, constituídas a partir do século XVIII, nos moldes do Estado-nação, do local, do nacional, deveriam se *deslocar* em função da ideia de globalização. Ou seja, essas categorias não eram mais suficientes, pela transformação de seu objeto, para se pensar o real⁵¹.

Com a consolidação do novo objeto, a globalização, novos desafios teóricos e metodológicos, novas continuidades e discontinuidades se colocavam no horizonte. A globalização, vista como uma totalidade histórica, recolocava problemas e abria novos horizontes para a reflexão sobre as relações, os processos e as estruturas. Nesse quadro da globalização em desenvolvimento, se reabre, por exemplo, o problema da relação homem-máquina, pois, se de um lado as novas tecnologias possuem forma, estrutura e conteúdo, o sujeito, pelo conjunto das relações constitutivas das tecnologias, foi subsumido por ela no mundo do trabalho. Duas certezas: um novo objeto e a necessidade de novas epistemologias e métodos.

Nesse panorama de abertura ao novo objeto, surge em profusão uma variedade de metáforas para tentar explicá-lo, compreendê-lo. Renato Ortiz, por exemplo, ao falar sobre essas metáforas, afirma que o “que se ganha em consciência perde-se em precisão conceitual” (1994a, p. 15). Ao identificar uma das metáforas utilizadas para “explicar” esse novo mundo, *aldeia global*⁵², trata dos seus limites:

O mundo dificilmente poderia ser entendido como uma aldeia global, e mesmo sabendo que o peso das novas tecnologias é considerável na rearticulação da ordem social, não se pode esquecer que as técnicas se inserem sempre nas

⁵¹ A fundação portuguesa Calouste Sarkis Gulbenkian patrocinou nos anos 1980/1990 um grupo de estudos coordenado por Immanuel Wallerstein que resultou na publicação do livro *Para abrir as ciências sociais*, São Paulo: Cortez, 1996, que indicava, desde os anos 1990, a necessidade das ciências sociais se abrirem para a interdisciplinaridade, para o diálogo com outros campos ou áreas do conhecimento; o trabalho indica, também, a necessidade de reformulação do ferramental teórico utilizado por cada uma das ciências sociais.

⁵² O termo *aldeia global* foi cunhado inicialmente por Marshall McLuhan e B.R. Powerx, *The global village*, Oxford: Oxford University Press, 1989.

condições objetivas da história. Entre os homens que se comunicam nessa aldeia existem tensões, interesses e disputas que os afastam de qualquer ideal comum. (ORTIZ, 1994a, p. 14-15).

Um dos desdobramentos do processo de globalização, por exemplo, que mereceria atenção é o que ele denomina de *desterritorialização*. A dissolução de ideias e de fronteiras, verdadeiras ou imaginárias, dispersam centros de decisões por diferentes lugares, empresas, corporações, organizações e agências transnacionais. O poder das finanças se desloca do Estado-nação, e o núcleo das corporações se descentraliza, por meio de grupos e subgrupos espalhados por diversos países e lugares. Essas corporações estão ligadas por redes de comunicação eletrônica, vinculando negociadores por todo o mundo. Nessa nova rede formada pelo capital transnacional, existe a necessidade de uma mão de obra específica e especializada em seus quadros. São aqueles que dominam um conjunto mínimo de tecnologias da informação e que falam inglês. Estes devem, inclusive, encontrar-se dispostos ao trabalho flexível, com remuneração também flexível.

Nos últimos 20 anos, no Brasil, ocorreu uma multiplicação de instituições acadêmicas, públicas e privadas, com o objetivo de preparar "intelectuais" de todos os níveis e em diferentes especialidades, com sofisticado treinamento, ou não, para a tarefa da internacionalização. Neste contexto é que surgem e se reproduzem os cursos de Relações Internacionais no país, com o objetivo de preparar essa nova intelectualidade altamente instrumentalizada. Apesar da coincidência no surgimento desses cursos, não existiu uma unidade teórica e metodológica em relação ao projeto de formação para esse profissional internacionalista. Ele pode trabalhar em instituições públicas, mas não participa do corpo diplomático do país, pois sua formação não é suficiente. Pode trabalhar com Comércio Exterior, importação e exportação, mas não é formado com esse objetivo.

A literatura da *globalização* que floresce inicialmente entre economistas e administradores das grandes corporações transnacionais e homens de marketing apresenta um discurso bastante pragmático e alinhado com a ideia de *desterritorialização*. Para a ação no *mercado global*, era necessário compreender como ele se estrutura, a partir de um saber produzido que será diretamente orientado pela prática e seu objetivo primeiro: mais lucros. Um exemplo: o *desenraizamento* dos produtos de suas cores locais, pois se cada objeto estivesse marcado pela sua territorialidade os fundamentos de uma gestão global estariam comprometidos. O objetivo seria o de apreender uma certa "universalidade" para instigar o consumo e promover a circulação de produtos.

A literatura da administração global, apesar de relativamente distante das análises tecnológicas, ou das preocupações pós-modernas, partilha com elas um conjunto de subentendidos que estruturam o pensamento. Centralidade/ descentralização, padronização/ segmentação, homogêneo/ heterogêneo, enrijecido/ flexível são antinomias que antecipam outras, de natureza ideológica, totalitarismo/ democracia, massa/ individualidade. O discurso permite assim associar várias formulações, aparentemente díspares entre si: flexibilidade da produção, descentralização da gestão, democracia das novas tecnologias, segmentação do mercado, individualidade, liberdade de escolha. A coerência se mantém quando referida a cada um desses domínios distintos, ela traduz a reafirmação de uma ideologia específica. (ORTIZ, 1994a, p. 162).

A desterritorialização seria também produtora de uma *ocidentalização do mundo*, pois os padrões, valores, ideias, signos, símbolos, formas de pensar, modos de ser e trabalhar predominantes no mundo ocidental passaram a fundamentar as relações daqueles que são sujeitos desse mesmo mundo. *Desterritorializar*, segundo Ianni, pode significar a *dissolução* ou *deslocamento* e a perda de algumas determinações essenciais, afetando, por isso, as lealdades de grupos, classes e sujeitos e ampliando a alienação (IANNI, 1992, p. 99-100).

Essa complexa rede de intelectuais apreende o mundo a partir de um olhar *cosmopolita*⁵³ e, em vários casos, esses são alçados a condição de heróis civilizadores, descolados de qualquer vínculo com o nacional, que traz a “boa nova” desse mundo. No mesmo caminho, Arjun APPADURAI (1990) considera que as mídias impressa, visual e eletrônica criam mundos imaginários, que por um lado propiciam uma pluralidade de concepções do mundo e, de outro, também afetam as lealdades.

Já Celso Furtado (1999), ao tratar sobre a globalização financeira do final dos anos 1990, aponta que ninguém ignora mais a concentração de poder dos chamados mercados financeiros, dominados por atividades especulativas cambiais, e que esses são os que apresentam taxas mais altas de rentabilidade com o avanço da globalização. A distribuição de renda em escala mundial passou a ser determinada por operações de caráter virtual e realizadas na esfera financeira. A esse processo denomina de capitalismo global, matriz de um novo sistema de poder mundial. A institucionalização desse modelo coloca-se como a principal tarefa a ser realizada nas décadas seguintes.

⁵³ Segundo o dicionário Houaiss: cosmopolita é aquele que se porta como um cidadão que habita as grandes cidades e capitais mundiais, visitando-as com frequência e adotando-lhe o espírito urbano; cidadão do mundo; que ou aquele que faz viagens, adaptando-se rapidamente ao modo de vida dos locais por onde passa; o que não se fala sobre esse espírito cosmopolita é que só aqueles que têm dinheiro podem dele desfrutar, ou, como disse Milton Santos (1999), só aqueles que possuem fluidez ativa para a mobilidade.

Uma das preocupações fundamentais – apontada por Celso Furtado na virada do século XX para o XXI – é sobre qual o formato que os Estados nacionais assumiriam, pois dele derivaria a questão da distribuição de renda nesse novo sistema.

Após uma breve exposição sobre seu processo de formação e influências intelectuais, Celso Furtado aponta as dificuldades da atividade de pesquisa no país, pois todos aqueles que se atrevem a utilizar a imaginação para pensar o Brasil, inevitavelmente, colocam-se em conflito com o *establishment*. Nessa trama do pensamento, vislumbra duas possibilidades: utilizar o saber convencional e colonizado ou pensar por conta própria. O autor aponta sua opção, que passa pela compreensão das realidades brasileira e latino-americana:

Mas a verdade é que isso ocorreu no âmbito da América Latina: passamos e identificar nossos problemas e a elaborar um tratamento teórico dos mesmos. Havia uma realidade latino-americana, e mais particularmente brasileira a captar. A confiança em nós mesmos para dar esse salto tornou-se possível graças à emergência da CEPAL no imediato pós-guerra. (FURTADO, 1999, p. 10).

Assim como IANNI (1992; 1995) e ORTIZ (1994a), Furtado também considera que o processo de *interdependência das economias denominada de globalização* levava à necessidade de formulação de um novo “quadro conceitual para apreender uma realidade em rápida transformação” (FURTADO, 1999, p.21). Diz, também, que as ideologias e as tecnologias foram ingredientes utilizados pelos grupos sociais que comandam a acumulação de riqueza para conformar os novos modelos de organização societária, para avançar na redução da ação reguladora dos Estados nacionais. A organização das atividades produtivas, nessa fase do capitalismo, tende a ser planejada em escala global, por meio das empresas transnacionais, sempre em prejuízo do poder de negociação das massas trabalhadoras. Por isso, a exclusão social, o desemprego e a concentração de renda tem se intensificado por todas as partes do planeta.

Para Milton SANTOS (2000), inicialmente, a *globalização* pode ser definida como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, lança mão de dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política. Afirma que nunca houve na história a separação entre esses dois elementos, pois as técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos elementos e dos lugares de seu uso. No fim do século XX, e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pela informação, assegurando ao novo sistema técnico sua presença planetária.

As técnicas e a aceleração contemporâneas, segundo Milton Santos, fazem com que o mundo se torne confuso e confusamente percebido. Por isso, diz que devemos considerar a globalização a partir de três perspectivas: a primeira é como nos fazem vê-la, ou seja, a globalização como *fábula*; a segunda é tal como ela é, ou seja, expressão da *perversidade*; e a terceira é como ela pode ser, ou seja, uma *outra globalização*.

A *globalização como fábula* é aquela que se constrói a partir de um certo número de fantasias, cuja repetição acaba por se tornar sua base. Os elementos da construção dessa fábula são: que vivemos em uma *aldeia global*, pela qual se difunde a noção de contração de tempo e espaço, como se o mundo estivesse ao alcance de todos; e que o Estado morreu, mas, na verdade, o que ocorreu foi uma reorientação de seu papel para atender aos reclamos do mundo das finanças e das transnacionais em detrimento dos cuidados com as populações locais.

A *globalização como perversidade* é aquela que se mostra a partir do desemprego crescente e crônico, do aumento da pobreza e da proletarização dos estratos médios da sociedade, da tendência de queda nos salários, do aumento da fome e do desabrigo, da manutenção dos índices de mortalidade infantil e nos quais se alastram os males espirituais e morais como o egoísmo, o cinismo e a corrupção. Essa perversidade também está na adesão aos comportamentos competitivos que caracterizam ações hegemônicas.

A *outra globalização*, como possibilidade de construção de um mundo mais humano, é aquela na qual as técnicas poderão servir a outros fundamentos sociais e políticos que não sejam os do capital, em que os homens, graças aos progressos da informação, reconheçam a possibilidade da mistura de filosofias e pessoas, em que prevaleça a existência de uma sociodiversidade e que permita o surgimento de uma cultura popular. Nessa outra globalização, se faz necessária a produção de um novo discurso ou uma metanarrativa da qual todos os homens façam parte.

Porém, a globalização não é só técnica, mas também o resultado da emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente. Existem quatro fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e o reconhecimento de um motor único na história, representado pela mais-valia global.

2.2 Problemas do Estado frente à globalização

Iniciamos a reflexão sobre esse tema com uma pergunta: o Estado dos anos 1980 no Brasil é o mesmo que hoje? Não, é a resposta que pode parecer mais ou menos clara. Desde os

anos 1980 o Estado brasileiro vem atravessando, e sendo atravessado, por um conjunto de transformações no que se refere à sua concepção, seus papéis, sua estrutura e forma de operação. A Constituição de 1988, de forma orgânica, definiu quais os papéis do Estado em seu corpo no final dos anos 1980, mas até a primeira década do século XXI vários dos seus capítulos, seções, artigos e parágrafos já foram alterados. Essa é uma dimensão da mudança de seu papel.

Contudo, os governos, quando eleitos, impulsionam mudanças no que se refere à sua concepção. No decorrer dos anos 1990, os governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e FHC *reorientaram o papel do Estado*, bem como suas estratégias de ação. Desde Collor abriu-se um longo período de privatizações de empresas e patrimônio públicos que colocou, por exemplo, setores fundamentais ao processo de globalização nas mãos do capital transnacional. Mineração, portos, aeroportos, rodovias, telecomunicações e bancos dominaram os leilões realizados nas Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Além das privatizações, a partir do receituário elaborado pelas instituições e organizações internacionais – FMI, GATT/OMC e Banco Mundial – alterou-se a forma de gestão do Estado na sua essência: estabilização monetária; controle da dívida pública; alteração do perfil de suas dívidas – que foram transferidas para o mercado por meio de títulos negociados nas bolsas de valores; abertura do mercado nacional com a flexibilização das importações e exportações; flexibilização da legislação trabalhista; políticas monetária e fiscal orientadas para a redução da inflação e da dívida pública; modificação das legislações sobre direito de propriedade, garantindo, por exemplo, que os novos modelos de propriedade intelectual fossem por aqui respeitados; regulação mínima da economia pelo Estado; e redução das despesas sociais no orçamento público, visando à redução das políticas sociais.

Mas, o que nos interessa nesse conjunto de transformações operadas por esses governos? Pensar como o Estado brasileiro, ao aceitar as determinações externas, exógenas, é subsumido por essas mesmas determinações, colocando-se numa condição de subalternidade, ou, como apontou Ianni: “O Brasil nasce no século XVI como província do colonialismo e ingressa no século XXI como província do globalismo” (IANNI, 2000, p. 51). Os anos 1990 constituem-se palco de intenso debate sobre a globalização e seus impactos nos conceitos de Estado-Nação, no que se define como nacional e nacionalidade, bem como a identidade, entre outros.

Livros foram produzidos por autores brasileiros, mas não apenas: revistas acadêmicas com projetos ligados ao pensamento sobre o Brasil e seus temas dedicaram números especiais sobre os impactos da globalização, do neoliberalismo e das disputas entre nações hegemônicas e periféricas sob o capitalismo global. Especialmente duas são utilizadas como fontes para o

trabalho em tela, a *Revista Estudos Avançados*, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, e a *Revista Novos Estudos do CEBRAP* – Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas, ambas com artigos assinados por intelectuais oriundos de diversas universidades do país.

Celso Furtado será um dos primeiros a preocupar-se com a alteração das estruturas econômicas frente à globalização nesse período, publicando artigo em 1992 na *Revista Estudos Avançados* e um livro, em 1999, sobre o capitalismo global. No texto de 1992, afirma a necessidade de se pensar sobre o tema:

Os ajustamentos sem precedentes que neste fim de século estão ocorrendo nas relações internacionais requerem para sua compreensão uma visão global apoiada não apenas na análise econômica, mas também na imaginação prospectiva que nos habilita a pensar o futuro como história. Sem essa visão global, estaremos incapacitados para captar o sentido dos acontecimentos que nos concernem mais diretamente e, mais ainda, para agir conscientemente como sujeitos históricos. (FURTADO, 1992, p.55).

Para responder a essa preocupação, Furtado faz algumas reflexões iniciais sobre o *perfil emergente dessa realidade mundial*, indicando como seus elementos: a recessão da economia mundial no período, a crise da economia estadunidense e sua extensa dívida, o amplo processo de destruição-reconstrução das economias do leste europeu, a integração de parte desses países ao Tratado de Maastricht⁵⁴, o avanço das empresas transnacionais graças à crescente concentração de poder financeiro e aos acordos no âmbito do GATT sobre patentes e controle das atividades intelectuais, a debilitação dos sistemas econômicos nacionais frente ao avanço da internacionalização dos circuitos econômicos financeiros e tecnológicos, e o afrouxamento dos vínculos de solidariedade histórica que uniam as nacionalidades. (FURTADO, 1992, p. 55-58).

Após a exposição desses elementos, afirma que a estrutura internacional de poder evoluía para assumir a forma de grandes blocos de nações sedes de empresas transnacionais que dispunham de rico acervo de conhecimentos além de pessoal capacitado, nos quais prevaleceriam as forças tendentes a reproduzir a separação desenvolvimento/subdesenvolvimento, ou seja, tenderiam a prevalecer as forças hegemônicas. Para escapar desse novo sistema de forças articulado planetariamente, dizia que o Terceiro

⁵⁴ O **Tratado Maastricht**, formalmente **Tratado** da União Europeia - TUE, foi assinado em 7 de fevereiro de 1992 pelos membros da Comunidade Europeia na cidade de Maastricht, Países Baixos. No mês de dezembro de 1991, a mesma cidade hospedou o Conselho Europeu que elaborou o tratado.

Mundo deveria conjugar vontade política fundada em amplo consenso social com condições objetivas, característica presente em poucos países desse grupo.

O desenvolvimento econômico do país expandiu seu mercado, com enorme potencialidade, a partir da industrialização organizada pelo Estado, que assumiu a forma de um sistema econômico com considerável autonomia, no que se referia à formação de poupança e geração efetiva de demanda. Esta política de expansão conduzida pelo Estado desenvolveu-se a partir da industrialização por substituição das importações. A expansão, situada no terceiro quartel do século XX, fez com que o país se constituísse como rápida fronteira de expansão do mundo capitalista. Nas palavras de Furtado:

É somente no século atual que a economia brasileira deixa de fundar seu dinamismo na depredação de recursos naturais e passa a apoiá-lo de forma principal na assimilação de avanços tecnológicos e na acumulação de capital reprodutível. Isso, graças ao processo de industrialização que passou a ser o motor do desenvolvimento do país a partir da grande depressão dos anos 30. (FURTADO, 1992, p.59).

A partir do final dos anos 1970, “estacionamos à margem da estrada”, ou pior, “recuamos nessa caminhada” e, com a crise dos anos 1980, a receita adotada na década seguinte, prescrita pela “ideologia da moda”, o neoliberalismo, consistiu na “supressão do papel dirigente do Estado e na abertura indiscriminada das fronteiras ao influxo do comércio exterior” (FURTADO, 1992, p. 57-59). Os efeitos dessa fórmula foram muito além do abandono de uma política de industrialização dirigida pelo Estado. O país, que já vinha absorvendo uma história de ajustes econômicos conduzidos pelos países e organizações multilaterais hegemônicas, será, mais uma vez, fortemente atingido também pela tendência declinante dos preços dos produtos primários no mercado internacional, acentuando a lógica perversa desse novo sistema de relações econômicas internacionais.

A desindustrialização da década de 1990 colocava o país na dependência do acesso marginal ao mercado internacional dominado por empresas transnacionais, ampliando seus espaços nos mercados de manufaturas. Não é possível pensar o “desenvolvimento sem acesso à tecnologia moderna, e esse acesso se dá preferencialmente via comércio internacional” (FURTADO, 1992, p. 62). Essa estratégia de abandono da industrialização e de desenvolvimento do mercado interno, em um país com acentuadas disparidades e dimensões, como é o caso do Brasil, não dinamizaria o sistema econômico, mas colocaria o país em um novo ciclo de dependência. Para finalizar, Furtado indica que o país, como projeto, deveria recuperar o terreno perdido nessa área, ou seja, recuperar seu protagonismo. Caso contrário,

seria no mínimo “excêntrico falar de sistema econômico e identidade nacional com respeito ao nosso país” (FURTADO, 1992, p. 64).

Para o autor, o Estado, como centro da história moderna, assumiu durante um longo período a defesa dos interesses coletivos, transitando de agente defensor dos interesses patrimoniais para o de intérprete e assegurador da efetividade dos interesses coletivos. Ao longo do século XX o processo foi acompanhado por uma participação cada vez mais efetiva e crescente da população no controle dos centros de poder e pela ampliação da capacidade de organização dos trabalhadores. Por trás destas, o Estado nacional passou a assegurar os níveis de emprego e a proteção do mercado interno.

A alteração desse panorama, na transição do século XX para o XXI, contou com a efetiva participação dos quadros e negociações da OMC sobre os fluxos internacionais de tecnologia e serviços e na conformação de um novo poder político mundial. Mesmo com essa transição, Furtado acreditava que havia espaço para o exercício de uma política nacional independente em torno do desenvolvimento de um mercado interno com potencial para crescimento. O papel do Estado, nesse período, se sofisticou e novos problemas de ordem política se consolidaram. Os desafios que se apresentavam para o Brasil do final do século XX, de acordo com Furtado, eram próprios de um país-continente marcado por ampla heterogeneidade, mas com mercado interno de potencial para crescimento. Demonstrando certo otimismo, afirma que: “O que importa é que as novas gerações recuperem o gosto pelo exercício da imaginação e se convençam de que a obra que lhes cabe realizar é nada menos do que dar continuidade à construção desse grande país” (FURTADO, 1999, p. 23). Neste quesito, acerca da construção do futuro sobre bases nacionais, penso que o autor não dimensionava, ainda, o impacto de novas identidades e subjetividades, fortemente influenciadas pelas novas formas de comunicação, e que esvaziavam o conteúdo do nacional no sujeito que vive entre o local e o global.

Uma outra questão colocada pelo autor é que, sob a ação das forças transnacionais, o processo de globalização atual desarticula as forças da rede de proteção social, conferindo poderes para empresas que se globalizam e escapam da ação reguladora dos Estados. O mundo empresarial, nesse quadro, tende a fugir do controle das instâncias políticas reguladoras do Estado nacional. Voltamos ao modelo do capitalismo cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro (FURTADO, 1999, p. 29).

O equilíbrio social, que era garantido pelos Estados nacionais, foi rompido em proveito das empresas que controlam as inovações das tecnologias. A interdependência dos sistemas econômicos abalou o quadro das técnicas econômicas que captavam o sentido do processo histórico, multiplicando modelos e manipulando dados. Os mercados – de tecnologia, de

serviços, de meios de comunicação, de produtos, de bens de consumo geral e de matérias primas – passaram a operar unificadamente, globalizando-se.

As mudanças dos processos no novo capitalismo global são apresentadas por Furtado a partir de cinco pontos: 1) o declínio da governabilidade das economias relacionado à internacionalização dos mercados financeiros; 2) a União Europeia deu origem a um projeto político, em que os países membros abdicaram de parte das prerrogativas nacionais, envolvendo um exercício de imaginação para conciliar os valores locais e rivalidades culturais históricas dentro de uma experiência para integração política e econômica, que aponta para a superação do Estado nacional; 3) a conversão dos países do Leste europeu em economias de mercado permitiu a reinvenção de formatos políticos para uma convivência democrática; 4) as nações asiático-orientais, com autonomia no domínio das técnicas e combinadas com forte disciplina social, ampliaram sua presença nos mercados mundiais; 5) as economias latino-americanas foram submetidas a pressões para a desregulação de seus mercados, com efeitos diversos em suas estruturas sociais (FURTADO, 1999, p. 30-32).

Com a eliminação das tarifas alfandegárias e a unificação do mercado financeiro, o custo de transferência de capitais transnacionais tende a zero. Nesse quadro, amplia-se a exclusão de parcelas da população em sociedades ricas e pobres, que não é decorrente apenas da orientação do progresso tecnológico, mas também da incorporação ao sistema produtivo de mão de obra mal remunerada ou precária. “A globalização em escala planetária das atividades produtivas leva necessariamente a grande concentração de renda, contrapartida do processo de exclusão social” (FURTADO, 1999, p. 33).

Jacob GORENDER (1995) tratará do problema Estado e globalização refletindo sobre quais seriam as estratégias dos Estados-Nação frente ao processo de globalização. A partir de uma pesquisa por ele conduzida à época, afirma que a *globalização* e a *revolução tecnológica* deveriam ser tomadas como processos objetivos e conjugados. Define a *globalização* como uma continuação, acentuação ou aceleração da expansão do sistema capitalista. Nessa nova etapa, situa a base material da expansão como resultado da terceira revolução tecnológica, acelerada pela crise do capitalismo nos anos 1970, posição alinhada com Celso Furtado.

Indica, também, um conjunto de aspectos que mereceriam reflexão, tais como: a criação de uma cultura internacional que fosse capaz de unir os homens, o debate sobre políticas

keynesianas e o *Estado do Bem-Estar* e o *New Deal*, a superação de uma cultura de particularismos e as questões ecológicas, que careceriam de uma visão global⁵⁵.

Ao analisar a conjuntura dos anos 1970/1980, aponta uma tendência de esgotamento do modelo fordista de organização da produção e das tecnologias a ele acopladas, o que intensificou a concorrência entre as empresas dos países industrializados, as quais implementavam novas tecnologias relacionadas aos desenvolvimentos da microeletrônica, e a difusão do modelo *toyotista* e flexível, inserido nas práticas japonesas. Ao mesmo tempo, como outros autores já citados anteriormente, afirma que se desenvolvia a “concepção” neoliberal⁵⁶ (GORENDER, 1995, p. 94-95).

Gorender afirmava nos anos 1990 que a globalização e a revolução tecnológica não anulavam ou diminuía a importância dos Estados nacionais, mas revelavam que o Estado, dotado de relativa autonomia, é sempre o avalista de determinada organização econômica e sócio-política, pois sua atuação, defendendo, alterando ou mantendo o ordenamento jurídico institucional, é sempre necessária a determinada dominação de classe, conforme a seguir:

O Estado é o fiador dos direitos do capital, ao mesmo tempo incumbindo-se da legitimação política da organização social. Sem o poder legitimador e coercitivo do Estado, não haveria sequer como explicar a própria existência do capital financeiro. Do ponto de vista estritamente econômico, o Estado conserva sua força, mesmo após as mudanças liberais dos últimos tempos. (GORENDER, 1995, p. 97).

Mesmo afirmando que os Estados nacionais mantêm certa autonomia no processo de globalização, aponta que, sob alguns aspectos, ela reduz sua soberania, pois são subsumidos pelo regime internacional em função das obrigações e compromissos com as organizações internacionais e tratados, que exercem inegável força impositiva. Mas reafirma que os Estados podem se posicionar frente às questões propostas pela própria globalização, demonstrando seu caráter ambivalente.

Outro elemento de sua reflexão é a presença de um duplo discurso sobre a globalização dos países desenvolvidos (sobretudo nos EUA, Alemanha e Japão). Por um lado, os países hegemônicos recomendam a completa liberação do comércio exterior para os países subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou da periferia do capitalismo; de outro, obstaculizam

⁵⁵ Sobre esse aspecto em especial, não podemos esquecer a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro, que coloca a agenda ecológica no centro das atenções.

⁵⁶ Gorender apoia-se, para tratar do neoliberalismo, no texto de Perry Anderson, *Balanço do neoliberalismo*, publicado na obra **Pós-neoliberalismo: políticas sociais e o Estado democrático**, São Paulo: Paz e Terra, 1995.

as mesmas medidas em seus países, colocando em prática o que denomina de uma globalização seletiva, protegendo suas economias e demonstrando a utilização de estratégias distintas dos Estados nacionais. Existem, porém, casos especiais – Coreia do Sul e Taiwan, que são trabalhados pelo autor e que evoluíram para uma dependência associada (GORENDER, 1995, p. 99-106).

Indica ainda que os países em desenvolvimento possuem economias mais suscetíveis e debilitadas diante do processo de globalização, pois parte das decisões de seus Estados, nessa conjuntura, é ainda mais reduzida, ou anulada, por fatores externos, ampliando sua submissão e agravando as condições de desigualdade. Neste ponto, Jacob Gorender e Celso Furtado se aproximam mais uma vez pois, para ambos, a estratégia para os Estados nacionais dos países em desenvolvimento seria a retomada dos projetos nacionais de desenvolvimento.

Uma interpretação bastante peculiar sobre a crise dos Estados na América Latina é a do professor BRESSER-PEREIRA⁵⁷ (1993), em artigo publicado na *Revista Novos Estudos* em novembro de 1993. Inicialmente, diz que a crise dos Estados na América Latina derivava da *crise da dívida externa*⁵⁸ dos anos 1980 com uma causa suplementar, a exaustão da estratégia de desenvolvimento do nacional-desenvolvimentismo. A inclusão desse texto na pesquisa que ora apresentamos se deve mais ao tema central do artigo do professor, *Reforma do Estado*, bem como ao papel ocupado pelo mesmo no governo FHC (1995-1998), pois ele não trata abertamente da globalização ou internacionalização da economia capitalista.

Naquele momento, duas eram as abordagens que definiam a crise e ofereciam propostas de solução: a abordagem neoliberal ou do Consenso de Washington e a social-democrática. Dois pontos ligam essas duas abordagens: a crítica ao populismo e o nacional-desenvolvimentismo e o fato de que os Estados cresceram demais na América Latina. O autor também faz referências às interpretações sobre o desenvolvimento que dominaram a América Latina entre os anos 1930 e 1970, quais sejam: teoria marxista do imperialismo, teoria reformista da nova dependência e teoria conservadora da modernização (BRESSER-PEREIRA, 1993, p.39-40).

As explicações para as crises do capitalismo na AL são de ordem econômico-política, centradas na ideia de crise fiscal. Essa crise derivava de cinco ingredientes: 1) déficit orçamentário; 2) poupanças públicas negativas ou muito pequenas; 3) dívida externa e interna

⁵⁷ Luiz Carlos Bresser-Pereira foi ministro da Administração e Reforma do Estado no 1º governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), ou seja, foi um dos coordenadores da desestatização.

⁵⁸ Segundo ao autor, a crise da dívida está relacionada ao fato de que os Estados na América Latina transformaram a dívida externa em dívida pública, estatizando-a.

excessiva; 4) falta de crédito dos Estados, refletida na falta de confiança em suas moedas para pagamento das dívidas de curto prazo; e 5) falta de credibilidade dos governos e sua imobilização. As proposições elaboradas para a solução da crise fiscal derivaram, segundo Bresser-Pereira, de um histórico da interpretação dos credores em que era traço comum a cobrança dos organismos internacionais para reformas internas, ou seja, reformas do e no Estado.

Como outros autores, Bresser-Pereira diz que a resposta para a crise no final dos anos 1980, *impulsionada por uma onda conservadora e neoliberal*, era a proposta definida como Plano Brady, ou seja, o Consenso de Washington, que apontava suas causas, bem como os remédios que deveriam ser utilizados pelos países na América Latina. As causas: indisciplina fiscal, déficit público e intervenção estatal excessiva. Os “remédios”: ajuste fiscal, reformas estruturais orientadas pelo e para mercado, desregulamentação e redução da dívida externa.

Apesar do quadro apontado pelo autor ser coincidente com o apresentado por outros autores do período, ele inova em um aspecto bastante significativo e relativo à globalização dos anos 1990. Diz ele que as reformas orientadas para o mercado, propostas por Washington, deveriam ser coordenadas pelo Estado e pelo mercado, como coordenação mista. Não há aqui a defesa da ideia de um Estado mínimo, como propõem os neoliberais, mas de um Estado fortalecido e com possibilidade de “definir uma estratégia de desenvolvimento, coerente com novas e limitadas formas de intervenção estatal”. Esse Estado fortalecido deveria “assumir novas e importantes funções coordenativas não apenas no campo social e do meio ambiente, mas também no campo tecnológico e de comércio externo (BRESSER-PEREIRA, 1993, p. 48).

Bresser-Pereira afirma que as reformas orientadas para o mercado no início dos anos 1990 não são outra coisa senão *reformas do Estado*, e que as reformas nos países da AL, apesar da retórica neoliberal e de políticas ortodoxas, não adotaram o receituário neoliberal, o que no mínimo é passível de muito debate. Faz ainda uma última referência dizendo que a estratégia social democrática seria preferencial para os países latino-americanos.

Paul SINGER (1997), para entrar nesse debate e caracterizar suas preocupações no novo estágio da história, parte do pressuposto de que a *internacionalização financeira* já aparecia como uma tendência desde as viagens de Marco Polo ao Extremo Oriente, ou seja, ela já era visível desde o final do século XIII, constituindo-se, por isso, um processo datado de muito tempo. Nessa longa trajetória, identifica períodos de intensificação das relações comerciais, seja entre os grandes impérios do continente asiático e a periferia europeia, nos séculos XIII e XIV, ou quando Portugal e Espanha, a partir do século XV, integram a África e

as Américas a um sistema de economia mundial. No século seguinte, somam-se a essa *internacionalização* a Oceania e outros arquipélagos do Pacífico.

Singer, apesar de considerar a internacionalização um processo de *longa duração*, define a *globalização* como “uma mudança qualitativa da *internacionalização*, na medida em que grandes progressos em comunicação e transporte aproximam ainda mais os povos no sentido material e cultural” (SINGER, 2000, p.40). Tal *mudança qualitativa* só foi possível devido à ausência de conflitos mais abrangentes pós 2ª Guerra, não obstante as várias guerras locais na Ásia e na África, bem como os conflitos indiretos envolvendo as potências que lideravam a Guerra Fria.

Apesar dessa mudança qualitativa, indica que há um descompasso entre a *globalização nos planos econômico e cultural* e a *globalização no plano político*, pois, apesar de uma certa uniformização⁵⁹ dos padrões de consumo e comunicação nos países que se integram, o progresso no estabelecimento de instituições governamentais internacionais, mesmo após mais de 20 anos do início desse processo no Cone Sul, por exemplo, tem sido escasso.

Destaca ainda que a *globalização*, como forma mais recente da *internacionalização*, se apresenta a partir de *duas modalidades*: uma *positiva* e outra *negativa*. A *positiva* é aquela em que a ampliação dos mercados e a integração de economias são *politicamente conduzidas* por Estados nacionais soberanos ou entidades supranacionais, exercendo papéis ativos. Estados Unidos, Japão e Alemanha são exemplos dessa *globalização* a partir do pós 2ª Guerra, pois elaboraram, e implementaram, uma estratégia que visava não só à expansão do comércio internacional e dos investimentos diretos no exterior, mas também à multiplicação de empresas multinacionais e ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa internacionais. Um outro aspecto importante dessa expansão comercial é que boa parte dos países que a lideraram recorreram sistematicamente ao protecionismo de suas economias e atividades especializadas. A *negativa* caracteriza-se pelo mesmo processo, só que impulsionada e *dirigida unicamente pelo mercado* para a remoção de barreiras institucionais ao intercâmbio, avançando na desregulamentação e eliminação de restrições e controles para transações comerciais e financeiras desde fora. No último caso, via de regra, a cada barreira que é “derrubada” uma empresa transnacional toma o lugar de uma nacional “menos competitiva”.

Nessa trama da *ampliação dos mercados*, os produtos de uma atividade especializada são adquiridos por agentes não especializados, que, para continuar consumindo os referidos

⁵⁹ A uniformização do consumo é verificável quando no cotidiano, por exemplo, fazemos compras nos supermercados ou shopping-centers, visto que a maior parte dos produtos disponíveis são produzidos por um conjunto de empresas transnacionais que dominam as estruturas da produção, distribuição e consumo.

produtos, também se especializaram em alguma produção diferente. Ao se especializarem ganham produtividade por meio do intercâmbio, da troca, mas *perdem autonomia*, pois enquanto não-especializados, em alguma medida, eram autossuficientes. Enquanto consumiam o que podiam produzir, eram pobres, mas não dependiam de outras sociedades para se manter. Uma vez inseridos no *mercado global*, o seu lugar na divisão local, regional, nacional ou internacional do trabalho passa a estar permanentemente em risco. A ampliação do mercado não é um processo puramente econômico, mas é fortemente impulsionado pelo autointeresse dos agentes.

O *mercado global*, por sua vez, não é composto por produtores individuais que vendem para obter meios de consumo, mas por empresas capitalistas transnacionais, para as quais a finalidade é o lucro, não o consumo. Por isso, governos e empresas têm interesses na internacionalização. Governos dos países do capitalismo central estreitam laços com países menores e dependentes com o objetivo de manter essa dependência, mas sob outro formato. Já as empresas capitalistas procuram no exterior mercados para seus produtos, insumos mais baratos, oportunidades de investimentos e novos capitais com o objetivo de garantir maior lucratividade.

Segundo Singer, em 1997 o Brasil encontrava-se diante de um dilema, pois tanto poderia “priorizar a integração de sua economia num agrupamento regional, o Mercosul, como preferir a internacionalização unilateral, ou seja, a *globalização negativa*” (SINGER, 1997, p. 61). Contudo, apontava o autor, a alternativa da *globalização negativa* tenderia a transformar os países com desenvolvimento incompleto em joguete dos grandes conglomerados transnacionais capitalistas privados. É possível, a partir dessas formulações, dizer que no caso brasileiro, nos anos 1990, foi isso que sucedeu, mas com o consentimento e a participação do Estado como *construtor da nova institucionalidade*, agora global.

Octavio Ianni, retomando o viés da crítica mais dura sobre o capitalismo global, em certa medida ausente em seus textos iniciais sobre a globalização, pois tinham por objetivo a compreensão do novo objeto, em artigo publicado na *Revista Estudos Avançados* afirmava, nesse momento, que o *Brasil ingressava no globalismo como modesto subsistema da economia global* na transição do século XX para o XXI, e o que se observava era o *abandono e o desmonte do projeto nacional e a implantação de um projeto de capitalismo transnacional, transformando a nação em uma província* (IANNI, 2000, p. 51).

O autor demonstra como o modelo de capitalismo transnacional instalou-se no país por etapas e em três momentos: entre 1964 e 1985, por meio da destruição das lideranças e organizações políticas; entre 1985 e 1984, pela adoção de medidas econômico-financeiras de

cunho neoliberal; e, de 1994 até 2000 (momento da publicação do texto), pela ação e empenho do governo FHC na concretização das diretrizes econômico financeiras e institucionais para completar a instalação do projeto de capitalismo transnacionalizado e segundo diretrizes teóricas e práticas ideológicas do neoliberalismo.

Nesse último período, a “Reforma do Estado” compreenderia: a criação de um Estado mínimo; a desregulação, privatização e abertura do mercado nacional; a privatização dos sistemas de educação e saúde; a redefinição das relações de trabalho, com a flexibilização da legislação; e o favorecimento de fusões e aquisições de empresas nacionais por transnacionais, com participação ativa do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na reorientação desse processo. Tal estratégia visava a “favorecer a transformação dessas esferas da ‘questão social’ em espaços de aplicação lucrativa do capital privado, no qual predominam as empresas, corporações e conglomerados transnacionais” (IANNI, 2000, p. 52).

À distância, o texto de Ianni nos parece uma resposta a um outro texto publicado por Fernando Henrique Cardoso na *Revista Novos Estudos* n. 50, em março de 1998, com o título *Notas sobre a reforma do Estado*. Nesse texto, FHC, como presidente, define a reforma do Estado brasileiro como coerente com os novos paradigmas vigentes nos Estados ocidentais, identificados como “onda rosa”, e que consistiria no reconhecimento da *inevitabilidade* do mercado como agente alocador de recursos na ação pública. O presidente-sociólogo defende também que o Estado brasileiro, considerado “centralizador e voltado para interesses particularistas, deveria, pela reforma, orientar suas ações no sentido de universalizar o acesso aos serviços sociais básicos mediante a racionalização e democratização dos recursos dos órgãos públicos” (CARDOSO, 1998, p. 5).

Voltamos ao artigo de Ianni para estabelecer aproximações que parecem existir entre os dois textos, mesmo sem qualquer citação explícita ou referência ao texto de FHC:

A reforma do Estado, nos termos em que está sendo realizada, seguindo fielmente as diretrizes do Consenso de Washington, isto é, do neoliberalismo, implica uma redefinição drástica das relações entre o Estado e a Sociedade, e não apenas com a Economia; mesmo porque ambas se constituem simultânea e reciprocamente com os seus ingredientes políticos e culturais. Este é o processo que se acha em curso: o Estado está sendo dissociado da Sociedade; suas relações estão sendo redefinidas; altera-se e rompe-se o metabolismo que se havia desenvolvido entre a Sociedade e o Estado na vigência do projeto de capitalismo nacional. (IANNI, 2000, p. 52-53).

A “onda rosa” citada por Cardoso é, na verdade, o Consenso de Washington citado por Ianni. Sob a perspectiva de Cardoso, o Estado, pela Reforma, deveria racionalizar suas ações e

abrir-se à participação do mercado na ação pública. Já para Ianni, a Reforma provocava uma dissociação entre Estado e Sociedade, que enfraquecia o tecido social e as formas de sociabilidade, as quais passavam a ser determinadas pelo mercado. Além disso, Ianni propugnava que os indivíduos e coletividades, sob o novo modelo, eram induzidos a comportar-se de tal modo que o consumismo apareceria como uma figuração da cidadania, ou seja, que a cidadania, como direito, transformava-se em direito de consumo.

As palavras de ordem do projeto de globalização subalterna, sob o manto da reforma do Estado, segundo Ianni, eram “modernizar”, “racionalizar” e “dinamizar” as instituições nacionais para ampliar a “inserção” do país emergente na nova dinâmica do capitalismo mundial. Os governantes desse período agiam em conformidade com as diretrizes das estruturas mundiais de poder, a saber: FMI, Banco Mundial e OMC. Neste ponto há uma convergência entre as análises de Ianni e as de Celso Furtado, Jacob Gorender e Paul Singer.

A reforma do Estado e o globalismo subalterno apresentavam suas consequências: o Estado transformava-se em aparelho administrativo dos blocos de poder transnacional; as elites governantes são estranhas ao povo; intelectuais, cientistas sociais e outros profissionais contribuíram para que o país fosse tomado por novos conquistadores e colonizadores, transformando-o em província do capitalismo mundial; as bases da economia nacional foram solapadas e a soberania do Estado-nação perdia vigência; a sociedade, por sua vez, se vê impossibilitada de colocar em prática um projeto nacional; o projeto do capitalismo transnacional promove a alienação do nacional dos centros decisórios de poder; as elites nacionais, compreendendo empresários, militares e intelectuais, entre outras, revelam escasso ou nulo compromisso com a nação, o povo e a sociedade, associando-se ao capital transnacional, transformando o país em território de negócios ou pastagem de lucros e ganhos (IANNI, 2000, p. 55-56).

As conclusões do autor sobre o processo de reforma do Estado e do novo ciclo de globalização do capitalismo no Brasil, na transição do século XX ao XXI, eram à época, como hoje também, bastante pessimistas. Para ele, o que acontecia no país naquela conjuntura não era só semelhante ao que ocorria em outros países, mas experimento exemplar de uma dependência perfeita⁶⁰. A proposta para sair desse impasse seria de duas ordens, aparentemente conflitantes: a retomada do projeto de desenvolvimento nacional, por um lado, e, por outro, a

⁶⁰ Sobre a ideia de dependência, o professor Sebastião C. Velasco e Cruz publicou na *Revista Estudos Avançados*, n. 13, o texto "Ideias do poder: dependência e globalização em F.H. Cardoso", no qual reflete sobre a teoria da dependência a partir de três discursos do então presidente com referências explícitas à noção de globalização; uma das conclusões do autor é que FHC, como político, praticou a dependência que teorizou como sociólogo.

globalização das reivindicações e formas de lutas dos setores subalternos, ou seja, uma globalização desde baixo, também como proposto por Milton Santos em seu livro *Por uma outra globalização* (2000).

Um outro tema concernente a esse debate sobre o Estado é o trabalhado pelo professor José Luís FIORI (1995), qual seja, a do problema da *governabilidade democrática frente à nova ordem econômica mundial*. Segundo o autor, o tema passa a ocupar o centro dos debates políticos e acadêmicos nos anos 1960 e seu conceito teórico foi sendo definido ao longo das últimas décadas. Refere-se a uma versão eclética de governabilidade que apareceu na agenda do Banco Mundial e de outras instituições multilaterais nos anos 1990. Essa versão passava a identificar a ideia de governabilidade com *governance ou good governance* (FIORI, 1995, p. 158).

Tal definição trazia pouca novidade conceitual, mas ampliava o rigor no detalhamento institucional do que seria um governo pequeno e confiável do ponto de vista da comunidade internacional. O documento do Banco Mundial é bem elucidativo nesse sentido: "para muitos credores do sistema financeiro, a efetividade de suas operações de ajuste e investimento é impedida por fatores que contribuem para uma gestão ineficiente. Esses fatores incluem instituições pouco sólidas, a falta de uma adequada estrutura legal, a fragilidade dos sistemas e políticas incertas e variáveis" (apud FIORI, 1995, p. 159).

Os organismos internacionais e instituições multilaterais definem a governabilidade de forma instrumental, atribuindo ao conceito um conteúdo normativo. A importância atribuída por seus formuladores, segundo Fiori,

tiveram papel decisivo na construção do senso comum contemporâneo que acabou fazendo da governabilidade sinônimo de capacidade dos governos de conjugar simultânea e eficientemente as *market friendly reforms* com a criação de condições institucionais capazes de estabilizar as expectativas dos decisores econômicos. (FIORI, 1995, p. 159-160).

Ou seja, o conceito de governabilidade, nos anos 1990, deveria agregar a capacidade dos governos para realizar as reformas favoráveis ao mercado, criando a institucionalidade para tal.

Fiori, na verdade, demonstra sua preocupação mais com o "impacto do funcionamento de um mercado desregulado e internacionalizado na consolidação do governo democrático de uma sociedade tão desigual como a brasileira" (FIORI, 1995, p. 162). Diz que a nova ordem mundial emergente derivaria da globalização com conceito ainda impreciso, apesar de seu uso intenso no período.

O conceito de *globalização*, para o autor, parece dar sentido a uma nova forma capitalista gerada nas últimas décadas ou uma nova forma econômica que vinha se cristalizando a partir de aceleradas transformações nos planos tecnológico, organizacional, político, comercial e financeiro, que, ao se inter-relacionarem de forma dinâmica, provocam a reorganização das atividades econômicas e dos centros decisórios do próprio capitalismo. Acrescenta que a globalização altera a ordem política internacional, pois as economias e Estados ampliam a *interdependência*, fenômeno essencial ao próprio conceito (FIORI, 1995, p.162-163).

A nova realidade, a global, estava se impondo por meio de uma interação dinâmica entre as decisões econômicas e políticas, tomadas no âmbito de empresas e governos como forma de reação às crises dos anos 70, 80 e 90 do século passado. Essa reação veio sob o formato de ajustes estruturais, com a expansão da internacionalização do capital. Além disso, também contribuiu para a imposição dessa nova realidade a combinação de um certo tipo de progresso tecnológico, sobretudo no campo eletrônico informacional, a partir de um eixo anglo-saxão e sob a hegemonia liberal conservadora. Segundo Fiori, o fator individual que mais contribuiu para a globalização foi a decisão política de desregular os mercados e os sistemas financeiros, pois, com isso, as empresas transnacionais se desintegraram espacialmente gerando estruturas globais de produção e oferta, aumentando seu comércio e lucros (FIORI, 1995, p.164).

O impacto da globalização nas periferias do capitalismo representa uma ruptura ou descontinuidade com a internacionalização dos mercados internos. Os progressos tecnológicos e seus efeitos benéficos, por sua vez, concentram-se na tríade Estados Unidos, Alemanha e Japão. O progresso tecnológico, nas periferias do capitalismo, chega de forma restrita e segmentada e como resultado das decisões de oligopólios, não contribuindo, portanto, para a criação endógena de progresso técnico.

O que se verifica nas periferias do capitalismo, Brasil incluso, é o consumo parcial do resultado da revolução tecnológica da informação e uma concentração cada vez mais hegemônica da produção e distribuição dessas mesmas tecnologias, mantendo os países periféricos na esfera da dependência.

Voltando à temática central, o autor afirma que:

É neste ponto que o discurso mais rigorosamente neoliberal introduz a ideia e a proposta das “reformas estruturais” como condição indispensável à governabilidade destas economias emergentes. Assume-se como um dado que os Estados periféricos endividados perderam a sua capacidade de investimento e só lograrão dar permanência às suas políticas de estabilização através do investimento produtivo privado, nacional ou internacional. Nessa perspectiva,

o Estado que comandou o tripé desenvolvimentista, ao haver perdido o poder de definir ou abrir novos horizontes de expansão para o capital privado, só será governável caso logre atrair os investimentos privados indispensáveis para alavancar um novo ciclo de crescimento. (FIORI, 1995, p. 166).

Ou seja, os Estados que comandaram o desenvolvimentismo são acusados de perderem a capacidade de governar e abrir novos horizontes e que só retomariam essa condição de governabilidade se atraíssem investimentos privados para um novo ciclo de crescimento. O resultado, ou consequência direta, de tal proposição foi a desmontagem da institucionalidade que fundou a industrialização substitutiva, a partir da desregulação, abertura, descentralização e privatização das economias das periferias do capitalismo. Outra consequência desse processo foi que os governos locais da periferia latino-americana, por exemplo, perderam a capacidade, ou, pelo menos, ficaram impedidos de governar suas economias pois passaram a uma nova forma de dependência: a dos mercados e finanças globais.

Como Octavio Ianni, Fiori considera que o poder local, na nova estrutura da ordem econômica internacional capitalista, é subsumido pelos atores do mercado. Uma economia desregulada de forma passiva não poderia, por exemplo, pensar em desenvolver políticas industriais. Os ajustes liberais provocaram na economia dos anos 1990, em compasso com a globalização, o aumento do desemprego, da miséria e da polarização social, bem como uma ampliação da crise de legitimidade das instituições democráticas e da apatia cidadã.

2.3 Técnicas e tecnologias na globalização

O desenvolvimento da história anda *pari passu* com o desenvolvimento das técnicas, como progresso sem fim. A cada evolução técnica uma nova etapa da história. Os grupos de técnicas atuam como verdadeiros sistemas.

Hoje, e não por acaso, os trabalhadores qualificados e escolhidos para a organização do sistema global de comunicação são os arquitetos e engenheiros, ou seja, pessoal com perfil técnico. Cada sistema técnico representa uma época. No momento atual o que é representativo é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática e da eletrônica, no mesmo sentido do apontado por Manuel Castells no texto "A revolução da tecnologia da informação"⁶¹. Um dos elementos desse novo estágio das técnicas é o de permitir a conexão, ou convergência, de várias outras técnicas. Por outro lado, essa mesma técnica tem papel

⁶¹ In: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 49-86.

determinante sobre os *usos do tempo*, permitindo a convergência de momentos, a simultaneidade das ações e a aceleração do processo histórico.

O surgimento de novas técnicas não faz desaparecer as técnicas antigas, que continuam existindo, mas as novas passam a ser utilizadas pelos *novos atores hegemônicos*, enquanto os *não hegemônicos* continuam utilizando as técnicas menos atuais e menos poderosas. Justamente pelo acesso assimétrico a essas técnicas é possível afirmar que existem atores de menor importância nesse cenário. A apropriação desigual dessas técnicas, como em outras etapas da história, mantém os atores não hegemônicos na condição de subalternidade, inclusive no que toca ao conhecimento da produção dessas mesmas técnicas. A diferença entre produtores e consumidores coloca os consumidores na posição de subalternos na dinâmica do capitalismo informacional, neoliberal e global. Em outros termos, uns aprendem fazendo e outros aprendem usando.

O novo conjunto de técnicas envolve o planeta e faz sentir sua presença, enredando a todos. Tais técnicas, mesmo que presentes em apenas um ponto do território, têm influência marcante sobre o resto do país. Exemplo: a estrada de ferro se instalava em pontos situados e escolhidos, mas não guardava capilaridade determinante no resto do país; já as novas técnicas da informação alcançam a totalidade de cada país e cada país passa a ter acesso ao acontecer dos outros. Os lugares são avaliados sempre pelo princípio da hierarquia e referem-se àqueles dotados de técnicas hegemônicas, sob a ótica da submissão e da inferioridade. As técnicas não hegemônicas tendem a ser homogeneizadas. Outro exemplo: os alimentos que são vendidos hoje nas praias são cobrados por meio de cartões eletrônicos, de crédito ou débito, mesmo no mais longínquo território.

O sistema técnico dominante, ou seja, o *das tecnologias da informação* e da informática, tem uma característica central, a de ser *invasor*. Ele fundamenta a ação dos atores hegemônicos, como as empresas globais, pois seu funcionamento passa a ser organizado pelo princípio da descentralização da produção e pelo modelo flexível. Tudo se junta e articula mediante a inteligência da “firma”. Há, como indicam Milton Santos e Manuel Castells, uma estreita relação entre a economia da globalização e a natureza do fenômeno técnico correspondente a esse período histórico. A produção é fragmentada tecnicamente, mas há uma unidade política de comando que funciona no interior das “firmas” que as desenvolvem.

É por meio da unicidade da técnica e do tempo, que tem como peça central o computador, que a ideia de uma finança global se estabelece e a mais-valia globalizada toma forma.

Milton Santos chama a atenção para a ideia de *convergência dos momentos*, que não é o resultado da hora do relógio, mas a dos *momentos vividos*, ou seja, a confluência dos *tempos real* (físico) e *histórico*: a interdependência da solidariedade e do acontecer. A operação planetária das grandes empresas, resultado do progresso técnico, permite que o mercado (bolsa de valores) funcione em diversos lugares durante “todo o tempo”, seguindo o caminho do Sol, de leste para oeste. Com os meios eletrônicos somos capazes de saber sobre o que é o acontecer do outro.

Quem são os atores desse tempo real? A ideologia do mundo como uma *aldeia global* considera o *tempo real* como patrimônio coletivo, mas a história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, quais sejam, os agentes do mercado de capitais, as grandes corporações e empresas globais, que são sempre excludentes e exclusivistas. Como essa noção de tempo real é utilizada por poucos atores privilegiados, Milton Santos faz uma distinção entre a noção de *fluidez potencial* e a de *fluidez efetiva*. A técnica cria, aparentemente, a possibilidade de *fluidez para todos*, como potência, mas só aqueles que têm acesso às técnicas desse momento histórico é que são portadores da *fluidez efetiva*. Os atores hegemônicos desse momento histórico são portadores de *fluidez efetiva* e os não hegemônicos, de *fluidez potencial*.

O sistema unificado de técnicas instalado sobre um planeta informado permite ações globais. No imperialismo havia vários motores, cada qual com sua força e alcance próprios: francês, inglês, português, espanhol, belga, que empurravam máquinas e gentes em ritmos, combinações e temporalidades distintas. O motor único do atual momento é a *mais-valia global*, pois agora a produção se dá em escala mundial e por intermédio de empresas mundiais que competem ferozmente entre si. Algumas resistem ou sobrevivem, geralmente aquelas que obtêm a maior porção da mais-valia, o que permite sua continuidade nesse novo cenário.

A mundialização é do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação. Umas sustentando e arrastando as demais. “Um elemento da internacionalização atrai outro, impõe outro, contém e é contido pelo outro” (SANTOS, 2000, p. 30). Nenhum país passou pela completa internacionalização ou globalização, pois sempre sobrevivem resistências, resíduos que não podem ser dominados ou domesticados.

A realidade é fugidia e nos escapa, mas não é abstrata. Ela existe e se impõe como coisa real, embora não seja mensurável, pois está em processo de construção. Ela é mundial, pois comandada por empresas globais que se valem dos progressos técnicos e científicos e pedem sempre mais. A atual estrutura dos negócios entre empresas, na busca da mais-valia universal, faz com que o mundo transite da expressão *competição* para *competitividade*, muito utilizada na mídia impressa do Brasil no decorrer dos anos 1990. As empresas que sobrevivem

nesse cenário são aquelas que apostam na ideologia da competitividade e que sempre vendem a ideia de mais ciência e mais tecnologia.

A universidade, como diz Milton Santos, atua como correia de transmissão desse motor único, pois seu modelo foi substituído de uma *instituição social* para uma *organização social*⁶², na qual os critérios de produtividade passam a orientá-la. A ciência produz novos conhecimentos e estes passam a ter um caráter instrumental, pois devem fornecer novas técnicas para aumentar a produtividade empresarial, bem como seus lucros. A busca frenética por novos produtos com novas tecnologias e técnicas configura o ideal de competitividade do novo capitalismo global e neoliberal (SANTOS, 2000, p. 31).

O conhecimento do planeta, por sua vez, de uma forma intensiva e extensiva, alça novo sentido a partir das inovações técnico-científicas dos últimos 60 anos. Os satélites, por exemplo, permitem aos homens em geral, bem como aos homens de negócio, conhecer a Terra como nunca foi possível antes desse momento. Essas inovações técnico-científicas permitem o conhecimento de novos materiais e a concepção de novos objetos sem que eles tenham existido materialmente. A cognoscibilidade, ou seja, o conhecimento do planeta constitui dado fundamental para a operação de empresas e de sua produção material, indicando o que interessa ou não aos homens de negócio que, de alguma maneira, dirigem esse novo sistema. Ao mesmo tempo em que as técnicas possibilitam novas formas cognitivas elas também tornam o homem prisioneiro dessas mesmas técnicas.

O professor Umberto G. CORDANI (1995), em artigo que trata do impacto das novas tecnologias nas ciências da terra⁶³ e da mundialização das sociedades, indicava que essas ciências foram fortemente impactadas nas suas práticas pelas transformações das tecnologias da informação. Uma rede extensa de quantificação, com a utilização de técnicas como sensoriamento remoto, cartografia digital, sistemas de informações geográficas, bem como suas interpretações por sistemas e exercícios de modelagem, passou a fazer parte da nova forma de compreensão do planeta.

O desenvolvimento, segundo Furtado, é a capacidade criativa do homem que se volta para a descoberta de suas potencialidades, se empenhando no enriquecimento do universo que o gerou (FURTADO, 1999, p. 47). A ciência do desenvolvimento se preocupa com dois processos de criatividade: as técnicas – que permitem ao homem dotar-se de instrumentos que ampliam a sua capacidade de ação – e o significado de sua atividade, relacionado aos valores

⁶² Distinção criada pela professora Marilena Chauí ao tratar das mudanças na Universidade de São Paulo dos anos 1980 até os dias atuais.

⁶³ Geologia, geofísica, meteorologia, oceanografia e ecologia, entre outras.

com os quais o homem enriquece sua existência. Ao desenvolvimento tecnológico, opõe um conceito de dependência tecnológica:

O desenvolvimento tecnológico é dependente quando não se limita à introdução de novas técnicas, mas impõe a adoção de padrões de consumo sob a nova forma de produtos finais que correspondem a um grau de acumulação e de sofisticação técnica que só existem na sociedade em questão na forma de enclaves. (FURTADO, 1999, p. 48).

Ainda sobre as tecnologias, Furtado apresenta uma série de questões:

Existe a possibilidade de acesso à tecnologia de vanguarda da civilização industrial, e de escapar à lógica do atual sistema de divisão internacional do trabalho? Até que ponto essa tecnologia pode ser posta a serviço da consecução de objetivos definidos autonomamente por uma sociedade de nível de acumulação relativamente baixo e que pretende à homogeneização social? Seria a dependência tecnológica simples decorrência do processo de aculturação das elites dominantes nas economias periféricas? É possível ter acesso à tecnologia moderna sem submeter-se ao processo de mundialização de valores imposto pela dinâmica dos mercados? Pode-se evitar que o sistema de incitações, requerido para alcançar os padrões de eficiência próprios da técnica moderna, engendre crescentes desigualdades sociais nos países de baixo nível de acumulação? (FURTADO, 1999, p.48-49).

O campo de estudos do subdesenvolvimento permite circunscrever, de um lado, as exigências de um processo de mundialização, imposto pela lógica dos mercados, que está na base da difusão da civilização industrial e, de outro, os requerimentos de uma tecnologia que é fruto da história das economias centrais e que ultrapassa a tendência original a limitar a criação de empregos.

Para Furtado, é necessário descobrir o caminho da criatividade em relação aos fins, lançando mão das tecnologias modernas na medida em que elas sejam compatíveis com a preservação da autonomia na definição de valores substantivos, ou melhor, como ter acesso à tecnologia moderna sem deslizar em forma de dependência que limite a autonomia de decisão?

Laymert Garcia dos Santos, além de tratar do espriamento das novas tecnologias nos diversos setores da economia, indica também como o ciberespaço foi rapidamente ocupado, e dominado, pelo setor financeiro, sem o qual a globalização dos mercados não ocorreria:

A crônica das aplicações da eletrônica, da informática e das telecomunicações é um registro dessa espécie de transferência que setores inteiros da produção e da vida social estão empreendendo rumo ao ciberespaço. Cada vez mais empresas e indivíduos lidam com dados, informações e imagens que circulam pelas redes e fazem disso a sua atividade principal. Mas, excluindo-se os

militeres, nenhum outro setor da sociedade instalou-se tão intensamente no ciberespaço quanto o setor financeiro. A própria unificação dos mercados num mercado global não poderia ter ocorrido sem o desenvolvimento das tecnologias da informação. (SANTOS, 2003, p.114-15).

As novas tecnologias da informação, pela unicidade da técnica, *alteram a percepção do sujeito* em relação ao mundo e às próprias coisas no que se refere ao tempo e à imagem. A unicidade do tempo não é apenas o resultado da unicidade do tempo da hora relógio, mas também a convergência dos momentos vividos. Segundo Milton Santos, “há uma confluência dos momentos como resposta àquilo que, do ponto de vista da física, chama-se de tempo real e, do ponto de vista histórico, será chamado de interdependência e solidariedade do acontecer” (2000, p.27). O progresso técnico alterou, por exemplo, a operação planetária das grandes empresas transnacionais e do capital financeiro, permitindo que o mercado passasse a funcionar em diversos lugares durante o dia inteiro, de forma concatenada e eficaz, contribuindo para a fábula de que o mundo não para.

A *unicidade da técnica* tornou-nos capazes de termos conhecimento, seja onde for, do que é o acontecer do outro, daquilo que está distante de nós, possibilidade nunca antes oferecida antes desse período histórico⁶⁴. A esse novo momento da história Milton Santos identifica como *convergência dos momentos*, ou seja, o acontecer do outro, daquele que é distante, converge com o nosso vivido, daquilo que nos é próximo. Apesar dessa convergência de momentos, a *percepção* sobre as coisas e o mundo não é a mesma para todos os atores, pois existem os que podem usufruir de uma *fluidez efetiva*, enquanto outros convivem apenas com uma possibilidade, ou melhor, com uma *fluidez potencial*. Os grandes atores transnacionais que comandam o tempo real são portadores da *fluidez efetiva*, pois são donos da velocidade do tempo e autores do discurso ideológico que a sustenta. Os homens, por sua vez, não são igualmente atores desse tempo real e, por isso, portadores de uma *fluidez potencial*. Potencialmente a fluidez existe para todos, mas socialmente ela é excludente, assegurando exclusividades e privilégios de uso.

Laymert Garcia dos Santos (2003), também refletindo sobre as mudanças da percepção do homem no mundo contemporâneo, afirmará que tal mudança decorre da introdução de novas tecnologias que despertam em nós suas sensações: o *medo* e o *assombro*. Para tal, lança mão,

⁶⁴ Penso que um acontecimento emblemático dessa ideia de convergência de momentos foi a possibilidade de visualizarmos os ataques ao complexo empresarial das Torres Gêmeas do World Trade Center (WTC) em Nova Iorque, Estados Unidos, no dia 11 de setembro de 2001, televisionada ao vivo para todas as partes do mundo. O evento local tornou-se global pela sua exposição a partir das imagens.

inicialmente, das reflexões de Walter Benjamin, filósofo ligado à Escola de Frankfurt, sobre a *metamorfose da percepção no mundo moderno*, como uma matriz inicial, e, posteriormente, das reflexões de Gianni Vattimo – *La società trasparente* – e de Paul Virilio – *A máquina de visão* –, dois autores que pensam também a transição da percepção do homem, mas do mundo moderno para o pós-moderno.

Walter Benjamin, em sua “Pequena história da fotografia” e “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”⁶⁵, sintetiza a experiência de ver no mundo moderno, a partir de uma oposição entre os valores conferidos à obra de arte: o *valor de culto*, aquele que se refere ao modo como o homem percebe a imagem artística do paleolítico até o Antigo Regime, e o *valor de exposição*, que predomina nos tempos modernos. No *valor de culto* pela obra de arte reside a presença mágica, dotada de aura e como vetor de acesso a uma *realidade transcendente*, pela qual o homem percebe e contempla a existência de um outro mundo, de uma outra realidade. No *valor de exposição*, por meio da *fotografia* e do *cinema*, a arte aparece refuncionalizada, e o homem percebe um outro tipo de imagem, agora *dessacralizada*, que se expõe e se constitui como *instrumento de acesso a este mundo*, a uma *realidade imanente* e continuamente transformada pela técnica.

Benjamin, em seus textos, ora valoriza o que se perde, ora aclama o que se ganha pela substituição do culto pela exposição, mas toma partido pela ruptura, em nome da renovação da humanidade, de um projeto de homem para o mundo moderno. A perda da *realidade transcendente*, do valor de culto, acede lugar a um outro mundo, qual seja, o nosso próprio mundo. Saem da cena a religião e a magia e entram em seu lugar a ciência e a tecnologia. A *fotografia inaugurava a mudança no plano da percepção visual* e abria a possibilidade de nova leitura do mundo e de investigação da realidade. A imagem do real se abre para a câmera e esta, por sua vez, pode captá-la por se encontrar exposta a ela. O duplo acontecimento se revelaria por meio de um *aparelho*, uma máquina resultado do progresso técnico, que registra essa revelação. Com a fotografia e a imagem do cinema, surge também um novo tipo de analfabeto, o analfabeto da imagem, ou seja, aquele que é incapaz de ler os acontecimentos através de indícios, traços ou vestígios.

Através da realidade revelada pela imagem fotográfica ou cinematográfica, descobrimos que a natureza que se dirige à câmera não é a mesma que se dirige ao olhar. Nas palavras de Benjamin:

²⁵ Os dois textos estão publicados em *Magia e técnica, arte e política* (Obras escolhidas), São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 91-107 e 165-196.

Se podemos perceber o caminhar de uma pessoa, por exemplo, ainda que em grandes traços, nada sabemos, em compensação, sobre sua atitude precisa na fração de segundo em que ela dá o passo. O gesto de pegar um isqueiro ou uma colher nos é aproximadamente familiar, mas nada sabemos sobre o que se passa verdadeiramente entre a mão e o metal, e muito menos sobre as alterações provocadas nesse gesto pelos nossos vários estados de espírito. Aqui intervém a câmara com seus inúmeros recursos auxiliares, suas imersões e emersões, suas interrupções e seus isolamentos, suas extensões e suas acelerações, suas ampliações e suas miniaturizações. Ela nos abre, pela primeira vez, a experiência do inconsciente ótico, do mesmo modo que a psicanálise nos abre a experiência do inconsciente pulsional. (BENJAMIN, 1994, p.189).

A realidade que se expõe à câmera é uma realidade sem disfarce, e as técnicas fotográficas e cinematográficas se assemelhariam à escuta psicanalítica, que pertence ao domínio da ciência. Benjamin reforça essa aproximação entre o fotógrafo e o psicanalista por meio de uma figura, de uma imagem, na qual opõe o mágico e o cirurgião, antes de opor o pintor ao cinegrafista. O mágico repousa sua mão no paciente antes de curá-lo, enquanto o cirurgião intervém em seu corpo. O primeiro, o mágico, preserva a relação homem-homem; o segundo, o cirurgião, renuncia a aproximação com o paciente. Para Benjamin, a fotografia e o cinema incumbiram-se de substituir a percepção mágica e religiosa do mundo por uma outra, política, que se funda na ciência e na técnica.

Entre a tela do quadro e a tela do cinema, muitas diferenças. Na tela do quadro o espectador é convidado à contemplação e às suas associações. Já diante da tela do cinema o espectador percebe uma imagem que não pode ser fixada, pois ela é interrompida pela mudança da própria imagem por uma outra. Entre ambas, uma *metamorfose profunda do aparelho perceptivo que colocaria o homem moderno em processo de aprendizado da vida na nova sociedade*, rompendo, por isso, com a tradição. Aliás, esse é o papel ressaltado por Laymert Garcia dos Santos ao lançar mão das reflexões de Benjamin sobre a fotografia e o cinema, pois as novas técnicas desenvolvidas no mundo moderno possibilitariam ao homem um *processo de produção de consciência*, a partir do mal-estar produzido pelas imagens e narrativas sobre o mundo e a vida em sociedade⁶⁶. Nas palavras do autor:

⁶⁶ Uma digressão sobre o papel do cinema como promotor de uma imagem do real. No filme *Casablanca*, lançado no ano de 1942, ou seja, três anos antes do final da Segunda Guerra, e produzido pela indústria cultural norte-americana, temos uma narrativa central estruturada em uma história de amor na cidade de Casablanca, Marrocos, protetorado francês, entre Humphrey Bogart, o norte-americano Rick Blaine, e Ilsa Lund, interpretada por Ingrid Bergman, companheira de um líder da resistência da Tchecoslováquia, ocupada pelos nazistas e que também nos remete a outro momento da História, qual seja, a ocupação de Paris pelos alemães, em maio/junho de 1940. Os personagens centrais são cosmopolitas: norte-americanos, franceses, alemães e tchecos. Já os árabes da cidade

A metamorfose da percepção operada pela fotografia e pelo cinema conduziria o homem moderno não só a romper resolutamente com a tradição, mas também, e sobretudo, a construir uma nova sociedade a partir de uma nova visão do mundo e da realidade. (SANTOS, 2003, p.160).

Na transição para as novas tecnologias da informação, Laymert Garcia dos Santos indica dois autores que realizariam o *deslocamento das formas de percepção da imagem no mundo pós-moderno*: Gianni Vattimo e Paul Virilio. No final dos anos 1980, Vattimo publica em 1992 *A sociedade transparente*⁶⁷, que tem como tema central o advento da comunicação na passagem do mundo moderno para o pós-moderno. Partindo da indagação se a sociedade é ou não transparente, indica três premissas: 1) a mídia de massa desempenha papel central no surgimento da sociedade pós-moderna; 2) que essa mesma mídia não caracteriza essa sociedade como transparente, consciente de si mesma e esclarecida, mas como mais complexa e caótica; 3) que as esperanças de emancipação, tendo em vista a caracterização anterior, está no caos dessa mesma sociedade.

O que colocaria um fim à modernidade para Vattimo? A justificativa estaria no fato de não podermos mais falar de uma história unitária da humanidade, de uma grande narrativa articulada, em virtude da existência de uma multiplicidade de culturas que ocuparam a cena mundial a partir do processo de descolonização e o fim do imperialismo⁶⁸ e da multiplicidade de visões de mundo pela expansão “generalizada” da comunicação. Para o autor, na sociedade da mídia o ideal de emancipação não parte de um modelo de autoconsciência, como propunha Benjamin, mas num ideal de oscilação, de pluralidade e, sobretudo, na própria erosão do princípio de realidade. Esse ideal de oscilação, aqui entre nós no Brasil, desde os anos 1990, se aproximaria muito da ideia de flexibilidade do sujeito em relação ao mundo e da identidade pós-moderna.

O que nos interessa nessa reflexão, para além do debate sobre modernidade/pós-modernidade, que não é o tema central do trabalho? É sua construção sobre o *princípio da erosão da verdade* a partir do campo das novas tecnologias. A proliferação de imagens da mídia pelo cinema, TV, rádio, vídeo e internet conduziria à *perda do senso de realidade* justamente pela presença de um extenso repertório de imagens e símbolos que jogaria o sujeito num *caos*,

colônia tem papéis secundários. O filme pode ser considerado propaganda sobre a visão do real? Entendo que sim. E o faz a partir da imagem cinematográfica.

⁶⁷ No original em italiano *La società trasparente*, Milão: Garzanti, 1989.

⁶⁸ O autor não leva em conta a possibilidade de existência de outros imperialismos e colonizações que ocorrem pela própria difusão repetida de culturas a partir das novas tecnologias.

identificado por ele como um novo espaço para o exercício da liberdade. Esse *caos*, que não produz a consciência do mundo, produziria, ao contrário, um afastamento do sujeito da vida real como totalidade estruturante. A vida seria vivida mais como experiência estética do que experiência vivida, construída socialmente a partir de relações e instituições sociais. No caminho contrário do autor, entendemos que esse *caos* seria promotor de um processo de desidentificação do sujeito⁶⁹ com as questões locais, ou melhor, das questões relativas à realidade do local em que vive, jogando-o numa miríade de realidades distantes dele mesmo, esvaziando a identidade política do sujeito.

Uma das contribuições do desenvolvimento dessa realidade virtual seria a ampliação das realidades do mundo como ficções da mídia, como mundo alternativo. O sujeito, no mundo das novas tecnologias da comunicação, passaria a viver apenas a experiência do estranhamento e do deslocamento, que exigiria de sua parte constante readaptação e recomposição. Em alguma medida, esse sujeito descentrado e descontinuado é o sujeito neoliberal flexível, ou seja, aquele que para viver o mundo não pode ter fixidez nem valores rígidos. Se os processos não são fixos ou estruturados por períodos mais longos, mas sempre flexíveis, como se identificar com aquilo que se vive no plano real? Essa oscilação entre o pertencimento e o deslocamento do sujeito das questões mais objetivas do mundo acarretaria a despolitização e o afastamento de questões políticas ligadas aos coletivos. Segundo Santos, “Vattimo estetiza a política benjaminiana, tornando-a uma experiência niilista de fruição estética pós-moderna” (SANTOS, 2003, p.160).

Paul Virilio (2002), na mesma trilha de Vattimo, mas com uma compreensão distinta, trata desse deslocamento da percepção como uma espécie de *amnésia topográfica*, ou seja, o deslocamento como esquecimento do lugar em que se encontra o sujeito pela incapacidade de se lembrar da ordem das coisas no espaço⁷⁰ e no tempo. Vinculada à *amnésia topográfica*, está a *visão disléxica*, ou melhor, estão os *disléxicos da imagem*, que têm dificuldade crescente para compreender o que leem por serem incapazes de representar. No entender de Virilio, são os instrumentos ópticos que criam a *visão disléxica*, o que não constituiria fato recente pois já se falava da existência de lentes corretivas para idosos desde o século XIII e do telescópio no início do século XVII. Elas, as lentes, alteram os contextos de aquisição e restituição de imagens mentais, pois, como o telescópio, projetam imagens de um mundo fora de nosso alcance, o que, segundo o autor, aboliria nosso conhecimento das distâncias e dimensões.

⁶⁹ Desidentificação como perda da identidade, de semelhanças e afinidades com os que estão próximos, constituídas a partir do local, ou, no vocabulário das ciências sociais, do Estado-nação como nacionalidade.

⁷⁰ É interessante notar como a utilização de aplicativos eletrônicos com mapas – Google Maps e Waze, hoje sobretudo aqueles utilizados em smartphones –, ao mesmo tempo em que leva o sujeito ao lugar desejado, afasta-o da compreensão do espaço do trajeto realizado, da lembrança do percurso, do nome de ruas, avenidas ou praças.

O mundo das novas tecnologias contribuiria para a multiplicação de instrumentos visuais e audiovisuais e sua utilização cada vez mais intensa aceleraria a transferência do olhar, introduzindo uma codificação de imagens mentais mais elaborada e que interfere na percepção e consolidação da memória. Para Virilio, o que está em questão é, também, a *erosão do princípio de realidade*, mas que não conduz à emancipação proposta por Vattimo. Pelo contrário, a amnésia topográfica, a dislexia visual e a desregulação da percepção jogariam o sujeito em uma crise que abrirá as portas para a modelização da visão e a standardização do olhar ou uma nova alienação em relação ao mundo. Ocorreria, pelas lentes e suas imagens, um desdobramento do ponto de vista: de um lado, o sujeito que percebe a imagem pelo olhar, de outro, a máquina de visão, que produz imagens virtuais instrumentais, isto é, imagem síntese realizada pela máquina para a máquina. De um lado, a percepção humana, e, de outro, a percepção eletrônica.

Capítulo 3

Modernidade *versus* pós-modernidade, identidade e cultura e sociedade civil mundial: debates paralelos à globalização

3.1 Modernidade *versus* pós-modernidade nas ciências sociais: debate paralelo ao desenvolvimento da globalização

A ausência de reflexão mais organizada sobre a globalização é preenchida por um debate sobre a *pós-modernidade* e que se inicia a partir da esfera da arte, com um embate entre escolas estéticas distintas, segundo ORTIZ (2009, p. 234). Ele extrapolou a esfera artística e envolveu filósofos, antropólogos e sociólogos de países e orientações teóricas diversificadas. Várias foram as críticas elaboradas por pensadores e artistas que passavam a tensionar a tradição teórica existente e ligada à modernidade, questionando sua autoridade diante das transformações. *Pós-modernidade* e *globalização* não se cruzavam e evoluíam em registros diferentes.

Os autores interessados na problemática da *globalização* provinham, principalmente, da economia e administração e tentavam compreender os mecanismos de um mercado de bens de consumo que alçava feição mundial, afastando-se das polêmicas em curso nas Ciências Sociais que debatiam a *pós-modernidade*, muitas vezes com o objetivo de combatê-la, como Frederic Jameson em *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (1996). Neste debate existem divergências que merecem ser demarcadas, pois a “temática da pós-modernidade possui uma dimensão filosófica, abrindo-se para o horizonte da crítica da Razão, os impasses da liberdade, os limites do universalismo num mundo no qual o particular se redefine” (ORTIZ, 2009, p. 235).

O que se discute é o *homem pós-moderno*⁷¹, niilista, imerso na subjetividade de seus sentimentos, individualista e *distante das ideologias coletivas*. Esse “novo” homem representaria o efêmero, a mobilidade, o nomadismo, em contraposição às raízes, ao sedentarismo e à lentidão de seu antepassado, o homem moderno. O *homem global*, por sua vez, encarna e cultua algumas das características desse homem pós-moderno, a supervalorização da viagem, o espírito cosmopolita e a mobilidade como valor, entre outras.

⁷¹ Stuart Hall (2001) identifica esse debate a partir do conceito de sujeito pós-moderno, como veremos adiante.

Já os textos sobre a globalização não questionam e nem problematizam a Razão, se ela é libertária ou totalitária, se traria ou não problemas para o homem global, mas desejam apenas “entender” inicialmente, e com finalidades práticas, quais eram os mecanismos da *nova ordem mundial*, que começava a se estabelecer com mais intensidade entre os anos 1980 e 1990. São *homens de negócios* e tratam todos como *consumidores* que “desejam as mesmas coisas”, ou seja, nesse campo não há espaço para a crítica. A globalização, em alguma medida, irá se configurar como uma ideologia, como um fato dado, irreversível e inevitável. Deste debate mais geral, o que caberia a cada um de nós seria apenas compreender como nos estabelecemos nessa nova ordem, a global. “Se para uma corrente de pensamento preza-se o singular, para outra, é a extensão do globo terrestre que merece atenção” (ORTIZ, 2009, p. 236).

Um outro elemento da literatura pós-moderna é a *obsessão pela ideia de fim*, por algo que demarcaria o término de uma fase e o começo de outra. Charles Jenks, citado por Ortiz, traça esse caminho quando aponta o “fim” da arquitetura moderna em um preciso momento da história. “O falecimento teria ocorrido em Saint Louis, Missouri, no dia 15 de julho de 1972 às 15 horas e 32 minutos. Nesse momento, o conjunto habitacional Pruitt-Igoe, símbolo da aplicação dos princípios modernistas à construção de massa, foi abaixo” (ORTIZ, 2009, p. 236). A carga de dinamite representava, para Jenks, o fim da razão, da modernidade, do universal, dos grandes relatos e o ocaso de uma era.

Empresários e teóricos da gestão empresarial diziam que o capitalismo havia passado de uma fase de *high volume* para outra de *high value*⁷². O que importava antes era a produção e distribuição em volume de produtos em massa, o que implicava a padronização de bens de consumo. Sob o capitalismo global, o momento seria outro, o da especialização dos produtos para segmentos do mercado. Para tal, era de fundamental importância a incorporação de novas tecnologias na passagem do fordismo para o capitalismo flexível, que determinaria uma alteração nas formas de consumo em escala mundial.

Robert B. Reich, teórico da gestão empresarial, é um dos que diferencia as empresas multinacionais das corporações no que se refere ao papel dos administradores e gestores do novo capitalismo global, diferentes de seus antecessores pré-globais no quesito da “lealdade” em relação ao nacional:

⁷² Termos cunhados por Robert B. Reich em seu livro *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21*, publicado nos Estados Unidos em 1991 e no Brasil em 1993. Eles significam que a nova fase do capitalismo se transformou de um sistema de alto volume para outro de alto valor. Atualmente é professor da Universidade da Califórnia, Berkeley. Foi assessor dos governos Ford e Jimmy Carter e secretário do Trabalho na administração Clinton, peça fundamental na política mundial nos anos 1990.

Diferente de seus antecessores pré-globais, os administradores globais sentem pouca lealdade com o “nós”. Na empresa global as fronteiras entre companhia e o país, entre o “eles” e o “nós”, estão erodidas rapidamente. Em seu lugar, estamos testemunhando a criação de uma forma de capitalismo mais pura, praticada globalmente pelos administradores, os quais são frios e racionais nas suas decisões, abandonando as filiações com os povos e os lugares. Hoje, as decisões corporativas são ditadas pela competição global e não pela lealdade nacional. (REICH, 1991, p.77).

Nas ciências sociais nos anos 1990, o debate entre *modernidade* e *pós-modernidade*, continuidades e descontinuidades da história, alça a condição de centralidade, declinando no final da década quando um ponto intermediário se estabelece, qual seja, a *modernidade-mundo*, conceito apresentado por Jean Chesneaux (1995). Para o autor, a *modernidade-mundo* era distinta da *modernidade*, pois encontrava-se em *mutação* e não era possível caracterizá-la com precisão. É nesses termos que o debate avança e passa a centrar-se na qualificação da *modernidade-mundo*.

Algumas *questões novas* apareciam no cenário: o que estava acontecendo com o ambiente mundial?; quais os problemas de um mercado global de bens de consumo?; quais as consequências do advento de um setor financeiro desvinculado do controle do Estado-Nação?; qual a situação dos conflitos e guerras no mundo?; o que significava o surgimento de um imaginário coletivo mundializado?; “retorno” das religiões?; o que significava a revolução tecnológica da informação e sua relação umbilical com o mundo privado?; cidadania planetária?; sociedade civil mundial? É nesse quadro que a defesa e a expansão dos *direitos humanos* ganham volume, assim como as diferenças adquirem um caráter mais universalista com o princípio da valorização e respeito à diversidade – preconizado pela Unesco.

Se essa literatura nada esconde de seus objetivos, como apontou Adorno sobre a indústria cultural, não seria então a *globalização* mera ideologia? Na América Latina, nos anos 1990, essa é a concepção que reforça o surgimento dos movimentos antiglobalização e que denunciam a existência do pensamento neoliberal. Mas, se toda ideologia é uma concepção de mundo, não um processo histórico, temos um dilema, pois negar a existência da globalização significava negar sua existência real e calcada em contradições materiais. Como resolver tal dilema acerca da ideologia?

Segundo ORTIZ (1994a, p. 138), na concepção *lukacsiana*, a ideologia é definida como consciência distorcida dos fatos, e na concepção *gramsciana*, a ideologia apresenta-se como um discurso coerente que articula uma compreensão de mundo. Essa coerência apresenta-se sob uma dimensão particular, qual seja, a partir do ponto de vista daqueles que a enunciam, como conhecimento específico ou uma forma de apreender a realidade. Sob a perspectiva da

escola francesa de Sociologia, ela seria universo simbólico, linguagem, representação. Claro que essa reflexão ou exercício acerca da globalização como ideologia parecia estranha, e desnecessária, para a literatura da administração de empresas e do *marketing de negócios*.

Para tais executivos, suas ações exigiam um entendimento *instrumental* do que estava acontecendo, um comportamento *cosmopolita* em relação à emergência do capitalismo global, a *desterritorialização* dos bens de consumo, a redefinição do conceito espaço, o abandono do “paradigma” da nação e as formas imagéticas de cunho transnacional, entre outros. A literatura da publicidade e do *marketing global* é cínica e sugestiva. “Cínica, pois fundada exclusivamente na ganância material; sugestiva, enquanto reveladora das contradições emergentes [...] Ele [o marketing] manipula símbolos desterritorializados cujo apelo ao consumo é de alcance mundial” (ORTIZ, 2009, p. 241). Os objetos e os signos dessa publicidade são retirados do contexto, exprimindo uma outra concepção de espaço, no qual as raízes nacionais se apagam ou são redefinidas em outro território, o da *modernidade-mundo*. A *modernidade-mundo*, como subproduto da modernidade centrada no Estado-Nação, extrapolava os limites territoriais e a unidade analítica “nação” tornava-se insuficiente para apreender o fenômeno que o atravessa e transborda. Uma nova pergunta começa a se colocar: como esta nova totalidade reordenava seus elementos, ou seja, de que maneira, no *desencaixe* da *modernidade* para a *modernidade-mundo*, se reestruturam sentidos, formas de compreensão do próprio mundo? Neste debate, vários são os autores que apontam para uma *crise dos paradigmas* que estruturam as análises da *modernidade*. Essa ideia de crise de paradigmas também aparece, inicialmente, nos campos da administração e dos estudos ecológicos. Alguns estudos da ecologia apontavam que o planeta seria o novo paradigma (CORDANI, 1995)⁷³. O que se apresentava era a dicotomia da história, fundada em questões epistemológicas.

Os argumentos que sintetizavam essa dicotomia e a necessidade de nova epistemologia eram de duas ordens: houve um tempo em que o paradigma tinha vigência e, diante das transformações do mundo, outro “novo” viria substituí-lo. A explicação apoiava-se sempre no princípio de que a *globalização* fundava uma nova ordem e que o quadro teórico da modernidade deveria ser radicalmente distinto e superior, melhor, ao que estaria esgotado. É como se o tempo das transformações e sua celeridade fossem tão intensos que mais nada poderia ser explicado com os paradigmas elaborados pela *modernidade*. A proposição de ruptura não

⁷³ No texto indicado, de Umberto G. Cordani, a proposição inicial do autor é identificar de que maneira as novas tecnologias alteraram a prática dos geocientistas, como já citado.

era apenas epistemológica⁷⁴, mas centrada no tempo das transformações e constantemente reafirmada quando nos referimos ao mundo das tecnologias.

A noção de paradigma aparece na cena nos anos 1970 e debatia-se como a crise era absorvida pela comunidade sociológica (HALL, 2001) e de que maneira sua institucionalização amortecia os impactos externos. Apontava que a continuidade do trabalho da sociologia dependeria de um equilíbrio entre sua autonomia para pensar o mundo e o mesmo que se encontrava em ebulição.

Georges Gurvitch (1894-1965), em sua obra *La vocation actuelle de la Sociologie* (1950), indicou que a sociologia como disciplina flutuava a cada crise social de maior envergadura, pois seu desenvolvimento era descontínuo e fortemente marcado pela multiplicidade de correntes teóricas e pelo impacto das transformações sociais. Em, 1989, Octavio Ianni publica obra que também apontava que um dos objetos privilegiados da Sociologia Latino-Americana é pensar sobre a crise⁷⁵.

Ainda sobre o paradigma, Ortiz diz que ele “foi incorporado ao debate das humanidades a partir do livro de Kuhn⁷⁶ sobre a estrutura das revoluções científicas” (ORTIZ, 2009, p, 243). Para o autor, as ciências sociais não eram consideradas uma ciência normal, pois não havia consenso a respeito de qual quadro teórico específico deveríamos utilizar (Marx, Durkheim ou Weber?), e isso seria uma evidência dessa diferença em relação a outros campos do conhecimento. Além disso, propugnava que as mudanças paradigmáticas não decorriam das transformações históricas e nem das contradições reais que envolvem as sociedades e os homens, mas que, uma vez constituído, o paradigma adquiria vida própria e o caráter de atemporalidade.

Mas, se as ciências sociais não são paradigmáticas, o que significaria a crise de algo inexistente? Tal raciocínio pressupõe que se algo foi superado seria, portanto, necessário refundar um saber. Significaria a reafirmação de um novo ponto zero, uma “nova” epistemologia para compreender/explicar a globalização, sem reivindicar, assumir ou deixar claro que se tem uma herança que é mantida, não só pelas ciências sociais, mas também para os campos da economia, administração, psicologia, história, geografia e letras, entre outros.

Um dos autores fundamentais nesse debate entre modernidade x pós-modernidade é Anthony Giddens (1991). Para ele, descontinuidades existiram nas várias fases do

⁷⁴ O debate da pós-modernidade propõe também uma ruptura com as categorias e epistemologias, como apontado anteriormente nas proposições de IANNI (1992) e WALLERSTEIN (1996).

⁷⁵ IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia*. São Paulo: Ática, 1989, p. 12.

⁷⁶ Trata-se de Thomas Samuel Kuhn e seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, publicado no Brasil pela Editora Perspectiva.

desenvolvimento histórico do mundo e das ideias, e sua preocupação está centrada nas discontinuidades do período moderno. Afirma que os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvincilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, e, para compreender essas discontinuidades, define dois planos de transformações na modernidade: 1) *extensional*, que se definiria pelo estabelecimento de formas de interconexão social que cobrem o globo; e 2) *intensionais*, definidas por alterações nas mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. Essas transformações da modernidade datam dos três ou quatro últimos séculos.

Para identificar as discontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais, devemos, segundo Giddens, observar três aspectos fundamentais: 1) o *ritmo da mudança* – a rapidez da mudança em condições de modernidade que é extrema, e isso é mais óbvio no tocante às tecnologias, mas permeia também todas as outras esferas da vida; 2) *escopo da mudança* – conforme diferentes áreas do globo são postas em *interconexão* (papel ocupado pelas novas tecnologias), ondas de transformação social penetram virtualmente através de toda a superfície da Terra; 3) *natureza intrínseca das instituições modernas* – algumas formas da modernidade não se encontram em períodos históricos precedentes – sistema político do estado-nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado. Um exemplo sobre a cidade indicado pelo autor: os modernos assentamentos urbanos incorporam os locais das cidades tradicionais, ou expandem-se a partir delas e as diferenças do urbanismo, que ordena a cidade segundo princípios completamente diferentes daqueles que estabeleceram a cidade pré-moderna em relação ao campo.

O autor afirma ainda que sua reflexão se concentra, substancialmente, na discussão sobre os temas *segurança versus perigo* e *confiança versus risco* (*ambivalências*), já que o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante do que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio e que se tornou muito aparente no século atual: a exclusão de massas de homens e mulheres de suas próprias instituições e institucionalidades, a criação de grupos denominados como os de “dentro” e os de “fora” (IANNI, 1995 e QUIJANO, 2005).

A modernidade foi também enfatizada pelos fundadores clássicos da sociologia. Para Marx e Durkheim, a modernidade era turbulenta, mas ambos acreditavam nas possibilidades abertas que poderiam superar suas características negativas. Para Marx, a luta de classes constituiu-se como fonte das contradições fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava

um sistema social mais humano. Já Durkheim acreditava que a expansão do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, por uma combinação entre a divisão do trabalho e o individualismo moral. Max Weber via o mundo moderno como produtor de um progresso material obtido à custa da expansão da burocracia, que esmagava a criatividade e autonomia individuais. Os fundadores da sociologia apontavam para o trabalho industrial moderno como produtor de consequências degradantes, pois submetia os seres humanos à disciplina maçante e repetitiva.

Um outro exemplo de condições degradantes da modernidade e o uso do poder político está particularmente demonstrado em episódios de totalitarismo. Para os fundadores da sociologia, o uso arbitrário do poder político parecia algo ligado ao passado, embora Marx tenha tratado dessa questão no *18 Brumário*. Podemos nos encontrar com a possibilidade de totalitarismos nos parâmetros da modernidade com a ascensão do fascismo, do holocausto, do stalinismo e de outros episódios do século XX. O totalitarismo é diferente do despotismo tradicional, mas é muito mais aterrorizante em seus resultados, pois combina o poder político, ideológico e militar de forma concentrada, como nunca foi visto antes da emergência dos Estados-Nação modernos.

O desenvolvimento do poder industrial militar é outro elemento da modernidade destacado por Giddens, que afirma que nenhum dos pensadores sociais poderia ter previsto a invenção de armas nucleares. Mas H.G. Wells fez tal previsão, influenciado pelo físico Frederick Soddy, no livro *O Mundo Libertado*, no qual narra a história de uma guerra que irrompe na Europa dos anos 1950 e se espalha pelo mundo. Nessa guerra uma arma terrível é usada e ela possuía uma substância radioativa chamada Carolinum, a qual Wells chamou de bomba de atômica.

Durkheim (1858-1917) e Weber (1864-1920) viveram para testemunhar os eventos ligados à Primeira Guerra Mundial e essa mesma guerra destruiu as pretensões de Durkheim, que “previa” a existência de uma ordem industrial pacífica e integrada naturalmente pelo industrialismo. Tanto o confronto nuclear como o conflito militar são partes constitutivas do lado sombrio da modernidade. Para o historiador Eric J. Hobsbawm, o século XX é o século das guerras, da catástrofe (HOBSBAWM, 2010). Para Giddens, o século XX também é o século da guerra, com um número significativo de conflitos militares, com perda substancial de vidas – número mais alto que nos dois séculos precedentes - e por isso diz que o mundo do final do século XX era carregado e perigoso. A perda da crença no progresso é um dos fatores, ou causas, para o autor, do esvaziamento das narrativas da história (GIDDENS, 1991, p. 19).

Para compreender as conexões entre a modernidade e a transformação do tempo e do espaço, se faz necessário traçar contrastes com a relação tempo-espaço no mundo pré-moderno. Segundo Giddens, apesar de todas as culturas pré-modernas possuírem maneiras de calcular o tempo, o mesmo constituía a base da vida cotidiana e era, geralmente, impreciso e variável. Ninguém poderia dizer a hora do dia sem referência a outros marcadores socioespaciais: o “quando” estava vinculado ao “onde”, ou identificado por ocorrências naturais regulares. Ainda hoje no Belém do Pará, por exemplo, essas referências ligadas à natureza orientam parte da vida cotidiana daqueles que lá moram e vivem suas vidas em encontros que são marcados antes ou depois da chuva.

A invenção do *relógio mecânico*, bem como sua difusão, data do final do século XVIII e foi chave na separação entre o tempo e o espaço, pois o relógio passou a expressar uma dimensão uniforme de tempo, quantificado. É a partir daí que ocorre a uniformidade na organização social do tempo no mundo moderno, por exemplo, com a “jornada de trabalho”. *Pari passu*, ocorre a padronização em escala mundial dos calendários, e Giddens afirma “que a uniformidade de mensuração do tempo pelo relógio mecânico correspondeu à uniformidade na organização social do tempo” (GIDDENS, 1991, p.26). O *esvaziamento do tempo*, nesse sentido, é pré-condição para o *esvaziamento do espaço* e a coordenação do tempo base do controle do espaço.

A separação entre tempo e espaço na modernidade é condição do processo de *desencaixe* e para a formação de dimensões padronizadas penetram as conexões na atividade social. As instituições desencaixadas dilatam o escopo do distanciamento tempo-espaço e proporcionam os mecanismos de engrenagem da vida social moderna, qual seja, a organização racionalizada. As conexões entre o local e o global nas organizações modernas seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais. *Desencaixe* é o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço: “A *imagem* evocada pelo *desencaixe* é mais apta a capturar os alinhamentos em mudança de tempo e espaço que são de importância fundamental para a mudança social em geral e para a natureza da modernidade em particular” (GIDDENS, 1991, p.30).

O autor elabora também tipos ou categorias de *desencaixe* presentes nas instituições sociais modernas, que ele denomina de *fichas simbólicas e sistemas peritos*. As fichas simbólicas são definidas como meios de intercâmbio que podem circular sem ter em vista quem é o indivíduo ou grupo que lida com elas em conjunturas particulares. Existem meios de legitimação política e o dinheiro é uma delas. Para Marx (2010), o dinheiro era uma prostituta universal, um meio de troca que nega o conteúdo dos bens e serviços substituindo-os por um

padrão universal. Georg Simmel (2003) elabora uma das explicações mais abrangentes e diversificada das conexões entre dinheiro e modernidade. Keynes (1990) distingue dinheiro de crédito e dinheiro propriamente dito: em sua forma primitiva dinheiro é débito e dinheiro mercadoria é um primeiro passo no caminho da transformação da permuta numa economia de dinheiro. O movimento para o dinheiro propriamente dito, no mundo moderno, envolve a intervenção do Estado-Nação.

3.2 Identidade, sujeito e cultura no mundo global

A identidade é um tema que está no centro de muitos debates no campo das ciências sociais desde os anos 1970 e se constituiu, durante longo período, como campo de produção de estabilização da vida social. Contudo, nos últimos 30 anos passamos a conviver com novas identidades que, ao contrário de produzirem estabilidade a partir de uma centralidade que as organizaria, passaram a produzir a fragmentação do sujeito moderno. A esse processo de fragmentação da identidade, Hall (2001) denomina de a “crise da identidade”. Para tratar dessa crise, o autor levanta algumas questões sobre a *modernidade tardia*, se a crise de fato existe e quais seus caminhos. Importante frisar que, apesar de tratar das transformações do sujeito entre o iluminismo, a modernidade e a pós-modernidade, opta por um conceito intermediário, qual seja, o de *modernidade tardia*.

Em suas reflexões sobre os caminhos do debate acerca da identidade do sujeito, parte da tese de que elas estão sendo fragmentadas, deslocadas, descentradas ou entrando em colapso a partir de uma mudança estrutural das sociedades modernas no final do século XX. Tal fragmentação *atinge* “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” (HALL, 2001, p. 9). Cada um de nós está sendo abalado, de uma forma ou de outra, por esse conjunto de transformações. O deslocamento, ou descentração do sujeito, tanto de seu lugar no mundo social ou cultural, é elemento constitutivo dessa crise da identidade.

Para dar suporte ao debate sobre identidade, Hall parte de três concepções históricas de identidade: os *sujeitos do Iluminismo*, o *sociológico* e o *pós-moderno*. O *sujeito do Iluminismo* era definido a partir de uma concepção do indivíduo centrado, dotado de razão, de consciência e ação e que estava presente em todo o percurso de sua vida, permanecendo o mesmo no contínuo de sua existência. Tal concepção era individualista e masculina, ou seja, centrada na figura do homem.

Já o *sujeito sociológico* se origina a partir da complexificação do mundo moderno a partir do século XVIII, da formação e desenvolvimento de suas estruturas e instituições. Esse

novo sujeito não é autônomo nem individual, pois formado na relação com os outros. Essas relações se constituem a partir da mediação de valores, sentidos e símbolos das esferas da vida que compartilham. Esse sujeito é, também, sujeito político, pois participa do processo do desenvolvimento das sociedades por meio de instituições políticas. Dois mundos se confrontam para esse sujeito, *o pessoal e o público*. As identidades culturais daí resultantes são internalizadas a partir de significados e valores, produzindo, assim, a costura do sujeito à estrutura da sociedade.

O terceiro sujeito, o *pós-moderno*, é aquele que estaria se constituindo justamente a partir da crise do sujeito sociológico. Sua existência, o vivido, está se tornando fragmentada e se compondo a partir de várias identidades, por vezes contraditórias. As paisagens sociais, que garantiam uma certa estabilidade da cultura, entraram em colapso a partir de mudanças estruturais e institucionais. O processo de identificação do sujeito pós-moderno projeta-se sobre uma identidade que não é mais fixa, mas flexível, provisória, variável e, também, problemática, pois abala um conjunto de certezas dos sujeitos, grupos e classes. Segundo Hall, “a identidade do sujeito torna-se uma *celebração móvel*” (HALL, 2001, p. 12-13, *grifo nosso*).

Não seria mais possível falar sobre uma identidade centrada, no singular, mas de identidades, no plural. Dentro de cada *sujeito pós-moderno* residem a recusa de uma identidade fixa e a adesão a diferentes identidades em diferentes momentos. Valores, signos, significados e representações deslocam-se continuamente dentro desse sujeito. A multiplicação dos sistemas de representação cultural e sua difusão, por meio de trocas estabelecidas pela comunicação eletrônica no presente, confronta e coloca em dúvida a identidade fixa. O sujeito pós-moderno é ele o mesmo o sujeito da crise, pela sua definição sempre mutante, instável, ou melhor, pela sua indefinição.

A crise do sujeito pós-moderno está relacionada ao que Hall define como *modernização tardia*, em particular ao processo de mudança denominado *globalização*. A modernidade, pensada também por Marx, caracteriza-se pela permanente *mudança da produção e pelo abalo contínuo de todas as condições sociais*. Essa ideia está expressa em uma frase do *Manifesto do Partido Comunista*: “Tudo que é sólido desmancha no ar” (2010). Nesse sentido, as *sociedades modernas* se definiriam como sociedades em *constante transformação*, rápidas e constantes.

Anthony Giddens, ao tratar das consequências da modernidade, *distingue as sociedades tradicional e moderna a partir dessa mesma chave, a da mudança*, a partir das noções de *desencaixe*, ou deslocamento, dos sistemas sociais (GIDDENS, 1991, p. 29). Na *tradição*, o passado é venerado e os símbolos e significados valorizados para que a experiência

e a memória se reproduzam em práticas sociais recorrentes. Na *modernidade*, pelo contrário, rompe-se com o passado, com os símbolos, valores e significados e reformam-se as práticas sociais (GIDDENS, 1991, p. 44-45). O pulso dessas mudanças, assim como no atual quadro da globalização, apresenta ritmos e alcance distintos, assimétricos, mas, quanto mais as regiões e culturas diferentes são postas em contato, ou se interconectam – hoje virtualmente –, mais o processo de mudança se intensifica.

Nessa nova modernidade, instituições e organizações apresentam formas radicalmente novas e passam a ser organizadas em torno de princípios bastante diferentes, mesmo que convivam com formas anteriores. Os sistemas sociais locais são desalojados, ou impactados, e suas relações sociais extraídas do contexto em escalas que parecem indefinidas no tempo e no espaço. Na modernidade tardia e global, por exemplo, a cidade ganha feições novas em algumas de suas áreas, representando assimetrias, e passa a ser denominada como *cidade global*. Nesta, edifícios cobertos com vidros e reflexão, chamados de inteligentes por disporem de tecnologia de ponta, convivem com redes de cabeamento ótico para transmissão e recepção de dados – brutos⁷⁷ ou singulares – para a internet distribuídos pelos subterrâneos, com redes de metrô, trens e acessibilidade – palavra central para aqueles que se deslocam pelo mundo – e participando da hierarquia de importância para o funcionamento do comércio e das finanças globais. Na cidade de São Paulo as áreas próximas das avenidas Brigadeiro Faria Lima, Juscelino Kubitschek, Luís Carlos Berrini, Dr. Chucuri Zaidan e Nações Unidas, na Zona Sul, representam a fração da cidade que é global, pois as principais empresas e conglomerados transnacionais estão ali situados: Google, Yahoo, P&G – Procter e Gamble, Unilever, J.P. Morgan Private Bank, Credit Suisse e Facebook, entre dezenas de outras.

Ainda segundo Giddens, a *descontinuidade* dos modos de vida da modernidade

nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o *plano da extensional*, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. (GIDDENS, 1991, p. 14, grifo nosso).

⁷⁷ Utilizo a expressão *dados brutos* de transmissão e recepção como sinônimo dos pacotes de informação transmitidos por meio das redes ligadas à internet, nos quais a transmissão e recepção dos dados depende da velocidade para *download* e *upload* e dos pacotes de acesso à rede que os consumidores podem ter. O acesso é desigual, tanto espacial como economicamente, visto que a rede de comunicação da internet é um mercado que cria hierarquias de acesso privilegiado.

As descontinuidades da modernidade são, portanto, extensas e intensas, alterando por conexões frequentes relações sociais locais, bem como alterando concepções íntimas do sujeito na vida cotidiana.

David Harvey trata a modernidade como um processo com rupturas e fragmentações internas sem-fim: “A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (HARVEY, 1994, p. 22).

Ernesto Laclau (1993) utiliza o conceito de *deslocamento* para tratar da *modernidade tardia*. Nesta, para Laclau, existe uma pluralidade de centros de poder, sem nenhum princípio articulador ou organizador, sempre descentrado ou deslocado por forças exógenas, e ela é atravessada por diferenças e antagonismos sociais que produzem posições de sujeitos, ou identidades, que estão sempre abertas.

Hall, Giddens, Harvey e Laclau ofertam leituras distintas sobre a natureza das mudanças do mundo moderno no contexto da globalização, mas colocam ênfase na ideia de *descontinuidade*, *ruptura*, *fragmentação* e *deslocamento*, termos que, em alguma medida, podem ser considerados sinônimos.

Para além do *sujeito pós-moderno*, e ao longo do século XX, vários são os autores que discutem *os deslocamentos da concepção do sujeito moderno*, na modernidade tardia, indicando rupturas nos discursos do conhecimento que propunham, entre outras, o descentramento do sujeito cartesiano. Stuart Hall, na busca de um mapeamento do percurso desses deslocamentos no século XX pela Filosofia e Psicanálise, encontra Althusser, Freud, Lacan e Foucault, entre outros (HALL, 2001, p. 34-46).

Althusser, a partir de Marx, reafirma as *relações sociais* como elemento constitutivo do moderno, pois nelas há um *deslocamento* da noção abstrata de homem que se fundou com a filosofia cartesiana. O homem, a partir das relações sociais (modos de produção, exploração da força de trabalho, os circuitos do capital), passa a ser pensado como sujeito concreto. Segundo o autor:

Por conseguinte, essa inadequação tem um sentido, essa relação tem um sentido: um sentido prático. Essa inadequação manifesta designa uma ação a cumprir, um deslocamento a efetuar. Ela significa que para encontrar e reencontrar a realidade à que faz alusão ao procurar não mais o homem abstrato, mas o homem real, é preciso passar à sociedade, e pôr-se a analisar o conjunto das relações sociais. (ALTHUSSER, 1979, p. 216).

Freud e Lacan também tratam do descentramento. A identidade do sujeito, para Freud, constituída pela sexualidade e estrutura dos desejos, é formada por processos simbólicos e psíquicos do inconsciente, apresentando lógica muito distinta da Razão, do sujeito que conhece racionalmente e produz uma identidade fixa. O ideal de sujeito como totalidade pode formar-se a partir de uma educação gradual no interior do ser da criança, mas, no processo da relação do sujeito com os outros, uma miríade de negociações psíquicas e inconscientes torna cada sujeito um sujeito distinto dos demais. O ser, por isso, não se constitui apenas pela racionalidade objetiva, mas por um conjunto de representações subjetivas do seu inconsciente. Segundo Lacan, na “fase do espelho” a criança pode se imaginar refletida no espelho como uma pessoa inteira, mas, ao iniciar sua relação com os sistemas simbólicos que estão fora dela, depara-se com sentimentos contraditórios e não resolvidos que a acompanharão por toda vida, fazendo parte da sua formação inconsciente como sujeito. Para a psicanálise, a identidade não é inata, mas formada por um devir de processos inconscientes, imaginados ou fantasiados, e permanecerá sempre incompleta.

Foucault também produz uma reflexão sobre o descentramento do sujeito e da identidade, mas a partir de uma *genealogia do sujeito moderno*, destacando um novo tipo de poder, o disciplinar⁷⁸, que se desdobra pelo século XIX e primeira década do XX. O poder disciplinar tem como preocupações fundamentais a regulação e a vigilância, do indivíduo e do corpo. O lugar de exercício do poder disciplinar são as instituições que se desenvolveram no decorrer do século XIX, *pari passu* com a constituição da sociedade moderna: hospitais, escolas, oficinas, quartéis, clínicas, prisões e o sistema judiciário, entre outras. O objetivo desse poder é o de controlar vidas, atividades, trabalho, infelicidade, prazeres e práticas sexuais e familiares do indivíduo com base nos poderes de regimes administrativos e no conhecimento produzido pelas ciências.

Depois desse longo trajeto, cabe a pergunta: o que estará acontecendo com as identidades culturais do sujeito frente à globalização? Elas, as identidades culturais, foram forjadas a partir do desenvolvimento dos conceitos de Estado-Nação e nacionalidade, como comunidades imaginadas e não como medida expressa em nossos genes, em nossa natureza. A partir delas, formamos uma cultura nacional que criou padrões de alfabetização, símbolos e representações e generalizou o ensino da língua como meio de comunicação da nação. Nessa

⁷⁸ Na obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, por exemplo, Foucault traça a genealogia do surgimento de uma nova economia da punição e dos controles, na transição do absolutismo monárquico para os Estados modernos.

produção de sentidos, o que se buscava era um processo de identificação para a produção de identidades com o lugar.

Um dos problemas de tal interpretação é que as manifestações culturais, por exemplo, são tratadas apenas como reflexos ou acomodações do econômico, com o objetivo de assegurar a manutenção da infraestrutura. Assim, a esfera da cultura, na análise, reduz-se ao econômico, como aspecto unidimensional do *world-system*. Criticando essa interpretação, Ortiz (2006) elabora uma distinção entre *mundialização da cultura* e *globalização da economia e da técnica*, pois não haveria uma cultura global ou identidade global e a unicidade nos planos econômico e tecnológico não dava conta de compreender a dimensão cultural. Escapando dos dilemas das análises economicistas ou sistêmicas, o autor propõe a utilização da ideia de *sociedade mundial*.

Um outro problema que se destaca nesse diálogo é o da *nação* como sociedade material integrada a um território e a um poder central, no interior da qual existiriam algumas lealdades: moral, mental e cultural. Para a existência da *nação*, e sua realização, há a necessidade de um mercado nacional, um sistema técnico de comunicações, uma consciência coletiva de seus membros, o monolinguismo, um sistema escolar abrangente, uma memória coletiva de celebração do passado e símbolos de identidade nacional, ou seja, a constituição de um “nós”, que não desfruta da mesma coerência quando tratamos do mundial.

O mundo hoje está interconectado, mas não integrado. A existência de uma rede mundial de comunicação propicia a conexão entre lugares e gentes, mas essa conexão é de natureza técnica. A materialidade física dessa rede não significa integração entre pessoas, não gera uma “consciência coletiva global”, não pode ser comparada com uma rede de relações sociais e muito menos com uma “comunidade global”. Pelo contrário, ela distancia pessoas e grupos reforçando laços identitários. Além disso, na esfera transnacional inexistente um espaço público.

Um aspecto inicial que gostaria de ressaltar no diálogo estabelecido por Renato Ortiz nos anos 1990 é sua insatisfação com a literatura produzida sobre o tema, pois, como afirmado anteriormente, a temática foi e é tratada por diferentes campos do conhecimento ou disciplinas: economia, administração de empresas e relações internacionais. O tema, na década de 90, foi pauta de diversos meios e espaços: jornais, revistas, televisão e academia, entre outros. Os estudos elaborados nesse período eram pouco reflexivos e os que existiam se aproximavam mais de um interesse imediatamente pragmático ou de vulgarização do conhecimento. Esse interesse de divulgação mais “vulgar” permitiu a construção de uma falsa ideia da globalização, de seus significados e implicações.

Já os escritos dos homens de governo ou de administradores de multinacionais pensavam o mundo a partir de um horizonte ligado aos interesses de seus países ou da fatia de seus lucros que se globalizou. É nessa esteira que livrarias foram invadidas por uma produção de *best-sellers* que apontavam para uma visão otimista desse futuro que se avizinhava e davam as boas-vindas para a “sociedade feliz”, marcada pela exuberância da técnica (tema fundamental) e a comunicação dos homens numa consciência planetária.

Um dos textos apontados pelo autor como parte dessa literatura mais imaginativa é *Aldeia Global*, de Marshall McLuhan e B.R. Powers (1989). Seus autores preconizam a ideia de superação da parte esquerda do cérebro, núcleo da razão ocidental, pela direita, abrindo-nos uma nova vida sob o signo de Aquário. O cérebro, metáfora da integração das duas dimensões do homem – razão e sentimento – com o advento da tecnologia encontraria sua expressão mais plena no universo eletrônico. Nas palavras dos autores:

No próximo século, a terra terá a sua consciência coletiva elevada da superfície da Terra para uma densa sinfonia eletrônica, em que todas as nações – se continuarem a existir como entidades separadas – viverão um feixe de sinestesia espontânea. [...]. Mais e mais pessoas entrarão no mercado de informações, perderão suas identidades privadas nesse processo, mas irão emergir com capacidade para interagir com qualquer pessoa da face do globo. *Referendus* eletrônicos massivos e espontâneos atravessarão continentes. O conceito de nacionalismo declinará e também os governos regionais cairão, como consequência política da criação de um governo mundial por satélite artificial. O satélite será usado como o mais importante instrumento mundial de propaganda na guerra pelos corações e mentes dos seres humanos. (McLUHAN e POWERS, 1989, p. 95 e 118).

Para além do texto de McLuhan, Ortiz chama a atenção para a profusão de metáforas que são utilizadas para descrever as transformações do final do século XX: *primeira revolução mundial*, Alexander King; *terceira onda*, Alvin Toffler; *sociedade informática*, Adam Shaff (1990); *sociedade amébica*, Kenichi Ohmae; e, a já citada, *aldeia global*, Marshall McLuhan. No meio empresarial, Robert Reich (1991) trata da passagem de uma sociedade de *high volume* para outra de *high value*, como indicado anteriormente. O uso de metáforas, como relatos figurados, revela que a realidade emergente seria fugidia ao horizonte das Ciências Sociais e que seu uso frequente facilitaria um ganho em consciência em relação ao processo, mas uma perda em precisão conceitual.

O uso das metáforas *aldeia global* e *sociedade informática* sublinha a importância da tecnologia na organização da vida dos homens e da produção em massa para a exploração de mercados segmentados. Não se pode esquecer, contudo, que as técnicas se inserem sempre nas

condições objetivas da história e que nessa “aldeia” existem tensões, interesses e disputas que afastam os sujeitos de qualquer ideal comum. A desmassificação do consumo, por exemplo, é vista como realização da liberdade individual, sinônimo de democracia. O autor aponta ao menos uma justificativa para a nebulosidade das análises:

Na verdade, a globalização é um fenômeno emergente, um processo ainda em construção. Mesmo a ciência econômica, disciplina que provavelmente melhor trabalhou o problema, reconhece a novidade do tema. Se entendermos por globalização da tecnologia e da economia a internacionalização das trocas, de produtos e de conhecimentos, evidentemente não estamos diante de um fato original. (ORTIZ, 1994a, p.15).

Os economistas, com finalidade bastante pragmática, estabeleceram uma distinção entre internacionalização e globalização. A internacionalização se referia simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais e isso não poderia ser considerado um fenômeno novo. Já a globalização da atividade econômica era qualitativamente diferente, por ser uma forma mais avançada e complexa da internacionalização, implicando um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas. Essa distinção conceitual é aplicada à produção, à distribuição e ao consumo de bens e de serviços, organizados a partir de uma estratégia mundial e voltada para um mercado mundial.

Para Celso Furtado, os ajustes estruturais da internacionalização da economia, ou globalização, impactaram o Brasil e, segundo Furtado, tal fato apontava para a necessidade de reflexão sobre quais eram as opções históricas disponíveis, tendo em vista suas singularidades. Coloca-se a necessidade de responder a uma pergunta: “Como preservar a identidade cultural e unidade política em um mundo dominado por grupos transnacionais que fundam seu poder no controle da tecnologia, da informação e do capital financeiro?” (FURTADO, 1999, p. 39). Nesse texto, apesar de elaborar a pergunta sobre os possíveis impactos na identidade cultural do país, em um mundo dominado por grupos transnacionais com controle da tecnologia, da informação e do capital financeiro, o autor não a discute e nem mesmo aponta para possibilidades futuras.

Ortiz aponta para a necessidade de reformulação do ponto de vista que orienta o pensamento para a compreensão do fenômeno da globalização, pois o instrumental teórico constituído no final do século XIX – classe, indivíduo, Estado e desenvolvimento, entre outros – foi forjado no interior de uma entidade nodal distinta, qual seja, a nação.

Octavio Ianni também indicava que o objeto das ciências sociais, com a globalização, se transformou qualitativa e quantitativamente:

De maneira implícita ou explícita, as controvérsias estão referidas ao indivíduo e à sociedade, vistos naturalmente em termos de relações, processos e estruturas nacionais. As dimensões globais da realidade social parecem desafiar ainda pouco as ciências sociais. (IANNI, 1992, p. 172).

Como podemos perceber nesse ponto, após quase duas décadas do debate acerca da globalização como objeto-conceito, ainda poucas certezas podem se estabelecer, visto que um traço comum na bibliografia que trata do tema é apresentá-lo como um objeto em formação.

3.3 Sociedade civil mundial: um conceito em construção.

A grande transformação no mundo da década de 1990 abre espaço para dualidades: no lugar das sociedades nacionais, a *sociedade global*; no lugar da bipolarização, um mundo capitalista, multipolarizado e impregnado de experimentos socialistas; conceitos e referências “envelheceram”, ficaram descolados do real, que continuou a mover-se, transformar-se; desenvolve-se um amplo processo de mundialização de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração. Aos poucos, todas as esferas da vida social, coletiva e individual são alcançadas pelos problemas e dilemas da globalização.

Como Ortiz, Ianni afirma que somos atravessados pela globalização, por suas estruturas e formas, mesmo sem termos consciência de tal, e que o mundo global é resultado de um modo de produção e reprodução material e espiritual que se forma, expande e transforma em moldes internacionais, como um verdadeiro processo de civilizatório.

Segundo o autor, existem três ciclos de grande envergadura na história do capitalismo, que se mesclam, coexistem, confundem-se; no *primeiro*, o modo de produção capitalista organiza-se em moldes nacionais, revolucionando as formas de vida e trabalho locais, instituindo a produção de mercadorias, de valores de troca, dissociando o trabalhador da propriedade dos meios de produção; no *segundo*, o capitalismo organizado transborda as fronteiras, mares e oceanos e se estabelece a partir de um extenso processo de colonização, formando os primeiros elementos da economia-mundo; esse processo é acompanhado *pari passu* pela colonização de mentes, corpos e ideias, ou seja, pela colonização do poder e do saber, conforme nos indica Anibal Quijano (2005). No *último*, o capitalismo alça escala global, além de suas expressões nacionais, “forçando” o declínio do Estado-Nação; nesse ponto o

capitalismo amplia seus processos de concentração e centralização, cria estruturas próprias, para além Estado; o capitalismo global invade cidades, vilas, nações, continentes, modos de ser e de pensar, produções culturais e formas de imaginar, espalhando-se material e espiritualmente como uma das pragas bíblicas.

O Estado nacional se contrapõe ao supranacional, e o último seria o novo, ou a nova criação relativa ao mundo global. Sabemos todos que o Estado como produto histórico é criação da sociedade civil e do jogo das forças sociais no interior da sociedade nacional. Já aquilo que parece um esboço, o Estado supranacional, poderia ser não mais que uma expressão da sociedade global em formação. As forças econômicas, políticas, culturais e sociais estão concentradas ou dispersas em diferentes espaços da sociedade global. Segundo Ianni (1992, p. 41), o Estado-Nação não é apenas redefinido, mas perde algumas de suas prerrogativas que passam a fazer parte do universo de algumas atividades das empresas multinacionais e organizações multilaterais. O que era tradicionalmente localizado em países desterritorializou-se: o *fast-food*, o inglês e as séries de TV, entre outros.

Na última etapa, a do capitalismo global, o “impacto” de ideias e as alterações nos processos de vida promovem o que Ianni conceitua como *desterritorialização*. *Desterritorialização, descentramento e desencaixe são metáforas*, como a maior parte das palavras utilizadas para explicar a globalização/mundialização, que visam a compreender o que acontece com as categorias de análise elaboradas pelas ciências sociais identificando estruturas, relações e processos sociais, econômicos, políticos e culturais que se “movem”. Num desses “movimentos” percebemos que algumas das prerrogativas do Estado são subsumidas por atividades das empresas multinacionais e organizações multilaterais. O que era antes reconhecidamente localizado em países desterritorializa-se.

As empresas mundiais e “grandes” investidores são alçados a uma condição de poder ampliado e “levantam” uma quantidade de novas questões para governos que procuram “modelar” os destinos econômicos de suas nações. Nesse processo de concentração de poder em estruturas supranacionais, algumas perguntas deixam de ser feitas: faz alguma diferença qual a nacionalidade da empresa, se ela cria emprego?; que nação controla as tecnologias desenvolvidas por empresas mundiais? O que acontece com o mundo do trabalho?

No âmbito daquilo que se denomina *sociedade civil global*, há organizações públicas e privadas que produzem e tomam decisões e influenciam os destinos do capitalismo global, mas essas organizações “tomadoras de decisão” são desconhecidas da maior parte dos que estão submetidos aos seus poderes. São organizações econômicas, políticas, culturais e sociais que exercem verdadeiras *missões civilizatórias* nos países menos desenvolvidos, atrasados,

periféricos ou em desenvolvimento. Geralmente, tal ajuda é condicionada à perda da mesma se o país em questão “violar” os direitos humanos básicos, estabelecidos pela ONU em 1948, por exemplo.

Aos poucos, a *morfologia* da sociedade global envolve direitos humanos, narcotráfico, proteção do meio ambiente, dívida externa, saúde, educação, meios de comunicação de massa, satélite, tecnologias informacionais, poderes do capital e outros itens. Como essa morfologia aparece no Brasil nos anos 1990? Temas sociais, econômicos, políticos e culturais que sempre pareceram nacionais “revelam-se” internacionais, externos, relativos à harmonia da sociedade global. Aos poucos, pensamentos, ideias, estruturas e poderes vão sendo subsumidos. Um dos elementos desse processo é a debilitação ou esvaziamento do Estado-Nação por meio de uma fina estratégia que se estabelece pelos discursos.

Assim se criam organizações e políticas, expressando aspectos mais ou menos importantes da sociedade mundial em formação. Debilita-se o Estado-Nação, inclusive por que os governos nativos não seriam competentes para gerir os assuntos nacionais. “Se o Brasil fosse bem administrado durante três anos, ninguém mais ouviria falar de sua dívida externa”⁷⁹. Em outros termos: “As nações se tornaram demasiado pequenas como unidades de comércio e demasiado grandes como unidades de administração”⁸⁰. Os movimentos do capital, tecnologia, força de trabalho, *know-how* empresarial etc., em escala mundial, transformam as sociedades nacionais em dependências da sociedade global. (IANNI, 1992, p. 44).

Os desenhos do que podem ou devem ser as nações e continentes se desenvolvem por organizações multinacionais ou multilaterais, que elaboram parâmetros técnicos, programáticos, fundados nos princípios do mercado, da livre iniciativa, da liberdade econômica. Tais “princípios”, do Fundo Monetário Internacional - FMI, por exemplo, são “sugeridos” aos países que precisam de assistência:

As economias devem se abrir à competição externa, retirar o Estado de atividades que podem ser exploradas pela iniciativa privada, eliminar subsídios e desativar os mecanismos de controle de preços. Precisam fazer tudo aquilo, enfim, que leve à desregulamentação. Em troca, essas economias contarão com ajuda das agências internacionais de crédito. Essa é uma das principais mensagens transmitidas pelo relatório anual do Banco Mundial (BIRD), a mais importante entre as instituições financeiras internacionais⁸¹.

⁷⁹ Michel Camdessus, citado por Reali Júnior, “Brasil conduz mal a economia”, diz Camdessus”, *O Estado de S. Paulo*, 4 de maio de 1991, p. 1.

⁸⁰ Roberto Campos, *Além do cotidiano*, Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 70.

⁸¹ Aluizio Maranhão, “Bird impõe condições para ajuda econômica”, *O Estado de S. Paulo*, 7 de julho de 1991, p. 1 do caderno de Economia.

Qual o papel da Organização das Nações Unidas no processo de *globalização* ou de estabelecimento de uma *sociedade civil global*? A ONU, apesar de representar estados nacionais, fortes e débeis, dominantes e dependentes, é uma organização na qual se expressam, mesmo que dissimulados, estados nacionais ou blocos sob o princípio da soberania nacional. Quando se manifesta ou toma posição, o faz sob a autorização das nações mais fortes e é prisioneira dessas nações, daqueles que dominam as condições formais e não formais de veto. Uma instituição que simboliza um mundo que se torna pretérito é também uma instituição que não se organiza além dos estados nacionais no âmbito de uma sociedade global.

As organizações econômicas, políticas e culturais, compreendendo empresas, conglomerados, bancos, *tradings*, mídia impressa e eletrônica, *think tanks*⁸², universidades e outras tecem o mundo em vários níveis, em diferentes desenhos, *por sobre* indivíduos, grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública, sociedades e estados nacionais. Essas organizações ordenam e reordenam as economias e sociedades, os povos e as culturas, beneficiam-se de aliados locais, regionais e nacionais, articulam-se com organizações nativas, países e continentes, ajustam-se e integram-se às exigências de setores sociais, partidos governos, mas segundo razões próprias e interpretações independentes de conjunturas locais. Pensam suas atividades em um cenário que pode ser internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global, sempre de acordo com seus interesses particulares. Como essa trama se estabelece no Brasil nos anos 1990? Quem são esses atores e como se articulam? Quais suas posições?

O alcance mundial do capitalismo no final do século XX subsume, inclusive, os projetos de desenvolvimento nacional, com pretensões de soberania. Alguns exemplos: Cardenas no México, Peron na Argentina e Vargas no Brasil. Consideramos que os projetos de desenvolvimento nacional são aqueles que se estruturaram a partir dos anos 1930 e se desenvolveram no decorrer das décadas seguintes até os anos 1960. O objetivo de tais projetos de desenvolvimento, ligados à CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, era o de industrializar em termos nacionais, ou a industrialização substitutiva de importações que visava a romper com a dependência das economias agrário-exportadoras. Além disso, tais projetos

⁸² Organizações ou instituições que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas, sobretudo em assuntos sobre os quais “pessoas comuns” não encontram facilmente base para análise; existe um ranking global de atores *think tanks*; a FGV – Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, assume claramente em seu site ser um ator/agente *think tank*.

propunham a diversificação dos sistemas produtivos nacionais e a interiorização do desenvolvimento. Na época do capitalismo global monopolista, ou do capitalismo financeiro, já não há mais “espaço” para o capitalismo nacional.

Um outro aspecto ressaltado por Ianni é que os projetos socialistas frustraram-se em aspectos fundamentais. Diz que podem ser vistos como projetos alternativos de desenvolvimento econômico-social, industrialização e soberania e que tiveram êxito parcial, sobretudo no quesito de soberania limitada. (IANNI, 1992, p. 47). No tempo presente persiste uma dificuldade, e quase impossibilidade, de se pensar em projetos de desenvolvimento econômico-social, político e cultural a partir de projetos nacionais, independentes e soberanos. Essa perda de poder do nacional frente ao global deriva da reprodução ampliada do capital, de sua concentração e centralização, do desenvolvimento das forças produtivas, do desenvolvimento e concentração dos meios tecnológicos e das relações de produção em escala mundial, ou seja, na atual etapa do capitalismo qualquer projeto de desenvolvimento nacional só terá condições de realização a partir dos movimentos que governam a sociedade global. Claro que existem resistências e contradições que também se estruturam na passagem do século XX para o XXI.

Hoje passamos da produção de artigos empacotados para o empacotamento de informações. Antigamente invadíamos os mercados estrangeiros com mercadorias. Hoje invadimos culturas inteiras com pacotes de informações, entretenimentos e ideias. Em vista da instantaneidade dos novos meios de imagem e de som, até o jornal é lento. (McLUHAN, 1973, p. 364-365).

O empacotamento de informações, ideias e sentidos, por meio das tecnologias da informação, da Internet ou da TV a cabo, *desenraizam* e *colonizam* coisas, gentes e ideias. Muitas das produções materiais e espirituais se mundializaram e o local, o regional, o nacional ou mesmo o continental entram no jogo das relações internacionais, recriando relações, processos e estruturas articulados no jogo do “mundo”. Algumas produções já nascem internacionais ou “globais”.

A cultura nacional-popular, no sentido gramsciano, é recoberta por uma outra internacional-popular, como indicado por Ortiz (1999). A cultura nacional-popular é definida pelo jogo das forças sociais, no âmbito da sociedade nacional, no contraponto das classes sociais dominantes e subordinadas. As classes subalternas buscam tornar-se hegemônicas a partir da presença da cultura popular no campo do nacional. Já a cultura internacional-popular nasce, circula e é consumida como mercadoria que pode ser lançada simultaneamente em diferentes

mercados nacionais. Exemplos: o cinema hollywoodiano, jogos eletrônicos, aparelhos de telefone celular, séries de TV a cabo, carros, etc. Geralmente os aspectos técnicos e culturais dessas mercadorias foram desenvolvidos em países dominantes no “jogo” de forças globais e são consumidos pelos países subalternos. Os públicos consumidores de tais mercadorias vão sendo, pouco a pouco, *homogeneizados* por padrões, estilos, linguagens, modas ou ondas, ou seja, o que está em curso é, novamente, um intenso processo de colonização do pensamento, de colonização do poder e do saber.

Toda mercadoria é signo, símbolo e significado, carrega valor de uso e valor de troca, povoa imaginários, ilustra, ilude, identifica padrões e ideias, modos de sentir e imaginar, trabalhando corações e mentes. A mercadoria é também ideologia na construção e reconstrução da subalternidade dos indivíduos, grupos, classes, etnias e as sociedades nacionais, nesse novo cenário. O processo de globalização lança as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais em escala mundial. O mesmo processo que produz integração produz também tensões, desigualdades e antagonismos.

Capítulo 4

A convergência tecnológica das telecomunicações no Brasil: um caso paradigmático

4.1 Breve histórico das telecomunicações no Brasil: do telégrafo elétrico ao início da TV a cabo

Desde o final do século XIX, as comunicações vêm adquirindo importância central na vida dos indivíduos e das sociedades. Do telégrafo à Internet de alta velocidade, diversos serviços surgiram e se consolidaram – telefonia fixa, rádio, televisão, TV por assinatura, internet e telefonia móvel –, demonstrando a força dos meios de comunicação nos diferentes aspectos da vida social, econômica, cultural e política. A busca permanente do homem pelo desenvolvimento das telecomunicações, o surgimento da imprensa moderna, os progressos da radiodifusão e das mais recentes tecnologias colocaram os meios de comunicação em evidência e como uma necessidade vital para os sujeitos e organismos coletivos.

O setor de telecomunicações, sob o ponto de vista econômico, tem apresentado altas taxas de crescimento, superando às observadas na economia global. Entre o início dos anos 1990 e o início dos anos 2000, o mercado de serviços de comunicações apresentou taxa média de crescimento anual de 8,2%, enquanto o crescimento econômico mundial foi de 3,5% (RODRIGUES, 2009, p. 12). Nesse período os serviços ofertados aos consumidores cresceram, e os dispositivos de comunicação enraizaram-se no cotidiano das pessoas e empresas, aumentando ainda mais os investimentos destinados pelas sociedades a esses serviços, conferindo à economia da Informação – inclusas as tecnologias de processamento de dados – lugar de destaque nos setores mais importantes da economia mundial.

A participação das diferentes formas das comunicações nos diversos aspectos da vida social também emerge com força na transição do século XX para o XXI. O desenvolvimento do telégrafo – e especialmente da telefonia fixa – ampliou a troca de informações entre pessoas de diferentes localidades do planeta. O rádio e a televisão, em seguida, propiciaram novas dinâmicas de sociabilidade que se espalharam pelo mundo, tornando-se fundamentais para a fruição da vida cultural e política das comunidades, com impactos investigados pelos campos das Ciências Sociais desde o início do século XX. O surgimento da TV por assinatura, da telefonia móvel e da Internet multiplicou os meios e as formas de participação dos sujeitos no

fluxo da troca de informações. Os computadores, e-mails, novos softwares e recursos permitiram a comunicação em rede, criaram condições para que sujeitos pudessem produzir e trocar informações e conteúdos. O homem buscou, desde o início de sua história, desenvolver técnicas comunicativas e, no atual estágio de desenvolvimento das comunicações, estabeleceu-as como socialmente necessárias.

Os diversos meios e formas de comunicação mediados por tecnologias e redes tornam-se cada vez mais presentes no cotidiano de todos. Nas comunicações convergentes aspectos distintos dos direitos humanos e dos direitos do consumidor confundem-se, criando dificuldade para separá-los estruturalmente, pois, na medida em que temos acesso a determinados serviços, os mesmos tornam-se indispensáveis à garantia da dignidade humana. O acesso às Tecnologias da Informação e às redes para o trânsito de conteúdos digitais tornou-se indispensável à garantia de direitos fundamentais, como o direito à informação, à liberdade, à educação e à cultura, pois a participação nos processos e fluxos de informação constitui um direito humano. O ato de comunicar ou participar de processos de comunicação é componente fundamental da natureza humana.

Esse direito vem sendo chamado por teóricos de direito à comunicação e pode ser compreendido como um prolongamento do processo em direção à liberdade e à democracia: a exigência de circulação de dupla direção, de intercâmbio livre e a possibilidade de acesso e de participação conferem nova dimensão qualitativa às liberdades conquistadas no passado. Com a digitalização dos conteúdos e a expansão da Internet, esse conceito torna-se mais relevante, atribuindo aos Estados a responsabilidade de incluir horizontalmente nas redes o conjunto da população. O tema da inclusão digital, nesta perspectiva, passa a ser sinônimo de inclusão cultural, econômica e política.

O desenvolvimento do capitalismo e das pesquisas na área das ciências aplicadas deu grande impulso às telecomunicações. O telégrafo elétrico foi seu primeiro grande produto a partir da instalação das primeiras linhas estáveis em 1850, e tinha como principais clientes as bolsas de valores e comerciantes da Inglaterra e da França, que ocupavam o tráfego de informações. O capital financeiro foi o maior indutor das pesquisas científicas e técnicas em sua evolução, e a expansão de tal rede de telecomunicações atendia aos objetivos estratégicos de cada Estado.

Os países periféricos – caso do Brasil e demais países da América Latina – não desenvolveram sistemas de telecomunicações próprios e autônomos, sendo subordinados tecnológica e industrialmente aos países do capitalismo central. As redes implantadas nesses países estavam sob controle de companhias estrangeiras: Cable & Wireless – companhia

pública britânica – e ITT⁸³ – companhia privada norte-americana. Tais empresas instalaram fios telegráficos, cabos submarinos e bases de radiotelefonia por todo mundo, e, geralmente, acompanhavam a rota dos navios e ferrovias que transportavam as riquezas das colônias e países dependentes para a Europa e os Estados Unidos. As infraestruturas de transporte de informação nos países periféricos serviram para a inserção de suas economias como fontes de matérias-primas e mão de obra barata para os países centrais. Tais empresas também forneceram redes telegráficas ou telefônicas para os grupos mais abastados desses países. Pelo menos até a segunda metade do século XX a universalização das telecomunicações não era tema de grande relevância (DANTAS, 2002).

A expansão mundial das redes de telecomunicações propiciou o aparecimento das primeiras agências de notícias: a francesa Havas – hoje France Presse –, a britânica Reuters, a alemã Wolff e as norte-americanas AP e UPI. Essas agências coletavam e difundiam informações econômico-financeiras para banqueiros e comerciantes e, por que não, serviam como instrumento de propaganda ideológica das grandes potências em disputas internacionais.

No Brasil, o telégrafo elétrico foi instalado experimentalmente em 1852, como serviço estatal criado e dirigido por Guilherme Schüch, barão de Capanema. A primeira linha efetiva passou a funcionar em 1855, entre as cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis. Dez anos depois, costeando o litoral por terra, as ligações chegaram a Porto Alegre. Em 1874, completa-se a ligação entre Rio de Janeiro e Recife. Mais dez anos e o telégrafo chega a São Luís e, após dois anos, a Belém (PARETO NETO, 1976, p. 27-39).

Em 1872, o Visconde de Mauá obteve licença para ligar, por cabo submarino, o Brasil a Portugal e suas colônias. O empreendimento fracassou e Mauá repassou a concessão que havia recebido do governo à companhia britânica Telegraph Construction Maintenance Co.. A empresa incorporou a concessão para a instalação de outros cabos submarinos, o que lhe rendeu o monopólio da exploração dos serviços de telecomunicações internacionais no Brasil por 60 anos, por meio de decreto. Dois anos após a concessão inicial à Telegraph, os direitos de exploração foram repassados para a também britânica Western and Brazilian Telegraph Co., que controlou parte das telecomunicações de longa distância no Brasil até 1973.

⁸³ A International Telephone & Telegraph foi criada em 1920 após a compra, em 1914, de companhias porto-riquenhas e cubanas de telecomunicação. Poucos anos após sua criação, a empresa foi responsável por consolidar o mercado de telecomunicações espanhol através da criação da Telefónica (à época Compañia Telefónica Nacional de España), da qual era uma das principais acionistas. Entre as décadas de 1960 e 1970, a companhia alçou o status de conglomerado a partir da aquisição de empresas em diferentes indústrias (transporte, hotelaria e energia, entre outras). A ITT deixa o setor de telefonia durante a década de 1980, com a venda da ITT Telecomunications para a francesa Alcatel.

A Western foi responsável pela instalação do primeiro telefone no Brasil, em 1876, no Rio de Janeiro, como presente para D. Pedro II. As primeiras linhas comerciais foram instaladas três anos depois, em 1879, no Rio de Janeiro pelo empresário Paul Charles Burke, que havia recebido concessão para instalar a rede de telefonia na capital do Império. Após um incêndio em suas instalações, a concessão foi repassada para um grupo alemão, mas o empreendimento foi vítima do mesmo evento.

No início do século XX, o grupo anglo-canadense Light & Power, que explorava serviços de eletricidade e transporte urbano no Rio de Janeiro, criou a CTB – Companhia Telefônica Brasileira, e foi responsável pela instalação mais organizada das linhas de telecomunicações na então capital da República. Nos anos seguintes, expandiu as linhas para São Paulo, Belo Horizonte e algumas cidades da região Sudeste. A CTB concentrou suas operações nas regiões de maior tráfego comercial e nos bairros de famílias ricas, e não parecia interessada em disputar o mercado de longa distância, dominado pela Western. Mesmo após a expiração de seu monopólio, a empresa manteve posição dominante, pois as empresas estrangeiras interessadas em disputar o mercado eram taxadas pelo Departamento de Correios e Telégrafos, enquanto a Western estava dispensada de tal obrigação econômica (RODRIGUES, 2009, p. 15-18).

A história da telegrafia no Brasil foi, por décadas, dominada pelos interesses comerciais estrangeiros. Já a radiotelegrafia⁸⁴, por meio de um decreto do Congresso, garantia a exploração desse serviço como competência exclusiva da União, reafirmada por leis nas décadas de 1920 e 1930 (PARETO NETO, 1976). Até a década de 1960, diversos instrumentos normativos (resoluções federais, decretos, disposições constitucionais) foram instituídos. A exploração das redes de telecomunicações atendia a necessidades técnicas ou demandas políticas e foi feita de forma fragmentada e desordenada, o que criou dificuldades para a organização efetiva do sistema (RAMOS, 2006).

O histórico do desenvolvimento das telecomunicações no Brasil apresenta de forma didática como foi estruturado o modelo de exploração dos serviços. Ele nos revela a existência de um duopólio, compartilhado por um Estado semicolonial e por um poderoso grupo empresarial estrangeiro. O Estado cuidava das comunicações interioranas; e a Western e seus sócios, das ligações entre o Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Belo Horizonte e destas com o exterior. Esse modelo reproduzia o caráter dependente e exportador primário da economia

⁸⁴ Sistema de telegrafia que utiliza ondas radioelétricas para a transmissão de radiogramas.

brasileira, no qual comunicar-se com os centros do capitalismo era mais importante e decisivo do que com a própria estrutura interna do país que se desenvolvia.

Nos países do capitalismo central, os modelos institucionais garantiam os interesses internos de cada uma das nações. Nos Estados Unidos, por exemplo, a opção foi por um monopólio privado nacional, concedido à AT&T, que garantiu a expansão para os lares norte-americanos. Nos países europeus ocidentais, a herança dos correios e telégrafos garantiu o monopólio para as PTTs – Postal, Telegraph and Telephone, autarquias governamentais que regulavam e operavam os sistemas internos e externos de comunicação. No Brasil, a subordinação às corporações estrangeiras levou ao atraso, situação só parcialmente mudada com a criação da Embratel, em 1965.

A radiodifusão no Brasil, outro setor das telecomunicações, tem início em 1922. No dia 7 de setembro, o discurso do presidente Epitácio Pessoa foi transmitido por meio de uma antena instalada no morro do Corcovado para receptores importados e instalados em Niterói, Petrópolis e São Paulo. Já a primeira emissora de rádio oficial foi instalada em 1923, com a criação, por Roquete Pinto e Henry Morize, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro⁸⁵, que posteriormente foi doada ao governo e existe até hoje sob o nome de Rádio MEC. O modelo inicial era baseado em mensalidades pagas pelos detentores de receptores, e sua programação, voltada para a elite carioca, apresentava óperas, recitais de poesia e concertos, com a proibição de anúncios de publicidade.

Nos anos 1930 surgiram outras emissoras de rádio no Rio de Janeiro e nas principais cidades brasileiras, consolidando um novo modelo de exploração com a autorização para veicular 10% de publicidade na grade de programação. Configurava-se, assim, um modelo hegemônico caracterizado pelo domínio privado e com fins lucrativos e que perdura na radiodifusão aberta até hoje. Nas duas décadas seguintes, o rádio popularizou-se, favorecendo grande impulso ao processo de desenvolvimento técnico e artístico.

Já a televisão brasileira começou a se desenvolver no final dos anos 1950 sob o impacto da importação, por Assis Chateaubriand, de toneladas de equipamentos (1959) da norte-americana RCA para a inauguração da TV Tupi Difusora, em São Paulo. Inicialmente sob influência do rádio, utilizou-se de sua infraestrutura, técnicos e artistas e, consequentemente, de um formato semelhante de programação. Porém, diferentemente do rádio – que nasceu com inspiração não comercial –, sua organização embrionária já apontou para um sistema baseado

⁸⁵ Apesar da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ser reconhecida como a primeira estação de rádio brasileira, existem controvérsias: alguns pesquisadores consideram a Rádio Clube de Pernambuco, no Recife, quatro anos antes, ou seja, em 1919.

no predomínio de emissoras comerciais. Esse modelo era diverso do adotado em países do capitalismo central – exceto EUA –, que optaram por priorizar o fortalecimento de emissoras públicas, com financiamento, dependendo do país, seja com o pagamento de taxas pelos consumidores, seja com alocação de recursos do próprio Estado.

No começo dos anos 1960, 15 emissoras de TV operavam nas cidades mais importantes do país. Foi justamente nesse período que o consumo de produtos industrializados cresceu e se massificou: quando as emissoras tornaram-se economicamente viáveis para o mercado e começaram a competir pelas verbas de publicidade, passando a exercer mais forte influência sobre os hábitos de consumo da sociedade brasileira.

Nos anos 1960, algumas ações demonstram um esforço de desenvolvimento do setor de telecomunicações e iniciativas para escapar do domínio das empresas estrangeiras. No plano institucional, foi aprovado, por pressão dos radiodifusores, o CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117, 27 de agosto de 1962), que passava a orientar a exploração dos serviços das telecomunicações e da radiodifusão no país. O CBT criava o Contel – Conselho Nacional de Telecomunicações (Lei nº 5.024, 10 de junho de 1966), um organismo, centralizado no Poder Executivo, a quem coube regulamentar as telecomunicações e a radiodifusão, também denominada de Comunicação Social Eletrônica – excluindo o cinema, que historicamente foi vinculado ao Ministério da Justiça, responsável por sua classificação indicativa. O Conselho foi extinto em 1967 a partir da criação do Ministério das Comunicações⁸⁶.

No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola estatizou, em 1962, a Companhia Telefônica Rio-Grandense, subsidiária da norte-americana ITT, e no Rio de Janeiro o governador Carlos Lacerda criou a Cetel – Companhia Estadual de Telefone da Guanabara. Em outras cidades, o serviço telefônico era explorado pelos governos municipais e havia cerca de 900 companhias telefônicas espalhadas por todo o país. Nos dois primeiros casos, havia um objetivo claro que era o de ampliar o controle nacional sobre os meios de comunicação que se desenvolviam no país e que estavam sob o controle de empresas transnacionais.

A regulação proposta pelo CBT trazia ainda uma outra determinação: a formação de uma empresa estatal para instalar e operar troncos de comunicação de longa distância. Instituiu, também, um Fundo Nacional de Telecomunicações e que seria alimentado por uma taxa cobrada nas contas telefônicas. Após três anos da criação do Código, em 1965, o governo criou

⁸⁶ O Ministério das Comunicações foi extinto em 2016 por reforma proposta pelo governo que tomou posse após o impeachment de Dilma Rousseff (Lei nº 13.341, 29 de setembro de 2016), passando a fazer parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o qual foi transformado em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

a Embratel, dando início à construção de uma rede de troncos de micro-ondas, ampliando o controle sobre a infraestrutura material, e nacional, de telecomunicações. Entre 1967 e 1972, a Embratel conectou as principais cidades e regiões do país por meio da discagem direta à distância (DDD), permitindo a ligação entre os municípios mais importantes.

Apesar da ampliação do sistema de comunicações do país, a expansão da telefonia fixa urbana só começou em 1972, com a criação da Telebrás, empresa holding de um sistema de empresas-polo estaduais (antigas “teles”) e da Embratel. As antigas companhias telefônicas municipais foram absorvidas pela Telebrás, que ficou responsável pelo investimento na modernização e expansão das redes telefônicas. O financiamento dessa expansão ocorreu por meio da oferta de “planos de expansão”, nos quais o consumidor adquiria um lote de ações da Telebrás e garantia a instalação de novas linhas no local solicitado no prazo máximo de dois anos. Esse processo garantiu à Telebrás uma forma de financiar o espraçamento das linhas telefônicas pelo território nacional, além da abertura e pulverização de seu capital.

O esforço para a consolidação de um sistema nacional de telecomunicações também se verificou na radiodifusão, com a criação de redes de televisão. A Globo⁸⁷, por exemplo, contou com o valoroso apoio privilegiado da Embratel, que abriu linhas de crédito para a compra de televisores e filiou-se ao consórcio de satélites Intelsat, que permitiu inicialmente a transmissão de eventos ao vivo entre Rio de Janeiro e São Paulo e, depois, para os demais estados e regiões. O Jornal Nacional nasce na esteira desse processo, em 1969.

O modelo de radiodifusão baseou-se na exploração privada dos serviços e favoreceu o aparecimento e concentração de emissoras – e da produção audiovisual – no eixo Rio-São Paulo. Tal concentração acabou por restringir o surgimento de novos polos produtores e difusores de conteúdo regional e reafirmou uma relação de poder centrada nesse eixo. O domínio dos meios técnicos por poucos grupos favoreceu a montagem de agências próprias de notícias que passaram a se relacionar com a imprensa regional de modo semelhante à relação estabelecida entre as agências internacionais e a imprensa dos países periféricos.

Um outro aspecto relativo ao poder de regulação, concessão e fiscalização dos serviços de radiodifusão foi a centralização das ações e decisões no Ministério das Comunicações no período da ditadura civil-militar (1964-1985), resultando no estabelecimento de relação promíscua entre o poder Concedente – o Estado – e as emissoras. Outras duas características desse processo foram a precariedade da fiscalização do conteúdo veiculado pelas

⁸⁷ A Globo foi criada em 1965 e teve, inicialmente, “apoio” técnico e financeiro do grupo norte americano Time-Life. As vantagens dessa relação permitiram que a Globo que se beneficiasse dos dólares e da experiência gerencial estrangeira.

concessionárias e a ausência do controle público e social sobre as concessões, que se mantiveram mesmo após o processo de redemocratização dos anos 1980.

O programa implementado pelos governos militares nas telecomunicações apresentou resultados: entre 1972 e 1975 o número de linhas telefônicas quase dobrou, passando de 1,4 milhão para 2,2 milhões, chegando a 4,6 milhões em 1978. Entre 1970 e 1990, a planta instalada de terminais telefônicos cresceu 500%. Na radiodifusão não foi diferente: o número de residências com aparelhos de TV em 1960 no Brasil saltou de menos de 500 mil para quase 30 milhões em 1980; os índices de cobertura da TV aberta cresceram aceleradamente e em 1986 os sinais da Rede Globo chegavam a 99,2% dos domicílios brasileiros (RAMOS, 2006). Tal crescimento, porém, não garantiu o cumprimento da função essencial da televisão como instrumento de garantia e fruição do direito à informação e à liberdade de expressão.

No campo das comunicações, formas aparentemente diversas de produção de informação, transmissão e fruição de bens culturais são articuladas pela mesma base técnico-industrial que compõe uma importante cadeia produtiva, fornecedora de bens⁸⁸ para as empresas de telecomunicações e radiodifusão e para os consumidores. Mais recentemente, a indústria de TI – Tecnologia da Informação – passou a fazer parte dessa mesma cadeia produtiva com os semicondutores, os chips e os diversos softwares destinados às mais distintas funções que integram diferentes equipamentos.

Nos primeiros dez anos do regime militar, o acelerado desenvolvimento das telecomunicações realizou-se por meio de importações de bens e serviços para a instalação de sua infraestrutura material, mas também possibilitou o desenvolvimento de importante indústria eletrônica que foi capaz de atender às demandas do Sistema Telebrás e dos usuários finais dos sistemas de telecomunicações e radiodifusão. O desenvolvimento desse tipo de indústria – eletrônica e eletroeletrônica – contou com uma estratégia de desenvolvimento tecnológico e científico que se apoiava no Centro de Pesquisas Padre Landell de Moura - CPqD, localizado em Campinas, e que foi responsável, entre outros, pelo desenvolvimento do sistema de telefonia pública operado por cartão indutivo, substituindo o sistema de fichas, e da tecnologia nacional para a produção de fibra ótica (DANTAS, 2002).

⁸⁸ Entre esses bens indispensáveis – uns mais e outros menos, dependendo do período histórico e do estágio de desenvolvimento das tecnologias – para a plena realização dos serviços de telecomunicações e radiodifusão temos: terminais de acesso, como os televisores, aparelhos de rádio, telefones, antenas, transmissores, cabos, centrais de comutação, satélites, videocassetes, tocadores de discos de vinil, fitas cassete, tocadores de CDs e os diversos tipos de armazenadores de informação digital, como iPods, Mp3, Mp4, computadores e telefones celulares; dentro dessa cadeia produtiva estão inclusos os suportes que armazenam informações como CDs, DVDs e equipamentos para a produção audiovisual, como câmeras, microfones, ilhas de edição etc.

Nesse contexto, parte das indústrias nacionais associou-se a empresas estrangeiras, tornando-se cativas no consumo de tecnologias de fornecedores estrangeiros que estavam associados ativamente ao desmonte do projeto de introduzir o país num modelo industrial e com produção de tecnologias semelhante ao das autarquias de alguns países desenvolvidos. O exemplo mais conhecido dessa associação para a dependência foi o caso que envolveu a Ericsson (Suécia), a Siemens (Alemanha) e a ITT (Estados Unidos) com os grupos nacionais Hering, Monteiro Aranha e Pereira Lopes, respectivamente, para driblar a reserva de mercado existente nos anos 1980. Desde o governo Collor, esse setor da indústria – eletrônica e eletroeletrônica – foi absorvido por empresas transnacionais, num intenso processo de aquisições. A acentuação do paradigma da dependência em relação a pesquisa, produção e distribuição de novas máquinas, com novas tecnologias, se aprofundou de maneira substantiva na década de 1990, com o alinhamento ideológico dos governos do período aos ajustes neoliberais propostos pelas agências internacionais – FMI, GAAT-OMC e Banco Mundial – e a introdução do país na globalização.

4.2 As telecomunicações no Brasil pós anos 1980: privatização do setor e a construção de um oligopólio por empresas privadas transnacionais

Um outro elemento do desenvolvimento das telecomunicações no Brasil e no mundo é o da TV por assinatura ou TV a cabo. Esse novo mercado nasce nos Estados Unidos nos anos 1950 por iniciativa de comerciantes de eletrodomésticos que viam como um problema a qualidade da recepção dos sinais de rádio e televisão que chegavam a algumas regiões. Tais empresários – comerciantes – visavam a ampliar a venda de aparelhos eletroeletrônicos desenvolvendo uma alternativa para a distribuição via cabo de sinais de televisão que, entre 1950 e 1970, limitava-se a distribuir a programação da televisão aberta. No início dos anos 1970 duas empresas iniciam a produção e distribuição de conteúdo adicional ao já disponível na TV aberta. Em 1975 a HBO⁸⁹ começou a distribuir seu sinal via satélite para operadoras de TV a cabo nos Estados Unidos, promovendo o surgimento de algumas centenas de novas redes e de um novo modelo de produção e exploração de serviços de televisão (HOINEFF, 1991: 2004).

No Brasil, o tema começa a aparecer em leis, códigos e regulamentos com a tentativa de reformulação do Código Brasileiro de Telecomunicações no governo do general João

⁸⁹ A HBO – Home Box Office foi o primeiro grupo comercial de TV a cabo, 1972; originalmente pertencia ao grupo Time Life e hoje é parte do grupo Warner Bros; a Warner, por sua vez, é uma produtora e distribuidora estadunidense de filmes e entretenimento televisivo - subsidiária do grupo Time Warner - fundada em 4 de abril de 1923 pelos irmãos Warner.

Figueiredo, mas a proposta teve oposição por parte dos radiodifusores e do Congresso Nacional (RODRIGUES, 2009, p. 28). A regulamentação da TV a cabo no Brasil tem início no governo José Sarney por meio do Decreto nº 95.744/88⁹⁰ – Regulamento do Serviço Especial de Televisão por Assinatura – e da Portaria nº 250/ 89 – Regulamento da Distribuição de Sinais de Televisão – DISTV – por meios físicos a usuários. Um fato que não pode nos escapar é que quem assina a Portaria nº 250/89⁹¹ é Antônio Carlos Magalhães, à época Ministro das Comunicações. A regulamentação da distribuição de sinais de TV por meio físico no país colocou o serviço fora do monopólio das telecomunicações, explorado naquele momento pelo Sistema Telebrás, o que significou o estabelecimento de um mercado privado para essa finalidade.

O curto governo Collor distribuiu, entre 1990 e 1991, 102 autorizações para a exploração desse serviço, em sua maioria a pequenos empresários, familiares e amigos de representantes do Congresso Nacional. O único limite imposto era a distribuição de no máximo 20 sistemas para cada Unidade da Federação. Dos grupos de comunicação do país, apenas a RBS⁹² teve interesse nas autorizações, recebendo quatro em Santa Catarina e doze no Rio Grande do Sul. Ainda em 1991 o governo transformou o DISTV em Serviço Especial de TV a Cabo, o que interrompeu a distribuição de novas autorizações e, ao mesmo tempo, “liberou” a comercialização das outorgas que já haviam sido concedidas.

A regulamentação do Serviço Especial de TV a Cabo foi palco de debates entre 1992 e 1995, sendo aprovada pela Lei nº 8.977/95⁹³, que foi sancionada por Fernando Henrique Cardoso – FHC. A aprovação da regulamentação sob FHC ganha relevo, pois é em seu governo que se intensifica o processo de privatização das empresas estatais de telecomunicações, transportes e de produção e distribuição de energia. O Programa Nacional de Desestatização tem início no governo Collor, a partir da aprovação da Lei nº 8.031/90⁹⁴ que criou o Programa, mas foi alterado no governo FHC pela Lei nº 9.491/97⁹⁵. O programa fazia parte das recomendações dos organismos internacionais – FMI, Banco Mundial e OMC – e estava

⁹⁰ Regulamentação do serviço especial de televisão por assinatura, decreto 95.744, 23 de fevereiro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D95744.htm>. Acesso em: 3 jan. 2018.

⁹¹ Portaria nº 250, 13 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/hotsites/coletanea_normas/TextoIntegral/NOR/prt/minicom_19891213_250.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

⁹² A Rede Brasil Sul – RBS é um grupo de comunicação do Rio Grande do Sul dirigido pelos irmãos Sirotsky e afiliada da Rede Globo.

⁹³ A lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995, foi revogada em 2011 e substituída pela nova lei da TV a cabo nº 12.485/11, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8977.htm>. Acesso em: 3 jan. 2018.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm>. Acesso em: 3 jan. 2018.

⁹⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm#art35>. Acesso em: 3 jan. 2018.

alinhado aos objetivos e metas da globalização da economia, assim, o setor de telecomunicações foi um dos principais alvos. Para ampliar a rede de telecomunicações, bem como as estratégias do neoliberalismo pelo mundo, era necessário enfrentar o monopólio desse mercado que estava sob domínio dos Estados.

O primeiro governo de FHC (1995-1998) foi responsável pelo decisivo impulso no processo de quebra dos monopólios estatais e da privatização de empresas públicas. A lei das Concessões (nº 8.987/95⁹⁶) colocou nas mãos da iniciativa privada a possibilidade da exploração dos serviços públicos, transferindo a operação de setores fundamentais da nova economia, agora globalizada, para as mãos de grupos empresariais, nacionais e estrangeiros. Para viabilizar seu projeto de Reforma do Estado nas telecomunicações, FHC e seus aliados propuseram, e aprovaram, no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 8⁹⁷, alterando o artigo 21 em seus incisos XI e XII. A alteração do texto da Constituição Federal criou condições institucionais para a participação do capital privado na exploração dos serviços públicos de telecomunicações, o que era garantido exclusivamente ao Estado desde o regime militar e que se tornara item constitucional em 1985 (Emenda nº 27/85⁹⁸) e fora revalidado pelo texto da Constituição aprovada no dia 5 de outubro de 1988.

A Emenda Constitucional nº 8 não alterou apenas o estatuto para as telecomunicações, mas era parte de um amplo elenco de reformas na ordem econômica: o fim do monopólio do petróleo, do gás canalizado, da exploração do subsolo, da navegação de cabotagem, da operação de estradas, portos e aeroportos, além de por fim à distinção entre empresa brasileira de capital nacional e de capital estrangeiro. Essa medida constitui-se como elemento central para a entrada de empresas estrangeiras nos diversos ramos da economia e para a aquisição de empresas nacionais pelo capital estrangeiro e companhias transnacionais. Nas telecomunicações, a alteração do Inciso XI do art. 21⁹⁹ suprimiu a expressão “a empresas sob controle acionário estatal”, o que permitiu a outorga da exploração de serviços públicos de telecomunicações a empresas privadas.

Outro aspecto importante da alteração do texto constitucional foi a separação entre os serviços de telecomunicações – telefonia, transmissão de dados e TV por assinatura – e os

⁹⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8987cons.htm>. Acesso em: 3 jan. 2018.

⁹⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc08.htm>. Acesso em: 3 jan. 2018.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc27-85.htm>. Acesso em: 3 jan. 2018.

⁹⁹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 4 jan. 2018.

serviços de radiodifusão – rádio e televisão. Desse modo, as futuras regulamentações para as telecomunicações não teriam qualquer ingerência efetiva sobre o rádio e a televisão abertos, preservando os interesses dos grupos nacionais – proprietários de emissoras de rádio e televisão, forte grupo de pressão no Congresso Nacional – que dominaram essas estruturas desde o seu início. Essa separação foi artificial, fruto de uma elaboração política, pois não encontra abrigo no campo da ciência, especialmente em tempos de digitalização das comunicações (RAMOS, 2006).

A abertura do mercado de telefonia celular e o processo de reestruturação do Sistema Telebrás foram acompanhados por nova institucionalidade: a aprovação da Lei Geral das Telecomunicações (Lei nº 9.472/97)¹⁰⁰. A lei propunha um novo modelo de mercado com as seguintes características: a busca do acesso universal aos serviços básicos de telecomunicações; o aumento da possibilidade de oferta de serviços, em termos de quantidade, diversidade, qualidade e cobertura; o estabelecimento de competição justa entre os prestadores de serviço; a busca de preços razoáveis para os serviços de telecomunicações; o *incentivo ao aumento da participação de capitais privados, nacionais e estrangeiros na atividade de telecomunicações*; a garantia do uso eficiente do espectro radioelétrico, bem como qualquer outro meio natural limitado que seja utilizado na prestação de serviços de telecomunicações.

Outro aspecto fundamental da Lei Geral das Telecomunicações foi a criação, em 1997, da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, com formato institucional que propunha que seus diretores gozassem de mandato fixo, sendo escolhidos pelo presidente da República e chancelados pelo Senado. Textualmente coube à ANATEL organizar a exploração dos serviços de telecomunicações, disciplinar e fiscalizar sua execução, comercialização e uso dos serviços, implantar e fazer funcionar as redes de telecomunicações, bem como a utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências (art. 1º). Também passou a ser função da Agência adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações do país, com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade (art. 19º).

Destacam-se ainda nas competências da Agência: adoção de medidas para impedir a monopolização do mercado, reprimir infrações à ordem econômica, e estimular a participação ativa do setor de telecomunicações brasileiro no contexto internacional. À Agência restou

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9472.htm#art215>. Acesso em: 4 jan. 2018.

também a prerrogativa de propor políticas setoriais ao Executivo, que as submeteria ao Congresso.

Mas, por que essa fixação na constituição de uma nova institucionalidade para o setor de telecomunicações? O motivo era bastante objetivo: para o governo FHC era fundamental que ela garantisse a participação do capital estrangeiro no processo de privatização das telecomunicações – Sistema Telebrás –, que ocorreu por meio de leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 29 de julho de 1998, garantindo a validade dos contratos que viriam a ser realizados sob os mais diversos formatos. O setor de telecomunicações no Brasil foi privatizado com a participação irrestrita de capital estrangeiro, modelo distinto do adotado por países como França, Alemanha, Espanha, Coreia e outros. Nesses países foi mantida uma grande operadora nacional para atender ao conjunto da sociedade e dar suporte às políticas industrial-tecnológicas, sem inibir a formação de um mercado concorrencial onde isso fosse possível (RODRIGUES, 2009, p. 30-35).

Existe ainda um outro fator de distinção em relação ao processo de privatização das telecomunicações no Brasil e os países anteriormente citados: neles, antes da oferta de ações para o mercado, foi realizada uma oferta pública para a sociedade, para os cidadãos de cada país, criando condições, pelo menos inicialmente, para que as ações das empresas privatizadas, e a sua propriedade, fossem pulverizadas. No Brasil, a oferta pública da venda das estatais foi feita apenas para que grandes grupos participassem do processo, nacionais ou estrangeiros. Lentamente, os proprietários das ações distribuídas quando da compra dos planos de expansão do Sistema Telebrás foram recompradas para uma recomposição dos lotes de ações das empresas.

O processo de privatização, apesar de dirigido pelo governo, foi realizado nas bolsas de valores de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esse fato não pode passar despercebido quando, ao lermos o Programa Nacional de Desestatização de FHC, conduzido pelo professor Luiz Carlos Bresser Pereira, à época ministro da Administração e Reforma do Estado, ele nos revela que um de seus objetivos fundamentais era o de desenvolver justamente o mercado de capitais no país: “Art. 1º, Inciso VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o Programa”¹⁰¹.

Nesse momento peço licença para uma breve digressão sobre o tema do mercado de capitais, que não é tema central de capítulo. Nos anos 1990, o Estado brasileiro não apenas

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm>. Acesso em: 4 jan. 2018.

contribuiu para o fortalecimento do mercado de capitais, mas foi um de seus agentes ativos. Esse mercado passou a constituir-se como um dos polos nodais, e centrais, da globalização econômica. É por meio de sua atuação que uma extensa rede de trânsito de capitais irá se realizar.

As bolsas de valores brasileiras, nos anos 1990, passaram por intenso processo de transformação, tanto no que se refere ao seu papel na estrutura econômica do país, como em suas formas de operação. Como sinal desse processo de transformação, a Bolsa de Valores de São Paulo, em 1997, intensifica a utilização das novas tecnologias que se desenvolviam e implanta um sistema de negociação eletrônica, Mega Bolsa, que não só ampliou o volume potencial de processamento de informações como também abriu novas possibilidades de negociação de papéis – ações e títulos. No ano 2000, as atividades das bolsas de valores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Brasília, Extremo Sul, Santos, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Paraná e a Bolsa Regional são integradas pela Bovespa que passa a concentrar toda a negociação de ações do país¹⁰², inclusive os títulos da dívida pública – Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional são os principais formatos.

No final de 2007, a Bovespa – incluindo a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e a Bovespa Supervisão de Mercado (BSM) – e a Bolsa de Mercadorias & Futuros *deixaram de ser associações civis sem fins lucrativos e tornaram-se sociedades de capital aberto*, listadas no Novo Mercado, o das Bolsas de Valores. Em maio de 2008, a BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros e a BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo realizam mais um processo de fusão e criam a BM&FBOVESPA. *Pari passu*, a forma de operação e de administração do sistema de negócios se altera. As novas tecnologias da comunicação são rapidamente incorporadas à administração do negócio. A imagem mais emblemática da transição na operação BM&FBOVESPA foi o fim do pregão viva-voz no dia 30 de junho de 2009. A partir desse momento, o mundo dos negócios da única bolsa de valores do Brasil se transfere definitivamente para o mundo virtual. Operadores do mercado continuam o seu trabalho, mas agora nas corretoras de valores, bancos de investimentos ou em home office, com três instrumentos básicos: um computador, um acesso à Internet e um telefone celular. A transformação e concentração do mercado de capitais é apenas uma das faces da globalização econômica e financeira.

¹⁰² Sobre um breve histórico da BM&FBOVESPA, disponível em: <<http://www.acervobmfbovespa.com.br/History>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

Retomando o tema abandonado nos parágrafos anteriores, na privatização do setor de telecomunicações o governo FHC apoiou-se no Plano Geral de Outorgas – PGO (Decreto nº 2.534/98, substituído pelo Decreto nº 6.654/08 no primeiro governo Lula¹⁰³), que fixava parâmetros gerais para fomentar a concorrência no setor. O modelo geral foi dividido entre os três setores das telecomunicações que foram objeto da concessão pelo Estado: telefonia fixa, telefonia celular e TV por assinatura.

Na telefonia fixa, o país foi dividido em quatro grandes regiões, e o PGO definia que três empresas regionais deveriam explorar (região I, II e III), dentro de sua região de concessão, os serviços locais e interurbanos, intraestadual e interestadual. A concessionária da região IV exploraria os serviços intraestadual, interestadual e internacional em todo o país. Nos leilões de privatização, a região I – Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – foi adquirida pela Telemar. A região II – Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – foi adquirida pelo Grupo Telecom; e a região III – São Paulo – foi adquirida pelo grupo Telefônica de Espanha (Espanha). Já a região IV foi adquirida pela MCI (EUA). Para criar um ambiente de concorrência, foram realizados também leilões de empresas espelhos¹⁰⁴ (RODRIGUES, 2009, p. 35-38).

Já na telefonia móvel¹⁰⁵ – que teve início com a Telerj em 1990, e era então denominada Serviço Móvel Celular (SMC), e se estendeu pelo país entre 1991 e 1992 por meio da Telebrás – foram fixados contratos de concessão outorgados pela União, divididos inicialmente em banda “A” (controle estatal) e banda “B” (controle privado). O país foi então fracionado em 10 áreas após o processo de cisão da Telebrás, e a privatização ocorreu no mês de julho de 1998, mas sem a obrigação da universalização do serviço.

¹⁰³ Plano Geral de Outorgas de Serviços de Telecomunicações, Decreto nº 2.534/98, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2534.htm>. Acesso em: 4 jan. 2018; Plano Geral de Outorgas de Serviços de Telecomunicações, Decreto nº 6.654/08, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6654.htm#art3>. Acesso em: 4 jan. 2018.

¹⁰⁴ Para cada empresa privatizada criou-se uma empresa espelho que estava autorizada a oferecer exatamente o mesmo serviço e fazer concorrência à ex-estatal. Foram empresas espelho: Intelig da Embratel, a Vésper S/A da Telemar, a Vésper São Paulo S/A da Telefônica e a GVT da Brasil Telecom.

¹⁰⁵ O princípio que organiza o sistema de telefonia móvel é o mesmo que deu origem aos sinais de rádio: ondas de energia elétrica que se propagam pelo ar a partir de um transmissor potente, que cobre uma grande área de recepção de sinais. Para o sistema de telefonia móvel, a mudança que ocorreu foi a substituição do transmissor de ondas de rádio mais potente por vários transmissores menos potentes que cobrem áreas menores. Cada uma dessas áreas menores, célula – daí o nome celular –, é servida por uma Estação de Rádio-Base, onde estão as antenas de transmissão e recepção. No tempo presente, é muito comum andarmos por regiões com centenas de antenas transmissoras e receptoras de sinal.

A aprovação da Lei da TV a cabo, e posterior sanção por FHC no início de 1995, ocorreu antes da conclusão da privatização do Sistema Telebrás e teve seu início já marcado pela exploração de serviços de telecomunicações por empresas privadas, com a abertura do setor para participação de capital estrangeiro até um limite de 49%, conforme o art. 7º, inciso I da referida lei. Outras duas modalidades de TV por assinatura – o DTH (Direct To Home), por satélite, e o MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service), por micro-ondas – foram enquadradas dois anos depois como Serviço Especial de Telecomunicações pelo Decreto nº 2.196/97, e sem nenhuma restrição para participação de capital estrangeiro.

Em seus primeiros anos, o mercado de TV por assinatura contou com a atuação dos principais grupos brasileiros como empacotadores do conteúdo produzido pela indústria internacional de audiovisual, especialmente a norte-americana. Inicialmente o mercado ficou dividido entre a NET Serviços – Grupo Globo – e a TVA – Grupo Abril –, com a participação das empresas internacionais. O serviço de DTH foi implantado por meio de uma associação de empresas regionais com grupos internacionais. O grupo Abril associou-se à Hughes Electronics, subsidiária da General Motors, e ao grupo Cisneros, da Venezuela, para criar a DirectTV¹⁰⁶. O grupo Globo, por sua vez, estabeleceu uma aliança com a News Corp.¹⁰⁷, do empresário australo-americano Rupert Murdoch, e com a Televisa, do empresário mexicano Emílio Azcárraga Jean, para o lançamento da Sky¹⁰⁸.

Desde o início da operação dos diferentes serviços de TV por assinatura no Brasil, ocorreram mudanças no controle das empresas que fortaleceram a presença do capital estrangeiro. A evolução tecnológica permitiu aos exploradores desse serviço a utilização de cabos terrestres para ofertar, por meio de suas redes, produtos antes inexistentes ou possíveis apenas nas redes administradas pelas concessionárias do Serviço de Telefonia Fixa. O destaque ficou por conta da oferta de acesso à Internet em banda larga, por cabo coaxial ou fibra óptica.

Na transição do século XX para o início do XXI, o desenvolvimento, e espraio, do uso de novas tecnologias em todos os setores da vida social – economia, política, sociedade e cultura – está sendo acompanhado pela convergência dos fluxos de informação e das tecnologias. Aparelhos – telefone, Mp3, Mp4, Disc man, TV, tablets e computador pessoal, entre outros – e relações e usos distintos – ouvir música, escrita ou leitura de um texto, troca de informações de forma pública ou privada, acesso a informações, entre outros – parecem

¹⁰⁶ A DirectTV Brasil passou a ser controlada em 2007 pela Sky; hoje o controle acionário da Sky é da DirecTV Latin America, do grupo norte-americano AT&T Entertainment and Internet Services.

¹⁰⁷ A News Corp., ou News Corporation, foi fundada em 1979 na Austrália e em 2004 nos Estados Unidos; em 2012, a empresa foi dividida em duas partes: 21st Century Fox e News Corp.

¹⁰⁸ A Sky hoje tem como acionista majoritário a empresa norte-americana DirectTV Latin America.

convergir, nos últimos anos, para o smartphone, o aparelho multiuso que realiza a convergência, articulando diversas formas de comunicação de homens e mulheres na contemporaneidade. A mudança da centralidade das relações pode se realizar pela ampliação dos fluxos de comunicação do sujeito com o mundo.

Essa convergência funciona como um sistema de partículas ou de um feixe de radiação cujas trajetórias ou raios convergem para um único ponto: a comunicação. A infraestrutura de acesso à comunicação e a propriedade desses meios, no Brasil, como descrito anteriormente, convergiu, na transição do século XX, para a concentração econômica e política de empresas transnacionais. Convergência de bens, produtos e serviços de tecnologia. Convergem a infraestrutura dos serviços de acesso, produtos – softwares – e bens – hardwares.

Na infraestrutura de acesso da rede de telecomunicações no Brasil, decorridos 20 anos do processo de privatização do Sistema Telebrás, dominam as seguintes empresas: TIM (TIM Participações, controlada pela Telecom Itália), VIVO (Telefônica Brasil, controlada pela espanhola Telefónica S/A), CLARO (Claro Telecom Participações, controlada pela América Móvil, do empresário mexicano Carlos Slim), OI (Grupo OI, controlada por associação luso-brasileira), Nextel (NEXTEL Telecomunicações, subsidiária da norte-americana NII Holdings, Inc.) NET (também da América Móvil, mas com associação com Grupo Globo, controlada pela família Marinho) e SKY (Sky Serviços de Banda Larga, controlada pela DirectTV Latin America da também norte-americana AT&T Corporation). Todas são, sem exceção, controladas por grupos transnacionais que projetaram seus negócios no país sob a globalização econômica.

No que se refere ao mercado das máquinas e equipamentos eletroeletrônicos – hardwares – com novas tecnologias para acesso à nova rede de comunicações no Brasil – TVs-smartTVs, celulares-smartphones, tablets ou tocadores de áudio digital, projetores e computadores, entre outros –, também dominam grupos transnacionais oligopolizados: SONY (Sony Corporation, empresa japonesa), LG (LG Group, empresa sul-coreana), PHILCO (originalmente norte-americana, hoje controlada pela Royal Philips Electronics, empresa holandesa), TOSHIBA (empresa controlada por japoneses), CISCO (Cisco System, Inc., empresa norte-americana), PANASONIC (Panasonic Corporation., empresa japonesa), APPLE (Apple Inc., controlada por norte-americanos), DELL (Dell Inc., empresa norte-americana), LENOVO (Lenovo Group Ltda., grupo controlado por chineses), SAMSUNG (Samsung Electronics Inc., controlada por sul-coreanos), ASUS (Asus Tek Computer Inc., empresa taiwanesa), AOC (AOC International, empresa taiwanesa), MOTOROLA (Motorola Mobility, fundada por norte-americanos e hoje sob controle do Lenovo Group Ltda.), POSITIVO

(Positivo Informática S/A, empresa brasileira produtora de computadores e de softwares), QUALCOMM (Qualcomm Technologies, Inc., empresa norte-americana produtora de processadores para celulares), INTEL (Intel Corporation, empresa norte-americana de produção de semicondutores ou processadores) e AMD (Advanced Micro Devices-AMD, também norte-americana e produtora de semicondutores). Todos esses grupos foram beneficiados, desde os anos 1990, com a abertura do comércio internacional por meio do fim das barreiras alfandegárias.

A produção de softwares, fundamental para que as máquinas funcionem, também segue o mesmo caminho, qual seja, o de um oligopólio da produção e distribuição de mercadorias e sentidos. Os softwares, ou suportes lógicos, são definidos como sequências de instruções que formatam os caminhos a serem seguidos e/ou executadas pelos usuários das novas tecnologias da informação. Essas sequências, executadas por um computador ou máquina semelhante, inclui não só o programa, mas também manuais e especificações. Em suas definições, um aspecto chama a atenção: são considerados bens de capital, ou seja, fundamentais para a reprodução do capital em sua nova fase. Sua produção original também está ligada umbilicalmente ao desenvolvimento dos hardwares¹⁰⁹.

Os softwares são compostos por diversas funções, bibliotecas e módulos que geram um programa executável. Quando executado, recebe algum tipo de entrada de dados (*input*), processa as informações segundo uma série de algoritmos ou sequências de instruções lógicas e libera uma saída (*output*) como resultado do processamento. Existem duas grandes categorias de softwares: de *sistema* – drivers de dispositivo, sistemas operacionais e interfaces gráficas – que permitem ao usuário interagir com o computador e suas interfaces – e de *aplicativo* – controle e sistemas de automação industrial, informática para escritório, educacionais, banco de dados, telecomunicações e vídeo games, entre outros –, que permitem aos usuários executarem tarefas mais específicas, especialmente no campo dos negócios. Dentro dessas duas grandes categorias, vários tipos de linguagens de programação se desenvolveram – Assembler, Cobol, Db2, Easytrieve, Ims, Oracle e Vsam, entre outras –, mas algo as articula: a lógica matemática.

Essas linguagens são altamente especializadas e se desenvolveram com as novas tecnologias da informação e comunicação a partir de empresas que se tornaram grandes

¹⁰⁹ Existe um longo e sério trabalho, já citado anteriormente, do sociólogo espanhol Manuel Castells ("A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura" - v.1) sobre o surgimento e desenvolvimento das novas Tecnologias da Informação. O capítulo 1, "A revolução tecnológica da informação", apresenta uma sequência histórica dessas tecnologias, bem como as principais empresas de hardwares e softwares envolvidas nesse processo.

corporações de programação e produção de softwares: MICROSOFT (Microsoft Corporation, empresa norte-americana fundada em 1975 por Bill Gates e Paul Allen; hoje produz, além de softwares, eletrônicos e hardwares; também proprietária da rede social de negócios LinkedIn Corporation), ORACLE (Oracle Corporation, empresa norte-americana fundada em 1977 por Larry Ellison, Bob Miner e Ed Oates, hoje produz hardwares, softwares e banco de dados), FACEBOOK (Facebook Inc., empresa norte-americana de software para rede social virtual – proprietária das marcas Facebook, Instagram e do aplicativo – plataforma – de troca de mensagens instantâneas entre pessoas e grupos WhatsApp – fundada em 2004 por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Crhis Hugues), GOOGLE (Google Inc., empresa norte-americana, subsidiária da holding Alphabet Inc, – também proprietária do site de compartilhamento de vídeos YouTube –, fundada em 1996 por Larry Page e Sergey Brin), SALESFORCE (Salesforce.com, empresa norte-americana fundada em 1999 por um ex-executivo da Oracle, Marc Benioff), ADOBE (Adobe System Incorporated, empresa norte-americana de produção de softwares fundada em 1982 por John Warnock e Charles Geschke), VMWARE (VMware, Inc., empresa norte-americana de software fundada em 1998 por Diane Greene, Mendel Rosenblum, Scott Devine, Ellen Wang e Edouard Bugnion, hoje subsidiária da também norte-americana Dell Inc., produtora de hardwares e computadores), INTUIT (Intuit Inc., empresa norte-americana produtora de softwares para negócios e finanças fundada em 1983 por Scott Cook e Tom Proulx), TWITTER (Twitter Inc., empresa norte-americana de softwares de rede social e servidor para microblogging fundada em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass) e SYMANTEC (Symantec Corporation, empresa norte-americana produtora de softwares para segurança da Internet e de redes, fundada em 1982 por Gary Hendrix), entre outras. Todas as empresas citadas guardam características comuns: estão estabelecidas na região de Palo Alto - Califórnia, são empresas de capital aberto, fazem parte da Bolsa NASDAQ - National Association of Securities Dealers Automated Quotationsm, fundada em 1971, reunindo empresas de alta tecnologia em eletrônica, informática, telecomunicações e biotecnologia; depois de uma profunda reestruturação em 2000, a Nasdaq converteu-se numa empresa com fins de lucro e totalmente regida por acionistas, com ações de sua emissão negociadas em sua própria bolsa – e atuam no mercado de softwares no Brasil, com o nosso conhecimento explícito ou não.

No que se refere às suas estruturas – físicas ou intelectuais –, existe uma extensa rede de empresas transnacionais que dominam o mercado das tecnologias da informação no Brasil. Desde a privatização dos serviços de telecomunicações por FHC, todos os brasileiros foram transformados em consumidores desses serviços – como apontado anteriormente no que se

refere à preocupação do governo em regulamentar o setor no período pré-privatização – e usuários das novas tecnologias. O desenvolvimento da Internet no Brasil é parte integrante do desenvolvimento dessas novas tecnologias da comunicação.

A Internet – que tem seu desenvolvimento ligado ao período pós Segunda Guerra nos Estados Unidos a partir da rede ARPANET - Advanced Research Projects Agency Network, do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, chega ao Brasil no final dos anos 1980 restrita inicialmente a professores e trabalhadores de algumas universidades brasileiras com o objetivo de estabelecer ligação entre os centros de pesquisa do país e destes com o exterior. O acesso primário à Internet banda larga pelos consumidores no Brasil pós-privatização realiza-se, especialmente, por meio de três tecnologias: ADSL, ofertada pelas concessionárias de STFC – Sistema Fixo, Cable Modem, ofertado pelas operadoras de TV a cabo, e cabeamento ótico. O acesso secundário, por meio de Wi-Fi, constituiu-se nos últimos anos como a principal forma de acesso à Internet no Brasil segundo a pesquisa TIC – Domicílios (2016). O padrão de comportamento também se verifica nas pesquisas realizadas pelo Comitê Gestor da Internet em empresas, escolas, universidades e hospitais.

Para tratar brevemente do surgimento da Internet comercial no Brasil, a seguir citarei dois casos, dois caminhos distintos: do Universo Online - UOL e do ZAZ. No início dos anos 1990, após o investimento realizado pelo setor público – Sistema Embratel – para a construção da infraestrutura física de acesso e ligação de parte dos estados brasileiros com a rede da internet, a exploração comercial do serviço foi liberada em 1995, e, no ano seguinte, surgem dois provedores de acesso privado por rede discada: UOL - Universo Online, do grupo Folha – família Frias-SP –, e ZAZ, do grupo RBS - família Sirotsky-RS.

Apesar de iniciarem no mesmo ano, os dois primeiros provedores comerciais de acesso à Internet seguem caminhos distintos na transição para o século XXI. O Universo Online, primeiro portal de conteúdo do Brasil, realizou, sete meses após seu início, uma fusão com o portal BOL – Brasil Online, ligado ao grupo Abril - da família Civita. Até 2010, 29% das ações do UOL estavam sob controle do grupo Portugal Telecom, que vendeu sua participação para a Folhapar, empresa controlada pelo empresário João Alves de Queiroz Filho, da *holding* Hypermarcas, e depois para o Grupo Folha. Hoje o Grupo Folha e a Folhapar são acionistas majoritários e controladores do portal UOL, ou seja, o controle societário continua com a família Frias. O grupo Folha, nos últimos 10 anos, também diversificou seu plano de negócios: em 2005, passou a ofertar ampla rede de proteção Antivírus paga em parceria com a McAfee, Inc. – Grupo de Segurança da Intel, do grupo transnacional Intel Corporation; em 2006, lançou o PagSeguro, portal de e-commerce – comércio e pagamento eletrônico –, hoje principal meio

de circulação do dinheiro sob o capitalismo global e financeirizado; em 2008, passa a ofertar plataforma de hospedagem para negócios digitais, o UOL Host; no mesmo ano lança no mercado um serviço de assistência técnica – remota ou presencial – para configuração, otimização e solução de dúvidas e problemas relacionados a computadores, notebooks, tablets, smartphones e outros eletrônicos como modem, roteador, webcam e periféricos, objetos cada vez mais presentes no cotidiano dos domicílios, empresas, escolas e instituições; em 2013, lançou seu próprio hardware – leitor de cartão e transmissão de dados – para meio de pagamento eletrônico – intermediação entre comprador e vendedor desde o ponto de comércio, a Moderninha PagSeguro UOL¹¹⁰. O grupo Folha atua hoje não só na produção de notícias e sua distribuição, mas também nos mercados financeiro e das tecnologias da informação – softwares e hardwares –, tornando-se uma das grandes empresas nacionais do setor de telecomunicações com interesses que suplantam o próprio território.

O portal ZAZ, originalmente ligado aos Sirotsky - RBS, foi adquirido pelo grupo espanhol Telefónica no ano 2000 com o objetivo de iniciar suas operações de Internet na América Latina. Após a aquisição pelo grupo Telefônica, o ZAZ teve sua marca alterada para TERRA. A aquisição ocorreu dois anos após a privatização do Sistema Telebrás e da compra da Telesp - Telecomunicações de São Paulo pelo grupo espanhol. No ano de 2007, o grupo firma parceria com a TVA - Televisão Abril (operadora de TV por assinatura do Grupo Abril, fundada em 1991) para a oferta do sinal de TV a cabo, incorporando-a totalmente ao grupo espanhol em 2012. Em 2010, ampliando sua participação no mercado de telecomunicações no Brasil, adquire ações da Vivo, que pertenciam à Portugal Telecom, e, em 2012, passa a utilizar Vivo como marca comercial em todo o País, oferecendo telefonia fixa e móvel, banda larga e TV por assinatura. O grupo espanhol Telefónica – transnacional do setor de telecomunicações que atua em 21 países – afirma conectar hoje no país cerca de 100 milhões de pessoas à internet, telefonia móvel, fixa e TV por assinatura. Sobre parte de sua “missão” – termo largamente utilizado pelas teorias da administração neoliberal –, indica que a empresa é guiada “pela constante inovação e a alta qualidade” dos serviços, que pretende se consolidar como uma empresa de telecomunicações de vida online e que atua “na transformação digital que amplia a autonomia, a personalização e as escolhas em tempo real” dos clientes, “colocando-os no comando de sua vida digital, com segurança e confiabilidade”¹¹¹. É interessante notar que a

¹¹⁰ As informações sobre o UOL – Universo Online – e Grupo Folha encontram-se disponíveis em: <<http://sobreuol.noticias.uol.com.br/historia/index.html>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

¹¹¹ As informações sobre a história e as operações do Grupo Telefónica no Brasil estão disponíveis em seu site: <<http://www.telefonica.com.br/servlet/Satellite?c=Page&cid=1386094888844&pagename=InstitucionalVivo%2FPage%2FTemplateTextoDocumento>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

Telefônica, ao tratar de sua “missão”, não diz que os usuários de seus serviços só terão “autonomia” e estarão “no comando” de suas vidas digitais e em relação às “escolhas de tempo real” se, por isso, pagarem a tarifa de seus serviços como mercadoria.

As duas empresas citadas anteriormente, que se consolidaram inicialmente como provedoras de acesso à Internet nos anos 1990, seguiram caminhos distintos. O UOL - Grupo Folha, no decorrer dos últimos 20 anos, diversificou sua atuação a partir do desenvolvimento de novas tecnologias, incorporando-as aos seus processos, e manteve-se como empresa controlada pelo capital nacional, mas com articulações com grandes corporações transnacionais de telecomunicações e das tecnologias da informação. O ZAZ, por sua vez, fez parte do amplo processo de transnacionalização das telecomunicações no Brasil após a privatização do setor no final dos anos 1990, colocando parte significativa da população sob seu domínio de prestação de serviços em dependência. Existe ainda um outro caso que é o da NET, que iniciou suas operações como provedora de sinal de TV por assinatura – Multicanal (1991) – e era controlada por grupos nacionais, mas foi adquirida em 2014 pelo Grupo Claro do empresário mexicano Carlos Slim, que se tornou acionista majoritário. Esse processo de compra pelo grupo de Slim começou em 2004, quando adquiriu parte de suas ações.

Após essa breve história do desenvolvimento das telecomunicações e, no período mais recente, de sua concentração pelos atores transnacionais, a quais conclusões, mesmo que provisórias, podemos chegar?: 1) que o desenvolvimento das telecomunicações no Brasil sempre esteve a reboque do desenvolvimento de suas tecnologias por meio de empresas estrangeiras, multinacionais ou transnacionais; 2) que no período mais recente da globalização capitalista neoliberal, e após uma concentração do tema e de suas estruturas pelo Estado no período da ditadura civil militar – criação e desenvolvimento do Sistema Telebrás –, os setores de telecomunicações e das tecnologias da informação passaram a se concentrar nos interesses de um pequeno número de empresas transnacionais; 3) que no decorrer dos anos 1990, sob Collor, Itamar e, sobretudo, FHC, se organiza uma nova institucionalidade constitucional que passou a garantir os *direitos* de exploração dos serviços do setor de telecomunicações, seus sistemas (softwares) e máquinas (hardwares), para grupos privados nacionais e transnacionais; 4) que a comunicação como um direito humano transformou-se, pela ação coordenada entre Estado e grupos de interesses nacionais e transnacionais, em um direito ligado ao consumo como mercadoria; 5) que no decorrer dos últimos 15 anos, governos Lula e Dilma, o capital transnacional ligado ao setor das telecomunicações globais realizou um conjunto de aquisições de empresas que estavam sob o controle nacional, expandindo, por isso, sua atuação no país, concentrando poder; 6) que o desenvolvimento das novas tecnologias da informação – e seus

produtos –, que se concentrou desde o fim da Segunda Guerra nos países do capitalismo central, se beneficiou de medidas legislativas e constitucionais nacionais como a quebra das barreiras alfandegárias de importação, “mantra” do pensamento neoliberal que dominou a ação política dos governos nos anos 1990 no Brasil e na América Latina; 7) que a transnacionalização mais ampla da economia brasileira, a partir dos anos 1990, trouxe problemas para o desenvolvimento de projetos nacionais, bem como para a identificação do que é – ou pode ser – o nacional frente ao global; e 7) que a concentração econômica – e política – pelo capital transnacional do setor telecomunicações no Brasil configurou-se como um paradigma no processo de privatização de outros setores – produção, transmissão e distribuição de energia, portos, aeroportos e rodovias, bancos e corporações financeiras e mineração –, que também acabou por garantir a exploração e o controle pelo capital transnacional.

Por último, gostaria de demarcar um aspecto não menos importante nesse debate, mas do qual não tratamos no presente trabalho: o desenvolvimento das telecomunicações e das tecnologias da informação propiciou o surgimento – e rápido espraiamento – de novas formas de comunicação que modificaram centralmente as relações entre sujeitos e destes com os processos sociais. Passamos a conviver, de forma assimétrica e intensa, com trocas de informação e de comunicação – e-mails, pagers, celulares, smartphones, internet, TV a cabo e mídias sociais, entre outras – que alteraram nossa percepção do Brasil e do mundo. Para termos uma dimensão desse processo no tempo presente, apresento, a seguir, alguns dados ilustrativos disponíveis em duas fontes: 1) Pesquisa TIC-Domicílios 2016, realizada pelo Comitê Gestor da Internet, já citada anteriormente; e 2) 28ª Pesquisa Anual de Uso de Tecnologias da Informação - FGV, coordenada pelo professor Fernando S. Meirelles, titular de Tecnologias da Informação¹¹². Os dados apresentam uma dimensão na penetração desses meios no cotidiano dos brasileiros.

Dados da TIC-Domicílios 2016: 54% dos domicílios brasileiros possuem acesso à Internet, ou seja, 36,7 milhões; a região Sudeste tem a maior concentração de domicílios com acesso à Internet, 64%, enquanto o Nordeste apresenta a menor concentração, 40%; dos usuários de celular, 86%, utilizam como forma de acesso à Internet a conexão via WiFi; estima-se que, aproximadamente, 9,8 milhões de domicílios brasileiros (14%) acessam a Internet exclusivamente por meio de dispositivos móveis – celular; 39% dos domicílios brasileiros

¹¹² Os resultados da pesquisa coordenada pelo professor Fernando Pimentel pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, encontram-se disponíveis sob dois formatos eletrônicos: um resumo em Power Point e uma entrevista gravada da apresentação dos resultados obtidos, disponíveis, respectivamente, nos seguintes links: <<http://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesti2017gvciappt.pdf>> e <<http://hosting.desire2learncapture.com/FGV/1/Watch/631.aspx>>. Acesso em 6 jan. 2018.

pesquisados acessam a Internet por meio de computador e celular e 7% apenas por computador; em 64% dos domicílios conectados ocorre a presença de banda larga e em 28% dos domicílios a conexão ocorre via cabo de TV ou fibra ótica; 80% dos domicílios com acesso à Internet possuem rede WiFi; em 27% dos domicílios indicados pela pesquisa como das classes D e E o acesso compartilhado do sinal está presente; e, por fim, a velocidade da conexão nos domicílios está relacionada a diferenças socioeconômicas (TIC Domicílios 2016, p.126131). Da pesquisa da FGV, divulgada no mês de abril de 2017, o que nos interessa são as variáveis quantitativas dos equipamentos de comunicação disponíveis e que possibilitam o acesso à Internet: são 162,8 milhões de computadores (notebooks, tablets e desktops) e 198 milhões de smartphones em uso.

Apesar da ampla penetração desses equipamentos e tecnologias na vida e no cotidiano dos brasileiros, sabemos que as experiências são distintas e apresentam condições diversas. Mas esse não é um tema que será discutido nesse trabalho. Quem sabe, em sua continuidade.

Considerações Finais

Ao terminar a escrita da presente dissertação, encontro-me colocando um ponto final a um tema que continua a se movimentar. Considero que, após o golpe parlamentar e institucional no ano de 2016, que apeou do poder a presidenta Dilma Rousseff, contando com a participação ativa do parlamento brasileiro, dos meios de comunicação “nacionais”, dos empresários dos setores industrial, financeiro e rentista e das instituições do judiciário na mobilização de extratos da sociedade brasileira para a construção de uma base de apoio popular, o país entrou em um novo ciclo da expansão global, capitalista e neoliberal.

Michel Temer, e seus aliados, tomam o poder e apresentam um programa intitulado Uma Ponte Para o Futuro, com medidas de ataque aos direitos sociais e dos trabalhadores. No plano prático, as primeiras propostas de ordem econômica foram coordenadas pelo Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles – ex-presidente do Banco Central nos governos Lula (2003-2010). Na cartilha do novo ministro o retorno dos pressupostos da agenda neoliberal: congelamento dos investimentos públicos nas áreas da saúde e educação por 20 anos, desmantelamento das políticas públicas para grupos sociais vulneráveis, controle das contas públicas para garantia do pagamento da financeirização da dívida externa e retorno ao processo de internacionalização da economia brasileira, sob um novo ritmo. O Estado, que sob os governos Lula e Dilma flertou com um projeto de desenvolvimento nacional, passa a ser considerado com um obstáculo ao pleno desenvolvimento¹¹³.

Um outro elemento importante da internacionalização da economia brasileira, defendido e executado pelo governo que se instalou no Planalto em 2016, é o da privatização das empresas e dos serviços públicos - fundo público. No cardápio, concessões para a iniciativa privada na operação de portos e aeroportos, rodovias, ferrovias, terminais portuários, mineração – incluso as reservas do pré-sal da Petrobras -, geração e distribuição de energia e saneamento. Nos planos do novo ciclo de privatização entra até a Loteria da Caixa Econômica Federal. O governo também prometeu que *os editais, para atrair investidores estrangeiros, serão publicados em inglês, e um aumento na segurança jurídica para os investidores.*

¹¹³ Do documento Uma Ponte para o Futuro, destaco um trecho que trata da “questão fiscal”: “No Brasil de hoje a crise fiscal, traduzida em déficits elevados, e a tendência do endividamento do Estado, tornou-se o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico”. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em; 06 jan 2018.

No plano dos direitos sociais, um combate aberto a *educação pública* com a aprovação da Lei 13.415/17 sobre Reforma do Ensino Médio que flexibilizou os currículos – fim da obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia e combate ao debate sobre questões de gênero, raça e desigualdade, entre outras, e que havia sido ampliado nos governos Lula e Dilma -, aos *direitos dos trabalhadores* com a rápida tramitação e aprovação de uma reforma trabalhista – Lei 13.467/17 - que fragilizou e penalizou seus beneficiários – flexibilização dos contratos de trabalho (possibilidade de trabalho intermitente e trabalho remoto), férias fracionadas, diminuição do tempo para descanso no decorrer de um jornada de 8 horas, novas regras para negociação de acordos que retira poder das organizações de classe e sindicatos, novas regras para demissão dos trabalhadores e terceirização de atividades-fim, entre outras. No que se refere a educação no ensino superior público, o governo reduziu verbas para o financiamento de pesquisas e produção de conhecimento novo, bem como para a gestão e manutenção de seus equipamentos – universidades e institutos federais.

O que se delineia nesse novo quadro histórico pós golpe é um retorno ao que o professor Paul Singer (1997) já indicava como *globalização negativa*, ou seja, uma globalização orientada pelo e para o mercado, por seus agentes. O mercado retorna a ocupar o lugar de instituição reguladora e autorreguladora dos recursos econômicos, das relações sociais e da sociabilidade. O novo ciclo de privatização das empresas e serviços públicos, como apropriação privada dos conteúdos públicos - esfera pública – reforça o mecanismo, como falsa consciência, da desnecessidade do público, como também já nos indicava o professor Francisco de Oliveira (1999). Um outro sentido desse processo de privatização é o de aprofundar a organização do Estado como uma empresa privada e seus mecanismos.

Um outro elemento que me fez reter o tema da globalização no tempo presente, foi a recente realização do Seminário *Razões do Agir: universidade e sociedade na crise da globalização*¹¹⁴, organizado pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, em três módulos: 1.) Universidade em crise (agosto/2017); 2) A agenda brasileira: superando a miséria da crítica (setembro/2017), e; 3) Tempos tormentosos: a crise da globalização entre dilemas e potencialidades (outubro/2017). O Seminário trouxe amplas questões para pensarmos o presente, e que, em alguma medida, guardam relação com o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo global. A seguir, indicarei apenas algumas dessas questões apresentadas em algumas mesas dos três módulos, a partir de uma seleção dos temas.

¹¹⁴ A programação do Seminário Internacional Razões do Agir: universidade e sociedade na crise da globalização encontra-se disponível em: <http://jornal.usp.br/universidade/crise-da-globalizacao-e-das-universidades-sera-discutida-na-usp/>. Acesso em: 07 jan 2018

No primeiro módulo, Universidade em crise, destaco alguns temas, questões e autores, que dominaram o debate: para o professor Roberto Leher (URFJ) – Universidade e crise da democracia - é fundamental retornarmos ao sentido da palavra crise para reorientar nosso olhar sobre os problemas e possibilidades colocados no tempo presente e sob a globalização; também apontou que pouco se avançou nos últimos anos sobre a proposta de autonomia universitária, mesmo nos últimos governos democráticos, o que acabou por colocar a universidade como refém da pequena política; ressaltou também o problema criado pelas ações do MPF – Ministério Público Federal no sentido de criminalizar as direções das universidades; participando da mesma mesa, o professor Vladimir Safatle (FFLCH/USP) tomou como ponto de partida a seguinte pergunta: o que resta da universidade?; a resposta: a universidade não tem mais lugar no processo de reprodução da vida, pois os estratos mais elevados da sociedade, aqueles que são oligarquicamente garantidos, como os dirigentes do agronegócio e das finanças, podem sobreviver sem a universidade; além dessa questão, para o professor, a universidade perdeu sua capacidade de gerar tensão social, pois o debate intelectual sobre a sociedade ocorre fora dos muros das universidades; além dessas questões, destacou também o papel dos opacos processos de avaliação, que acabou por submeter os intelectuais a uma nova lógica organizacional, que transitou de uma instituição social para a de uma organização.

No segundo dia do primeiro módulo – A universidade e as alternativas à crise – a professora Helena Bomeny (UERJ) começou por traçar um quadro da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o processo de crise pela qual passa – professores e funcionários sem salários, prédios sem manutenção e sem os insumos necessários para seu funcionamento; em sua análise, indicou que a universidade brasileira se depara atualmente com um desafio em função do acesso de novos grupos sociais, pois, a universidade que tanto lutou para a democratização do acesso, está pronta para vive-lo?; para o professor Afrânio Catani (FE/USP) a universidade precisa fazer uma espécie de “estatuinte”, como um pacto para a governança compartilhada entre professores, funcionários e alunos.

No módulo 2 – A agenda brasileira: superando a miséria da crítica – a mesa do terceiro dia – A revolução tecnológica, o futuro do trabalho e agenda brasileira – contou com a participação dos professores João Manuel Cardos de Mello, Davi Antunes e Rodrigo Sabbatini da FACAMP – Faculdade de Campinas; para Sabbatini, capitalismo e inovação devem ser considerados como gêmeos univitelinos, pois, no decorrer da história do desenvolvimento do sistema, as mudanças tecnológicas tem transformado as relações de produção; no processo mais recente do desenvolvimento de novas tecnologias, o trabalho humano tem sido substituído pelo trabalho das máquinas; afirma que o capitalismo global pressupõe a grande escala de produção

e, como exemplos, citou a produção ininterrupta da indústria petroquímica e de papel e celulose; no processo de desenvolvimento do capitalismo global, ocorre, citando Marx, uma concentração do capital que leva ao fim da concorrência e a concentração de poder em um pequeno número de empresas transnacionais; uma outra característica desse desenvolvimento recente do capitalismo e do progresso técnico é que ocorre uma redução dos custos da produção ou se introduzem novos produtos e serviços; por fim, apontou que o desenvolvimento de novas tecnologias no mundo da produção – manufaturas inteligentes, que, por meio de algoritmos possibilita o aprendizado das máquinas, bem como sua operação a partir de terminais remotos – leva a uma redução significativa dos empregos em todos os setores da economia; para o professor Davi Antunes, o capitalismo global colocou em marcha uma profunda mudança da estrutura produtiva – na agricultura, no chão de fábrica, nos serviços e atividades administrativas – que aponta para o fim do trabalho das pessoas; para o professor João Manuel Cardoso de Mello, o tema do impacto das novas tecnologias no mundo da produção é intensamente debatido nos países do capitalismo central, pois as transformações que daí derivam tem consequências profundas no mundo do trabalho; para ele parte significativa do emprego irá desaparecer, as taxas de desemprego tendem a aumentar, bem como a concentração de renda nas mãos de poucos, mas muito ricos.

Do último módulo – Tempos tormentosos: a crise da globalização entre dilemas e potencialidades, destaco a apresentação da primeira mesa – Contradições da crise da globalização – do professor Pierre Dardot, Universidade Paris Nanterre. Para Dardot, o neoliberalismo não pode ser considerado como uma reorientação do *laissez faire* – como propõe o economista Joseph Stiglitz –, mas como uma forma de intervencionismo na economia e nas relações entre os homens; considera, também, que essa ideologia transforma o Estado e suas relações transformando-o em um Estado empresarial e que para entender essa nova lógica – que invade as relações entre os sujeitos – se faz necessário compreender como ela é aplicada na esfera da subjetividade; aponta que nessa operação a riqueza cultural do sujeito é transformada em uma empresa e que a subjetividade da esfera do trabalho se estende para as esferas da vida privada; por meio dessa invasão é possível ao capital controlar o modo como os trabalhadores controlam o seu próprio tempo; outro aspecto importante dessa nova ideologia é que a lógica da fábrica é capturada para a vida pessoal – condutas e comportamentos – colocando os sujeitos numa condição de concorrência e de sujeição; por fim, diz que o que importa para essa ideologia não é a crença em suas normas, mas o consentimento do sujeito transformado em mercadoria. Muitas outras questões foram apresentadas em outras mesas do Seminário, mas não é possível, e nem razoável, aponta-las nessa etapa da pesquisa. O que fica retido na memória é a

necessidade de pensarmos sobre elas e como essas questões, a partir de uma análise crítica, podem orientar a ação dos sujeitos.

Por fim, compreendo que seja fundamental ressaltar que a globalização é um tema interdisciplinar. Creio não teria sido possível pensar ou pesquisar o mesmo sob a orientação de apenas um campo do conhecimento, seja ele qual fosse, visto que envolve dinâmicas diversas da economia, da política, da sociedade e da cultura, entre outros. Seus desenvolvimentos e implicações demandam do pesquisador um olhar amplo, atento e aberto. Pesquisar a temática da globalização em um núcleo interdisciplinar, no caso, o Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, e seu programa de pós-graduação foi, para mim, fundamental.

REFERÊNCIAS

- ALESSI, Gil. Sérgio Moro pede desculpa por "polêmica" de áudios de Lula e isenta Dilma. **El País**, 31 de março de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459296826_155962.html>. Acesso em: 1º jan. 2018.
- ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. Tradução: Dirceu Lindoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 49, p. 33-46, nov. 1997.
- ÁRBITRO DE VÍDEO decide jogos e já gera polêmica na Copa das Confederações. **UOL – Esporte**, São Paulo, 18 de junho de 2017. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/06/18/arbitro-de-video-decide-jogos-e-ja-gera-polemica-na-copa-das-confederacoes.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- AS RAZÕES DO AGIR: Universidade e Sociedade na crise da globalização. Seminário Internacional. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 8 a 10 de agosto, 11 a 15 de setembro e 3 a 5 de outubro de 2017.
- ASSANGE, Julian et al. **Cypherpunks: liberdade e futuro da internet**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. O círculo de giz da globalização. **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 49, p. 84-97, nov. 1997.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e técnica, arte e política** - Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, vol. 1).
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. **Magia e técnica, arte e política** - Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, vol. 1).
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado II**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Capítulo V - Da Comunicação Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 4 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 30 dez. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado. **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 37, p. 37-57, nov. 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre a reforma do Estado. **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 50, p.5-12, mar. 1998.

CARF - CONSELHO Administrativo de Recursos Fiscais. **Memória Institucional**. Brasília, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://idg.carf.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/memoria-institucional>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol.1. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes. A trajetória de uma revista: Universidade e Sociedade (1991-1995). **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 213-214, jan-jun. 1996.

CERVO, Amado Luiz. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional/IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, Brasília. v. 40, n. 2, p. 5-26, jul-dez. 1997.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

COGGIOLA, Osvaldo. Globalização e socialismo. **Revista Universidade e Sociedade-ANDES**, São Paulo, n.12, p. 42-55, fev. 1997.

CGI - COMITÊ GESTOR da Internet no Brasil. **TIC Domicílios 2015**. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <https://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

CGI - COMITÊ GESTOR da Internet no Brasil. **TIC Domicílios 2016**. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_2016_LivroEletronico.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

CORDANI, Umberto. As ciências da terra e a mundialização das sociedades. **Revista Estudos Avançados-IEA**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 13-27, set-dez. 1995.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DIRLIK, Arif. A aura pós-colonial: a crítica terceiro-mundista na era do capitalismo global. **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 49, p. 7-32, nov. 1997.

DUARTE, Cristovão Fernandes. Forma e movimento. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: PROURB, 2006.

FAGUNDES, Álvaro; BRANT, Danielle. Bolsas globais têm melhor desempenho da história. **Folha de S. Paulo**, Mercado, São Paulo, 30 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1947032-bolsas-globais-tem-o-melhor-desempenho-da-historia.shtml>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

FIORI, José Luís. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 43, p. 157-172, nov. 1995.

FURTADO, Celso. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. **Revista Estudos Avançados-IEA**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 55-64, set-dez. 1992.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. **Revista Estudos Avançados-IEA**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 93-112, set-dez. 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARDING, Luke. **Os arquivos Snowden**: a história secreta do homem mais procurado do mundo. São Paulo: Leya, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

HOINEFF, Nelson. A TV em expansão: novas tecnologias, segmentação, abrangência e acesso na televisão moderna. Rio de Janeiro: Record, 1991.

HOINEFF, Nelson. Sob medida para os grandes grupos. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/cdiv030620032.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss** da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IANNI, Octavio. **Sociologia da sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992a.

IANNI, Octavio. **Karl Marx**. São Paulo: Ática, 1992c. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Estudos Avançados-IEA**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 1-15, jun. 1998.

IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IANNI, Octavio. O declínio do Brasil-nação. **Revista Estudos Avançados-IEA**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 51-58, set-dez. 2000.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *La Pensée de Lénine*. Paris: Bordas, 1957. (Pour Connaître).

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**: prolegômenos. Tradução: Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEFEBVRE, Henri. **Vers le cybernanthrope**. Paris: Editions Denoel, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **La revolucion urbana**. Madri: Alianza Editorial, 1972.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 163-177.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEIA NA ÍNTEGRA carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. **Folha Online**, São Paulo, 24 de junho de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

MARANHÃO, Aluizio. Bird impõe condições para ajuda econômica. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 7 de julho de 1991, p. 1, Economia.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

McLUHAN, Marshall. A imagem, o som e a fúria. In: ROSENBERG, Bernard, WHITE, David Manning (Orgs.). **Cultura de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1973, p.563-570.

McLUHAN, Marshall; POWERS, B.R. **The global village: transformation in world life as media in the 21st century**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

MONSERRAT FILHO, José. Globalização, interesse público e direito internacional. **Revista Estudos Avançados-IEA**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 77-92, 1995.

MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 49, p. 47-64, nov. 1997.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.55-81.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. San José, 22 d novembro de 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 30 dez. 2017.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

ORTIZ, Renato. **A Moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ORTIZ, Renato. Mundialization/Globalization. **Theory, Culture as Society**, v. 23, n. 2/3, p. 401, march/may 2006. Disponível em: <<http://tcs.sagepub.com/content/23/2-3/401.full.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

ORTIZ, Renato. Globalização: notas sobre um debate. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 231-254, jan/abr. 2009.

PARETO NETO, João Victorio. Meio século de telecomunicações. **Telebrasil**, Rio de Janeiro: mar./abr., p. 27-39, 1976.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

RAMOS, Murilo César. Crítica ao ambiente político-regulatório da comunicação social eletrônica brasileira: fragmentação e dispersão regulamentar. In: CHAGAS, Cláudia M. de F.; ROMÃO, José Eduardo Elias; LEA, Sayonara (Orgs.). **Classificação indicativa no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006, p. 49-64.

RATTNER, Henrique. Globalização: em direção a um mundo só? **Revista Estudos Avançados-IEA**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 65-76, 1995.

REBELLO, Aiuri. PF usa “maleta espiã” para invadir celulares em casos que vão de Lava Jato a pedofilia. **UOL-Universo Online**, São Paulo, 17 de agosto 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/17/pf-usa-maleta-espia-para-invadir-celulares-em-casos-que-vao-de-lava-jato-a-pedofilia.htm>. Acesso em: 6 jan. 2018.

REICH, Robert B. **O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21**. São Paulo: Educator, 1994.

REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo: IEA - Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 1987-

REVISTA NOVOS ESTUDOS CEBRAP. São Paulo: CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1981-

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. Brasília: ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 1991-

RODRIGUES, Diogo M. **A convergência tecnológica das telecomunicações e os direitos do consumidor no Brasil**. São Paulo: IDEC, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Laymert Garcia. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIMMEL, Georg. **Filosofia del dinero**. Albolote: Comares, 2003.

SINGER, Paul Israel. Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado. **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 48, p. 39-65, jul. 1997.

SORJ, Bernardo. A reforma agrária em tempos de democracia e globalização. **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 50, p. 23-40, mar. 1998.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Tradução: Hossein Shoop e Isabel Santos. Lisboa: Relógio D'água, 1992.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. Ideias do poder: dependência e globalização em F.H. Cardoso. **Revista Estudos Avançados-IEA**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 225-247, 1999.

VIRILIO, Paul. **A máquina da visão**. Tradução: Paulo Roberto Pires. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea em siglo XVI. México: Siglo Veintiuno, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel (Pres.) **Para abrir as ciências sociais**. Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.